

adernos do

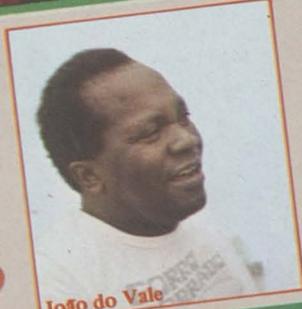
terceiro mundo

Maio 1981 Esc 60\$00 Kz 60.00 Mt 60,00 Pesos 60,00 Cv 60\$00 Cr\$ 100,00 Ano IV n.º 33

como se prepara a 3ª guerra

BRASIL • ÁFRICA

De volta às origens



João do Vale



Clara Nunes



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

★
ANGOLA AIRLINES

O cogumelo sinistro

O perigo da 3.^a Guerra nunca foi tão grande como hoje. Esta frase repetida quase à exaustão no tempo presente, assume cada dia um maior grau de advertência na terrível ameaça de que está revestida e no agravamento dos chamados «pontos incandescentes» do planeta: Médio Oriente, África Austral, América Central. A entrada de Reagan na Casa Branca e a tomada dos comandos da primeira potência imperialista por uma equipa de «super-falcões» dispondo do acesso ao gatilho atómico, precipitam a situação, fazem retroceder os esforços de desanuviamento e levam a concluir que o «caminhar para o precipício tenha deixado – definitivamente – de constituir uma mera figura de retórica ou apenas o enunciado de uma vocação pacifista. Daí que nos debrucemos novamente para a análise da política interna e externa norte-americana e que procuremos denunciar as teses emergentes na Administração de Washington, segundo as quais «existem coisas piores do que a guerra e coisas muito mais importantes do que a paz» ou sobre o «exagero» das consequências dum confronto directo entre blocos. Essa guerra a acontecer – como escreve Roberto Remo – pode perfeitamente não ser a terceira, mas sim a última...

Este panorama mundial que vivemos fez-nos ilustrar a capa deste número com o sinistro cogumelo nuclear, que acompanha as vinte páginas das quatro matérias dedicadas ao tema.

O número agora nas mãos dos leitores está marcado, também, por assuntos culturais que saem assim das últimas páginas dos cadernos – atendendo aos protestos de muitos leitores – para a capa. O material de Mário Augusto Jakobskind sobre o retorno do Brasil às suas origens musicais fala por si. Mário esteve também em Angola recentemente e é um dos «picados» pela paixão africana. A sua matéria é um primeiro passo para uma permanente e mais profunda informação sobre esse fenómeno de importância histórica – o vínculo cultural África-América Latina-Caraíbas.

Além da excelente entrevista de Eduardo Galeano («As veias abertas da América Latina»), um outro facto muito grato à nossa organização se regista neste número: o reaparecimento de Julia Maciel. Com Neiva Moreira, Pablo Piacentini e Beatriz Bissio, Julia foi uma das «mães fundadoras» da nossa revista nos idos de Buenos Aires em 1974. Todo o «grupo dos Quatro» (não confundir com o «bando dos quatro») teve que deixar a Argentina sob a incómoda mira das metralhadoras do general Videla. Julia Maciel, foi obrigada a organizar a sua vida profissional em vários países por onde passou e, agora reincorpora-se nos cadernos, de que nunca esteve afastada nem política nem espiritualmente. Temos assim reunido, de novo, o grupo fundador. E isso é importante.

Publicações destinadas à informação e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Publicação Mensal - n.º 33 - Maio 1981

Editor Geral

Neiva Moreira

Editores Associados Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional

Darcí Ribeiro, Juan Somovia, Henry Pease Garcia,

Aquino de Bragança e Wilfred Burchett

— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS PARA O BRASIL

Editor e Director: Neiva Moreira

Director administrativo: Altair Campos

Secretário de redacção: Nilton Caparelli

Representante em Brasília: Clóvis Sena

Representante em S. Paulo: Paulo Cannabrava

Filho

Arte: David Gomes Araújo (Editor) Maria Nakano

Publicidade: Jesus Antunes

Documentação e Arquivo: Cláudia Guimarães

Rodrigues

Revisão: José Carlos Gondim

Propriedade: Editora Terceiro Mundo, L.d.ª

Rua da Lapa, 180, Sobreloja A

Tel. 2421957 CEP 20021

Rio de Janeiro

— REPRESENTAÇÕES:

Angola: Luís Henrique

Caixa Postal 3593, Luanda

Moçambique: Etevaldo Hipólito

Rua Kongwa 153, Maputo

Composição e Montagem:

Renascença Gráfica S.A.R.L.

Impressão e Acabamento:

Gráfica Europam Lda

Tiragem desta edição: 38 500 exemplares

— EDIÇÕES EM ESPANHOL

Editor: Roberto Remo

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL,
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Gerente Geral: Gerónimo Cardoso

Propriedade:

Periodista del Tercer Mundo A. C.

Calle San Lorenzo 153, 4.º piso

México Df.

BOLÍVIA, CHILE, COLÔMBIA,
EQUADOR, PERU E VENEZUELA

Propriedade: DESCO

Centro de Estudos e Promocion

del Desarrollo

Av. Salverry 1945, Lima

— EDIÇÃO EM INGLÊS
PARA OS USA, CANADÁ, EUROPA
E PAÍSES DE LÍNGUA INGLESA
DO TERCEIRO MUNDO

Editor: Fernando Molina

Editor Consultivo: Cedric Belfrage

Apartado Postal 20-572

México 20 DF

— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS
PARA PORTUGAL, ANGOLA,
CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU,
MOÇAMBIQUE E S. TOMÉ E
PRÍNCIPE.

Editor e Director: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Redacção: Baptista da Silva

Carlos Pinto Santos

João Escadinha

Documentação e Arquivo:

Cristina Assis

Revisão e Tradução: Estevam Reis

Colaboram neste número:

Cedric Belfrage

C. M. Menon

Diego Achard

Elsa Rodrigues dos Santos

Fred Haliday

Gabriel Omotozo

Herbert I. Schiller

J. Monserrat Filho

Julia Maciel

Lin M. Sul

Mário Augusto Jakobskind

Mark Fried

Narinder Koshla

Noam Chomsky

Norma da Silva

Phil Harris

Roberto Bardini

Roberto Batalla

Vasco

Propriedade:

Tricontinental Edi., Lda.

Redacção e Sede da Administração:

Calçada do Combro, 10 — 1.º

tel. 320650 — 1200 Lisboa

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), NOVOSTI (URSS), SHHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina) e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Priama Latinoamericano (Cuba) e com o jornal Daily News, de Dar-es-Salam (Tanzânia).

DISTRIBUIDORES: ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua Luís de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Lda, Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendipex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave, Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St, Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St, New York, NY, 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, U.C.S.D. Francisco, CA 94110 - Book Center 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaises, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição - Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional de Cultura. HOLANDA: Atheneum Bookhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria - José Trinidad Reyes-, Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Banchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Union de Expendedores y Voceadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Perez Casas No. 80, Quinta Soledad, Managua. NICARÁGUA: Librería Cultural Paramena, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTO RICO: Librerías La Tertúlia, Amalia Marin Esq. Ave González, Rio Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. PORTUGAL: Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. (CDL), Av. Santos Dumont, 57 - 1000 Lisboa. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

Neste número

- 1 Aos leitores: O cogumelo sinistro
- 4 Correio dos leitores
- 5 Editorial: Ninguém ouve o Terceiro Mundo

Como se prepara a 3.ª Guerra

- 10 Mr. Reagan e os cowboys, *Mark Fried*
- 12 O dilema é entre a vida e a morte, *Cedric Belfrage*
- 14 Nas vésperas do apocalipse, *Noam Chomsky*
- 18 Os alquimistas de uma nova conflagração, *Roberto Remo*

América Latina

- 25 **Belize:** O longo caminho para a independência, *Roberto Bardini*
- 28 **El Salvador:** «As nossas armas são ocidentais», *Diego Achard*
- 30 **Venezuela:** Aliando-se aos EUA, *Roberto Batalla*

África

- 33 **Sudão:** Numeiri por um fio, *Gabriel Omotozo*
- 35 **República Centro Africana:** Dacko sucede a Dacko, *Agustin Castagño*

Ásia

- 37 **Tailândia:** Um golpe diferente dos outros, *Lin M. Sul*
- 41 **Índia:** O poder da burguesia, *Fred Halliday*
- 44 **China:** A grande ilusão, *Narinder Koshla*
- 46 875 milhões em busca de cooperação, *C.M.Menon*

Minorias

- 48 Os corsos não querem morrer

Norte-Sul

- 51 Direito do mar à deriva, *J. Monserrat Filho*
- 54 **Panorama Tricontinental**
- 62 **Telex**

Cultura

- 67 De volta às origens, *Mário Augusto Jakobskind*
- 73 As mesmas raízes
- 75 Um maestro em África, *Norma da Silva*
- 77 Nicomedes Santa Cruz: a ida e a volta
- 78 História da América vista por dentro, *Julia Maciel*
- 82 O drama do povo palestino através da sua pintura, *Elsa Rodrigues dos Santos*

Ciência e Tecnologia

- 87 **Ciência para matar**

Comunicação

- 88 Comunicação transnacional e auto-suficiência nacional, *Herbert I. Schiller*
- 92 Retratando a América Latina, *Phil Harris*





Distração

Desde há dois anos que sou leitor dos cadernos e tenho reparado que as dificuldades em conseguir a revista no Maputo têm aumentado. Se nos distraímos e não a compramos nos três primeiros dias em que ela é distribuída, torna-se quase impossível encontrá-la. E lá temos de andar a pedir aos amigos os cadernos emprestados. Por isso, gostava que me indicassem a melhor maneira de fazer uma assinatura. *Albino Chabana Maputo, Rep. Pop. de Moçambique*

Felicitações

É fácil compreender que uma revista com o conteúdo e a qualidade dos cadernos do terceiro mundo sofra a ofensiva de países, organizações e pessoas que vêem como perigosa a difusão de publicações autenticamente democráticas. *Gilberto M. Garzón, Quito, Equador*

Felicitos sinceramente os companheiros pela tarefa árdua e difícil que estão a realizar, transmitindo uma informação consciencializadora. A luta pela libertação dos nossos povos explorados é um compromisso de todos aqueles que aspiram por um mundo melhor. *Jesús Hernández Aldrate, Jalisco, México*

Questões

(...) peço-vos que, numa próxima oportunidade, me digam alguma coisa acerca dos assuntos seguintes:

1 - Etiópia: Que se passa actualmente com a Frente Popular da Eritreia? Qual a origem e a natureza política dessa Frente?
2 - Quais as relações que os «novos países africanos» entendem que deviam existir entre eles e Portugal, principalmente no campo da cooperação tecnológica e científica?
3 - Brasil: É ou não é uma potência imperialista relativamente aos seus vizinhos e aos restantes países da América do Sul? Ou é «somente» um agente do imperialismo?
4 - Como está organizado o Estado moçambicano? *José Dias, Lisboa, Portugal*

Racismo

(...)o racismo, e neste caso na sua forma mais odienta de que se reveste nos nossos dias - o *apartheid* - não estrebucha ainda, infelizmente para o mundo e em particular para os povos sul-africano namíbio e dos países da Linha da Frente que lhe sofrem os horrores. Mas um longo e heroico caminho já foi percorrido, não sendo optimismo exagerado afirmar que o regime boer entrou em contagem decrescente. Não serão a hipocrisia e a cumplicidade das pontências ocidentais que o salvarão. Ele será derrotado por «dentro» e com a ajuda solidária dos povos revolucionários africanos e dos países onde o socialismo é uma realidade inefectível. *Pedro Serrão, Lisboa, Portugal*

Certeza histórica

(... a Namíbia será independente, o *apartheid* será derrotado, a guerra terminará. O povo angolano e o MPLA-Partido do Traba-

lho será solidário até à vitória total do povo namíbio e da SWAPO. Quanto tempo levarão o racista Botha e a camarilha de Pretória a convencerem-se desta certeza histórica? *João Domingues, Lobito, Rep. Pop. de Angola*

Cooperação

Através da vossa revista e da imprensa angolana e moçambicana a que tenho esporadicamente acesso, um facto salta aos meus olhos e que considero, no mínimo, escandaloso. Refiro-me ao vastíssimo campo de acção, praticamente inexplorado, da cooperação do nosso país com os novos Estados africanos de expressão portuguesa. Há aí inúmeras possibilidades - vantagens para todas as partes - que por inércia, preconceitos, sujeição ao chamado bloco ocidental, dos nossos governantes, não se efectua. Uma economia em enorme crise tal como a portuguesa (que se agravará em termos globais se se efectivar a mais que anunciada e mendigada integração na CEE), tem todas as vantagens em estabelecer relações preferenciais com economias em desenvolvimento como as dos países africanos. Muito mais inteligentes e pragmáticos são os industriais e políticos brasileiros, que se saiba nunca morreram de amores pelo socialismo científico... Demorarão muito a acordar os senhores da AD? Mas atenção, um passo prévio terão de dar: «acalmar» a vergonhosa imprensa reacçãoária portuguesa nos seus ataques pré-fabricados a esses países. E nem é necessário atentar contra a liberdade de imprensa em Portugal. Basta impedir esses «passquins» de publicarem mentiras descaradas. *Alfredo Batalha, Porto, Portugal*

Intercâmbio de correspondência

Linar Wylliams
C.P. 40 - Luau, Moxico, Rep. Pop. de Angola

Manuel J. Joaquim de Lima
A.V.P./Agrícola
C.P. 7, Saurimo, Lunda-Sul, Rep. Pop. de Angola

Arlette de Sousa
Bairro Nelito Soares - rua Fernando Pessoa, n.º118
Luanda, Rep. Pop. de Angola

Manuel Ernesto
C.P. 218 - Ngunza, Rep. Pop. de Angola

Osvaldo F. Correia
a/c Florentino Santos Correia
C.P. 27 - Diamang - Dundo
Lunda Norte, Rep. Pop. de Angola

Sousa Tavares Muachissengue
a/c do Mano Augusto Faz-Tudo
C.P. 15/Sorra-Dundo
Lunda-Norte, Rep. Pop. de Angola

editorial editorial editorial editorial editorial editorial editorial

Ninguém ouve o Terceiro Mundo

UM grupo de países em desenvolvimento, entre os quais figuram o México, a Índia, a Argélia e a Tanzânia e algumas nações industrializadas como a Áustria, a Alemanha Federal e o Canadá, desenvolveram esforços diplomáticos nos últimos meses na esperança de reatar o chamado – com optimismo – «diálogo Norte-Sul».

Os líderes dessas nações realizaram diversos encontros que deveriam culminar numa Conferência de Alto Nível de uns 25 chefes de Estado. Esta seria uma «minicmeira» preparatória para outra posterior, aberta a todas as nações. No dia 13 de Março passado, encontraram-se em Viena os ministros dos Negócios Estrangeiros dos onze governos comprometidos com a organização da reunião: foi decidido que o encontro será realizado em Cancun, no México, entre 22 e 23 de Outubro deste ano.

Apesar dos preparativos estarem avançados, mesmo depois do encontro na capital austríaca, continuava-se numa total incerteza quanto à possibilidade de se conseguir, não um êxito, mas pelo menos uma disponibilidade negociadora por parte de quem tem a capacidade de decisão no campo económico mundial. Essa sensação estava centrada num só país e num só homem: nos Estados Unidos, que representam cinco por cento da popula-

ção mundial, e no seu actual presidente, Ronald Reagan.

Da maneira como foram colocadas as negociações Norte-Sul, torna-se impossível avançar no sentido de uma solução sem a participação positiva da superpotência. Efectivamente, o fracasso do diálogo em 1977, foi devido à posição intransigente assumida pelos Estados Unidos e pelo reduzido núcleo de nações ricas que o Governo de Washington encabeçou.

Se, nessa época, a atitude norte-americana foi rígida e relutante às concessões em favor do Terceiro Mundo, agora essa posição é mais intransigente. É bastante conhecida a identificação de Reagan com posturas ultraconservadoras. No quadro das Nações Unidas, a nova administração norte-americana efectuou drásticos cortes nas contribuições do seu país para diferentes programas e fundos de cooperação daquela Organização, colocando-os diante de uma crise financeira que se traduziu na anulação ou na redução de numerosos projectos em desenvolvimento. A mesma sorte tiveram os programas norte-americanos de cooperação.

Quanto à Conferência de Cancun, o presidente norte-americano condicionou a sua assistência ao facto de que ela se realize depois da reunião dos Chefes de Estado das sete grandes potências industriais. Como esta

editorial editorial editorial editorial editorial editorial editorial

foi fixada para Julho próximo, os ministros resolveram, em Viena, desistir da realização da sessão preparatória na data que tinha sido prevista (Junho) e adia-la para Outubro.

Com essa atitude, o Governo norte-americano espera conseguir uma posição unitária das sete potências sob a sua liderança, e chegar com um bom peso à mesa de debates de Cancun. Tudo indica que o comportamento de Reagan será o mesmo, ou ainda mais inflexível que o adoptado pelos seus predecessores durante os frustrados debates Norte-Sul de Paris, entre 1976 e 1977.

Isso significaria, salvo mudanças imprevisíveis (o que é lícito desejar mas sem cair em ilusões distantes da realidade), que os graves desequilíbrios entre o Norte e o Sul continuarão de pé, aprofundando-se as diferenças e as desigualdades entre ambas as partes do planeta. Assim como fracassaram, em Paris, as discussões globais sobre as medidas e as mudanças estruturais necessárias para diminuir o fosso entre ricos e pobres, os encontros posteriores a respeito dos aspectos específicos do diálogo Norte-Sul também não trouxeram nenhum resultado: a Conferência de Buenos Aires sobre cooperação técnica entre países em desenvolvimento, a UNCTAD V em Manila, a ONUDI (sobre desenvolvimento industrial) em Nova Deli, a Conferência de Viena sobre Ciência e Tecnologia e muitas outras, inclusive as negociações sobre preferências em relação aos produtos básicos que o Terceiro Mundo exporta e o seu fundo comum.

Em todos esses casos, entretanto, a situação económica dos países subdesenvolvidos foi-se agravando. Se, em 1977, se calculava que a dívida externa dessas nações se aproximava dos 200 milhões de dólares, hoje os cálculos dessa soma astronómica, que envolve um dos problemas mais preocupantes do Terceiro Mundo, duplicaram.

A recessão mundial e a consequente reacção da procura por parte dos países industrializados provocou sérias baixas nos preços reais das matérias-primas, isto é, das exportações do Terceiro Mundo, com a notória excepção do petróleo.

Como consequência desse quadro, todas as previsões que, a nível das Nações Unidas, se tinham efectuado desde o começo dos anos setenta – nem sempre com sentido de responsabilidade – resultaram inexactas e, em alguns sectores, marcaram tendências contrárias às prognosticadas.

Tinham-se projectado medidas para não criar obstáculos às exportações do Sul e, em particular, facilitar o acesso das suas manufacturas aos mercados do Norte.

Essas medidas, combinadas com a cédência de um por cento do Produto Nacional Bruto (PNB) das nações industrializadas, para planos de desenvolvimento e fundos financeiros, deveriam ter contribuído para diminuir o fosso. Deveria ter aumentado também a participação do Terceiro Mundo no comércio e na produção industrial mundial. Pelo contrário, essas metas não foram atingidas, com a única excepção dos países escandinavos e da Holanda. Impôs-se um protecçionismo que afectou as mercadorias do Terceiro Mundo.

O programa das Nações Unidas para o desenvolvimento industrial fixou uma meta, segundo a qual o Terceiro Mundo deveria chegar, em 1990, a participar no produto industrial mundial com uma percentagem situada entre 20 e 25%. Essa percentagem foi de nove por cento entre 1970 e 1977 e as últimas estimativas indicam que em 1979-1980 houve um retrocesso. Já se sabe que esse objectivo não será, nem de perto, atingido.

A Comissão Brandt emitiu um importante diagnóstico dessa situação e lançou algumas propostas positivas às grandes potências ocidentais que estas receberam e arquivaram

durante a sua última reunião de cúpula (Venezuela, 1980).

A Comissão analisou a projecção das receitas, tomando como hipótese uma taxa anual de cinco por cento, quer dizer, um alto índice de crescimento nos países mais subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, que têm rendimento **per capita** anual não superior a 100 dólares. Depois, comparou-a com uma hipótese de crescimento médio mínimo de um por cento nos países mais desenvolvidos, que têm um rendimento de mais de dez mil dólares anuais. Devido a essa grande diferença, a projecção deu cinco dólares ao ano para os primeiros e, para os segundos, 100 dólares.

Por isso, nem mesmo nessa hipótese abstracta e aparentemente ideal as distâncias se encurtariam, mas, ao contrário, os ricos continuariam a distanciar-se dos pobres.

O mais inquietante é, que, mesmo que esse grupo de países mergulhados na miséria extrema, sejam os destinatários preferenciais da cooperação actual em conjunto, o ritmo médio do seu crescimento económico encontra-se muito abaixo de cinco por cento.

Este panorama de crescente disparidade, de grandes regiões exploradas e mergulhadas na indigência perante as sociedades que incorrem no esbanjamento, constitui a principal fonte de tensão em todo o planeta.

As crises económicas nos países dependentes dão lugar, frequentemente, a uma instabilidade política capaz de expressar-se em convulsões sociais.

Se estas acontecem em lugares de importância estratégica, podem suscitar conflitos entre as grandes potências, como nos mostra a história recente, e levar a disputa e a tensão bélica a níveis de altíssima gravidade.

Um bom método para atacar as causas desses males é o estrutural que, como reivindica sistematicamente o Movimento dos Países Não-Alinhados, passa por transferências

reais de recursos do Norte para o Sul e por uma série orgânica de medidas que conduzem à constituição de uma Nova Ordem Económica Internacional.

O método oposto actua em detrimento do anterior e consiste em manter o *status quo* internacional enquanto se acelera a corrida armamentista em duas direcções: uma, a nível dos blocos, procurando uma superioridade estratégica total e outra, no sentido dos países subdesenvolvidos, dando ao **establishment** oligárquico-militar os meios para garantir pela força, sempre que ache necessário, que esses povos continuem sob a dependência do sistema transnacional.

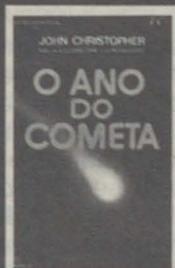
Este caminho de injustiça, violência e risco foi o escolhido pelo Governo Reagan. Por um lado, ele aumentou o fornecimento de armamento a regimes repressivos como o salvadorenho e anuncia que ajudará a subversão contra um Governo legítimo, institucionalizado e reconhecido universalmente como é o de Angola, enquanto privilegiou a sua relação com ditaduras como a da Coreia do Sul. E por outro, solicitou um forte aumento anual do orçamento bélico que o Governo Carter já tinha elevado a cinco por cento: Reagan aumentará numa média de 8,5% durante os próximos cinco anos.

Em virtude dessa escalada que não poderá deixar de ser seguida pela União Soviética, os Estados Unidos gastarão, no próximo quinquénio, a terrível soma de 1300 biliões de dólares, equivalentes a mais de três vezes o total do endividamento externo acumulado pelos três biliões de habitantes do Terceiro Mundo.

No meio desta sombria realidade, os esforços em reatar esse diálogo que uma minoria rica não quer estabelecer, adquirem o carácter de um imperativo irrenunciável, mas, ao mesmo tempo, de uma desesperada e patética tentativa.

FICÇÃO CIENTÍFICA

a nova colecção para os grandes apreciadores



FC

FICÇÃO CIENTÍFICA

uma nova colecção com
a garantia de



PUBLICAÇÕES EUROPA AMÉRICA



Como se prepara a Terceira Guerra



Depois da tomada da Casa Branca pelos Republicanos, a tensão no mundo vem crescendo e preocupando todos aqueles que lutam por um futuro próspero e pacífico para a humanidade. Em todos os continentes, o dedo de Reagan está presente apoiando conservadores, racistas, expansionistas, belicistas. A matéria de capa deste número procura analisar em quatro textos – «Mr. Reagan e os Cowboys»; «O dilema é entre a vida e a morte»; «As memórias de Kissinger» e «Os alquimistas de uma nova conflagração» – esse novo momento político que vivemos hoje no mundo e as suas perigosas consequências, perante as conquistas e afirmações de um pequeno grupo de capitalistas insensíveis pela ambição do poder

Mr. Reagan e os cowboys

As forças que seleccionaram e prepararam o envelhecido actor para o assalto ao trono imperial

Mark Fried



desenho de Vasco

O facto de Ronald Reagan se ter tornado quase um sinónimo da imagem do *cowboy* do Oeste selvagem, não é um mero acidente. Na América Latina, isto está claro na sua retórica do «Big Stick» (grande cacete), que chama os espíritos de Teddy Roosevelt e dos *Rough Riders* que desembarcaram e ocuparam Cuba na década de 1890. Entre o público norte-americano, no entanto, tal facto deve-se sobretudo à propaganda feita para ligar Reagan aos «tradicionalis valores americanos» dos pioneiros do

Oeste: orgulhoso e independente, forte e pronto para enfrentar todo e qualquer desafio. Esta é uma imagem facilmente vendida para um povo que repentinamente descobre que o seu país é odiado em todo o mundo e simplesmente não consegue entender porquê.

Para o *establishment* político, que tem conduzido o império norte-americano quase ininterruptamente desde o seu surgimento, os *cowboys* representam a Nova Direita: uma elite político-económica com base no sudoeste, que tem ameaçado o con-

trolo do aparelho estatal por parte desse *establishment*. Esses capitalistas fizeram as suas fortunas a partir da II Guerra Mundial, baseadas principalmente no sector da electrónica de alta tecnologia e outras indústrias relacionadas com a guerra, mas também em cadeias de supermercados, turismo, petróleo, negócios agrários, construção civil e venda de imóveis. A sua influência política cresceu enormemente a partir dos anos cinquenta, acompanhada pelo ascendente crescimento populacional e industrial das suas

regiões (tal crescimento deveu-se às migrações de trabalhadores procedentes do decadente polo industrial do nordeste).

Anticomunismo e imperialismo nacionalista — o conceito de «fronteira» que se estenderia por todo o «Mundo Livre» até à «Cortina de Ferro» — inflamam mais ardentemente os corações dos cowboys do que os dos yankees do Leste. Mantêm também com maior firmeza os tradicionais mitos do mercado livre e do homem que se fez sozinho na vida. Os cowboys vêem na interferência governamental em actividades e negócios «normais» a raiz da crise económica, e na debilidade militar combinada com a falta de uma atitude enérgica as causas da perda do poder norte-americano global. Esses cowboys consideram como seu inimigo político mortal um establishment esgotado, do qual os financeiros de Nova Iorque e os seus porta-vozes políticos são os símbolos mais óbvios.

Para os cowboys, as desastrosas tentativas de Carter para administrar a crise económica (que já se tornou política e ameaça tornar-se social), provam a falência da perspectiva «liberal» que tem guiado os democratas do Leste desde Franklin Roosevelt e o *New Deal*. O papel do governo dos Estados Unidos — consideram eles — é de promover e proteger os negócios norte-americanos e não fornecer serviços para o povo. Tudo o mais decorre disso.

Ronald, o patriota

Nos anos sessenta, os cowboys pegaram em Reagan, um locutor desportivo de rádio transformado em actor de 2.ª categoria, e treinaram-no para ser o governador da Califórnia. Ele ficara conhecido entre a elite dos homens de negócios da região após a II Guerra Mundial, durante a «caça às bruxas», quando foi presidente do sindicato dos acto-



res de Hollywood (*Screen Actors Guild*). Reagan denunciou a greve dos trabalhadores das indústrias cinematográficas, entre 1945 e 1948, como «comunista» e tomou parte com o seu colega californiano Richard Nixon, na onda da grande inquisição política que «pôs a descoberto comunistas debaixo de muitas camas» de Hollywood. Patrioticamente entregando as fichas dos actores e técnicos para os inquisidores, contribuiu substancialmente para a famosa «lista negra», que pôs na rua centenas de pessoas, após a sentença de prisão dos «Dez de Hollywood» (entre eles, Charles Chaplin, Lillian Hellmann, etc...).



A incapacidade demonstrada por Carter na resolução da crise económica abriu o caminho à Nova Direita

Como todos os candidatos à presidência deste século, Reagan é milionário, mas mantendo a tradição do cowboy: ele nasceu pobre e conseguiu a sua fortuna fazendo o jogo daqueles que já a possuíam.

O alarme que fez soar contra o «perigo vermelho» e a medíocre imagem projectada nos seus filmes e papéis da televisão, chamaram a atenção dos estrategos cowboys que estavam à procura de um homem para ser o testa-de-ferro da sua cruzada. Pessoalmente amável e sem manchas de escândalos, ele parece o perfeito porta-voz para a sua ideologia simplista, destinada a fazer uma lavagem cerebral nos americanos: Deus, família e a bandeira de listas e estrelas.

Governo na sombra

A partir do início dos anos sessenta, mas sobretudo desde que o escândalo de Watergate derrubou o primeiro governo cowboy (o de Richard Nixon), a Nova Direita tem gasto biliões de dólares para desenvolver uma máquina política a nível nacional capaz de tomar o controlo do Partido Republicano e, em última análise, do Congresso e da Presidência da República. Ligações com grupos direitistas tais como seitas religiosas evangélicas, grupos anti-integração racial e anti-aborto e com a tradicional ala ultradireitista

Minutemen, John Birch Society e a *Ku Klux Klan*, ajudaram a desenvolver a ideologia. Logo, uma espécie de «governo na sombra» foi estabelecido em Washington e Califórnia, nas instituições onde economistas, estrategos militares e peritos em assuntos estrangeiros de ideologias convergentes, passaram a desenvolver as políticas a serem seguidas, uma vez que o assalto dos cowboys à cena política começou a render frutos.

Destes «*think tanks*» (bancos de cérebros) — The American Enterprise Institute; Georgetown University's for Strategic and International Studies; The Heritage Foundation, em Washington; The Hoover Institute on War, Revolution and Peace, em Stanford, Califórnia — Reagan escolheu os seus conselheiros pessoais e as personalidades da sua administração.

Nos apolíticos cenários destes ex-

perts, o mundo é um tabuleiro de xadrez, onde o avanço de um jogador sobre o território do outro é indicativo de «quem está a ganhar» e onde o posicionamento estratégico pode prevenir a perda de «peças» chaves. E onde tanto a estratégia como a força bruta decidirão quem dará o xeque-mate final.

Apesar da sua vocação pelos grandes negócios, os cowboys darão maior peso ao valor estratégico de

um país do que a simples factores económicos — pois não é só a economia dos Estados Unidos que depende da manutenção do império, e sim a legitimidade de todo o sistema. Questionar isso, seria questionar a crença de que os Estados Unidos são bons, livres, poderosos e os paladinos da liberdade em todo o planeta — coisa que nenhum político norte-americano estaria disposto a fazer. □

O dilema é entre a vida e a morte

George Wald, Prémio Nobel de biologia, alerta para os perigos de um holocausto e entrega-se à luta pela paz

Cedric Belfrage

○ nosso universo tem uns 20 biliões de anos, o sistema solar seis biliões, a Terra 4.700 milhões, a vida na Terra uns três biliões, a vida humana três milhões, a civilização talvez uns dez mil anos. Em consequência do desenvolvimento, dá-se mais um passo há uns 200 anos: a revolução industrial. E nesses dois séculos, principalmente nos últimos 100 anos, essa revolução industrial — que prometeu à humanidade abundância e prazeres infinitos — levou-nos à beira da autodestruição como espécie. Este planeta está hoje ameaçado, a um extremo como nunca esteve antes.»

Assim explica George Wald, biólogo, Prémio Nobel em 1967 e professor da Universidade de Harvard há cinquenta anos, a vivência que o levou a converter-se num militante político pela paz desde 1969, quando se uniu à campanha contra a

guerra do Vietname. Aos setenta e cinco anos de idade, esse filho de imigrantes acaba de passar pelo México, onde presidiu ao Tribunal Permanente dos Povos (o antigo Tribunal Russell) que julgou e condenou moralmente a Junta salvadorenha. No México, Wald conversou com **cadernos do terceiro mundo**:

Quando começou a sua preocupação pela causa da paz?

Em 1969, os estudantes e docentes do *Massachusetts Institute of Technology* organizaram um seminário de três dias sobre a ciência e a sua utilização contra o homem. Pediram-me que falasse. Era uma época de revolta estudantil em todo o mundo e eu sabia que os estudantes se interrogavam se eu me animaria a dizer o que pensava. Decidi que o faria e falei sobre «Uma geração em busca de um futuro». A base da intranquilidade estudantil era, a

meu ver, que os jovens inconscientemente compreendiam que talvez não tivessem *nenhum* futuro. A palestra foi gravada e a revista *New Yorker* publicou-a. Imediatamente tive as três semanas de fama que correspondem a um norte-americano quando acontece algo assim: fui solicitado para entrevistas, programas de televisão, tudo isso...

E o Prémio Nobel também ajudou...

O prémio abriu-me as portas e deu mais peso ao que eu queria dizer. Estar na oposição tornou-se para mim a única forma de vida possível. E o surpreendente é que quando explico às pessoas a verdade nua e crua, dizem-me «Sim, é isso mesmo.»

Qual é essa verdade?

Eu costumo dizer que os Estados Unidos são um sistema unipartidário, disfarçado sob a aparência de

dois partidos, que servem aos mesmos senhores. E o público comenta: *Yeah, that's right!* Digo-lhes que a nossa metade do mundo, o chamado «Mundo Livre» não é senão a maior coleção de ditaduras militares da história, e assim por diante.

Considera que a sua actividade seja política?

Eu não tenho filiação partidária, mas sei que se existe algo a fazer, deve ser feito politicamente. A organização é necessária. De modo que sim, faço política.

Quais são os princípios da sua proposta política?

As minhas convicções são as que todo o norte-americano aprende na infância e estão claramente expressas na Declaração de Independência dos Estados Unidos e na Oração de Gettysburg de Abraham Lincoln: os direitos dos povos são inalienáveis e os governos devem ser do povo, pelo povo e para o povo. Certamente não é um governo assim o que temos nos Estados Unidos e esses direitos são quotidianamente violados pelo nosso país.

Não o acusam de comunista por dizer isso?

— Muitas vezes ouço essas acusações. Uma vez, um pastor escreveu-me uma carta assinada — a maior parte dos ataques que recebo são anónimos — na qual dizia ter apostado com os seus colegas que eu era membro do Partido Comunista, com cartão e tudo. Em resposta, enviei-lhe artigos que escrevi na revista *Science* em defesa de três cientistas soviéticos presos. Isso calou a sua boca. Eu não sou comunista. Sou um biólogo, um cientista, mas também procuro actuar com decência. E esta é uma matéria-prima muito rara em nossos dias.

O meu ideal é o de Lincoln; as minhas preocupações são a justiça, a liberdade dos povos, os direitos humanos. Não tenho uma ideia clara de como se chega a esse ideal. A tragédia da minha geração é não ter



encontrado uma fórmula política satisfatória.

A covardia dos intelectuais

É essa a causa do apoliticismo das universidades norte-americanas de hoje?

Bom, vejo que os intelectuais ao meu redor retiraram-se para as suas especialidades. Estamos na era da especialização e tornou-se perigoso sair da especialidade de cada um. Dão-se conta disso e ficam, seguros, nas suas covas.



No entanto, muitos estão sempre disponíveis quando se trata de assinar um protesto contra a União Soviética.

Claro, é um grande alívio. Gostaríamos de sair defendendo corajosamente os direitos humanos, mas se o fizermos em relação a um aliado dos Estados Unidos, corre-se perigo. Aí, se alguém acha ter existido uma violação aos direitos humanos na União Soviética, então não só pode sair defendendo um ideal, como também, além disso, o aplaudem por essa atitude.

Eu estou rodeado de cientistas que não vacilam em protestar pela intervenção soviética no Afeganistão, mas nunca fariam nada em favor do movimento de libertação em El Salvador. «Temos que sobreviver», argumentam. Mas o que quer dizer isso? Que se quisermos continuar a receber fundos para as nossas pesquisas temos que ficar calados. Não «fazer ondas». Não vir à superfície.

A minha especialidade é defender a vida

Em troca, você dirige todas as baterias contra o governo norte-americano.

Sim. E por duas razões. Em primeiro lugar, é o meu país. Em segundo lugar, acho que muitos dos problemas do mundo poderiam ser corrigidos se corrigíssemos os Estados Unidos. Nós somos responsáveis pela maior parte da contaminação industrial do mundo. Ao usar matérias-primas não — renováveis, numa escala da qual nenhum outro país sequer se aproxima, somos responsáveis pela devastação do planeta.

E a nossa Declaração de Independência não fala dos direitos inalienáveis dos norte-americanos, mas de direitos humanos inalienáveis. Então, já que o nosso governo é responsável por crueldades, bestia-

lidades e opressão em tantas partes do mundo...

... *decidiu «fazer ondas».*

Eu sei que a administração da minha universidade não está de acordo e que muitos dos meus próprios colegas desaprovam a minha conduta. Eu sei o que dizem: «Aí vai outro desses malditos prêmios Nobel que pensa que porque recebeu um prêmio em biologia ou química pode falar em qualquer coisa».

E eu respondo: Não. Não estou fora do meu campo. Sou um biólogo. Dedico-me a estudar a vida. Como biólogo, a minha tarefa não consiste só em observar como a na-

tureza está «a entrar pelo cano», mas que tenho de cuidar dela. E a vida está tão ameaçada... Eu sou membro da Federação de Cientistas

Americanos, que publica o Boletim de Cientistas Nucleares, uma revista muito equilibrada e académica onde podem ser lidas interessantes discussões sobre o que aconteceria se fossem utilizadas as armas atômicas. Ficaria alguém vivo no mundo? Não estamos a falar dos países beligerantes. Os materiais radioactivos iriam para a atmosfera e para a estratosfera e ficariam ali eternamente. Para sempre, pelo menos em termos humanos. Sobreviveria alguém, di-

gamos, por exemplo, nos planaltos da Nova Guiné? Como cientista, minha opinião é de que muito provavelmente ninguém conseguiria sobreviver.

As baratas, talvez?

Provavelmente as baratas, algumas plantas e uma ou outra forma de vida submarina, já que os mares estarão bastante contaminados, mas não sofrerão a radiação que viria da atmosfera.

De modo que o dilema é entre a vida e a morte. E no momento actual, estamos aproximando-nos de uma guerra nuclear total com uma rapidez e uma irresponsabilidade atarradoras.

As memórias de Kissinger

Nas vésperas do apocalipse



Para onde vai uma política externa baseada na ignorância na força bruta e na necessidade de mostrar «coragem», levando as tensões «até aos limites»?

Noam Chomsky*

* Professor de linguística no Massachusetts Institute of Technology, autor de várias obras já consideradas «clássicas» na sua especialidade e analista político independente, notório durante a década passada pela sua militância contra a guerra do Vietname.

NO seu muito promovido e amplamente traduzido livro de memórias (que, na realidade, é uma primeira parte, já que vai apenas até ao fim do primeiro período presidencial de Nixon, Janeiro de 1973), Henry Kissinger dedica muitas das 1500 páginas «à filosofia» e às lições da História. O autor, considerado por algumas pessoas como «o expoente máximo do sério e exuberante pragmatismo norte-americano», escreve que «a responsabilidade do homem-de-Estado é lutar contra a transitoriedade e não insistir em ser retribuído pela eternidade» e que «não pode haver paz sem equilíbrio, nem justiça sem repressão». O resto da argumentação é tão insípido como estes exemplos sugerem. As memórias de quem conduziu a política externa da nação mais poderosa do planeta nos anos críticos de 1969 a 1977, parecem escritas por um medíocre empresário que aprendeu a disfarçar o seu pensamento obtuso com uma verborreia pretensiosa.

«Trata-se de equilíbrio», mas o que significa esse conceito-chave na filosofia kissingeriana? Na sua opinião, o equilíbrio é assegurado obstruindo-se «as ambições geopolíticas de Moscovo»: «Não podíamos ignorar, como os nossos predecessores — explica Kissinger — o papel da União Soviética na guerra do Vietname ao abastecer maciçamente o Vietname do Norte». Para quem supõe que os Estados Unidos são os donos do mundo, tal raciocínio é de uma lógica impecável. Entre as ameaças ao «equilíbrio», estariam também «as guerras por encomenda que travam a Síria e a Índia», a recusa de Hanoi em pactuar a paz segundo os termos propostos por Kissinger e a vitória eleitoral de Salvador Allende no Chile: «facetas de um desafio comunista global». Os Estados Unidos devem continuar a ser o «baluarte dos povos livres em toda a parte». Como na Guatemala, Filipinas, Chile,



Irão, Indochina, República Dominicana, El Salvador, etc., etc. onde Moscovo escarnece da moral.

Depreende-se, de diversas citações semelhantes, o real significado de «equilíbrio» e de «estabilidade». Isto é, estes aumentam ou diminuem segundo se fortaleça ou enfraqueça a dominação dos Estados Unidos sobre o sistema mundial. Qualquer diminuição é devida, no raciocínio kissingeriano, à briga global comandada por Moscovo, que «trava uma guerra permanente pelo controlo das mentes» e «escarnece do direito internacional que condena a interferência nos assuntos dos países», ao apadrinhar «insurreições, revoluções e subversões» sem nenhuma consideração pelos «conceitos ocidentais de boa vontade». Tão diferentes dos norte-americanos, segundo o ex-secretário de Estado, os soviéticos só se preocupam com o seu «interesse egoísta», de modo que não têm importância os «apelos a um sentimento moral de comunidade».

No entanto, na década de 60, os intelectuais europeus começaram a duvidar de que toda a culpa da guerra fria recaísse sobre os soviéticos e «uma minoria ruidosa e às vezes violenta» começou a pôr em questão, nos Estados Unidos, «a até então quase unânime convicção de que a guerra fria devia-se à intransigência soviética». Inclusive, «che-

gou-se a argumentar que os nossos programas (armamentistas) eram os que desencadeavam as respostas soviéticas e não ao contrário». Entretanto, o leitor deveria tirar ensinamentos da experiência da crise originada pela presença de mísseis soviéticos em Cuba (Outubro de 1962), durante a qual o presidente Kennedy conseguiu estabelecer «um equilíbrio psicológico» que tornou possível um certo progresso. Para Kissinger, «equilíbrio psicológico» é o mesmo que «humilhação da União Soviética», enquanto que intervenções e subversões promovidas pelos Estados Unidos são contribuições à «estabilidade».

Poder abstracto

O «mal-estar» dos Estados Unidos é tão profundo que o seu tratamento não requer «habilidade de especialistas» mas sim «filosofia», devido particularmente à «nefasta mudança» na natureza do poder: «A capacidade de destruir demonstrou ser difícil de ser utilizada como ameaça efectiva, inclusive contra países que não têm condições de exercer represálias». Assim, o poder «tornou-se abstracto, intangível, evasivo», como sem dúvida podem corroborar os camponeses vietnamitas sobre os quais as superpotências lançaram bombas, napalm e desfolhantes «abstractos».

Certamente, esses conceitos não devem ser interpretados como um esforço do autor das memórias em analisar a história contemporânea. São simplesmente as emanções de um cérebro que não entende a História nem se interessa por ela. Apologista incondicional do uso do poder para estabelecer a dominação global dos Estados Unidos, Kissinger foi designado gerente desse poder por aqueles que realmente o detêm. Os motivos e interesses reais que movem estes últimos não são assunto de um só parágrafo das memórias.

É claro que é pura fanfarronice Kissinger reivindicar ter introduzido o conceito de «geopolítica» na política norte-americana. Mentos mais realistas têm um conceito muito mais racional do problema. A revista Business Week, por exemplo, reclamou, no seu número de 28 de Janeiro de 1980, uma «revitalização da geopolítica», argumentando que trinta anos atrás «Washington planeou a protecção de matérias-primas vitais por meio de operações militares de emergência e actividades intensivas de informação» (ou seja, de espionagem). Numa análise realista, a mesma revista tinha explicado (7 de Abril de 1975) como, «alimentados inicialmente pelos dólares do Plano Marshall, os negócios norte-americanos prosperaram e estenderam-se além-mar... O guarda-chuva do poderio norte-americano estava sempre presente para conter o desenvolvimento das tendências negativas... A ascensão das empresas transnacionais foi a expressão económica desse quadro

político, uma ordem mundial estável para os negócios que começa a desmoronar-se» em meados da década passada.

No discurso de Kissinger, no entanto, o Plano Marshall não é senão «a expressão do nosso idealismo», como também «a liderança moral dos Estados Unidos» em todo o período posterior à Segunda Guerra.

Bombas para melhorar os «modos»

Kissinger admira a máxima de Bismarck: «A coragem e o êxito não têm relação de causa e efeito; são a mesma coisa». Para Kissinger, coragem é a disposição de esmagar os oponentes incapazes de responder e «enfrentar o risco de um Armagedon», a batalha que — segundo o Apocalipse bíblico — precederá o juízo final.

O ex-secretário de Estado de Nixon e Ford relata, com orgulho, por exemplo, como os bombardeamentos e as minas (colocadas em Hanói, Haiphong e no superpovoado delta do rio Mekong) «melhora-

ram muito os «modos» de Hanói». Os bombardeamentos foram iniciados com a esperança de que isso fizesse com que os soviéticos cancelassem uma reunião cimeira já programada, confessa Kissinger. O que não impediu, no entanto, que ele pessoalmente, criticasse duramente os jornalistas que, nesse momento, tinham dito a mesma coisa. Não é, certamente, difícil manifestar esse tipo de «coragem» quando o inimigo é muito fraco para replicar e confiar-se em que os outros (no caso, os soviéticos) serão suficientemente cordatos para não responder com idêntica «coragem».

Kissinger não tem nada de interessante a dizer sobre os objectivos ou os aspectos da sua política, mas centenas de páginas são dedicadas a pormenorizar as hábeis negociações e as suas vitórias em epopeicos combates-debates contra os seus malvados adversários, desde «Ducky» (Le Duc Tho, negociador vietnamita em Paris, laureado juntamente com Kissinger com o Prémio Nobel da Paz em 1973, que foi recusado pelo asiático e aceite pelo norte-americano) até aos seus colegas universitários. De acordo com o testemunho de Kissinger, os seus interlocutores são todos mentecaptos. O nosso super-homem só titubeia uma vez, quando se enfrentou com o «colosso De Gaulle».

Kissinger tenta explicar a De Gaulle porque motivo os Estados Unidos devem continuar a esmagar a Indochina:

— Uma retirada repentina criar-nos-ia um problema de credibilidade.

— Onde?, pergunta De Gaulle.

— No Médio Oriente.

— Que engraçado! comenta o general. Eu achava que no Médio Oriente quem tinha problemas de credibilidade eram os vossos inimigos...

O leitor poderá perguntar se De Gaulle deixou as coisas assim ou



Nas «Memórias», o Plano Marshall «é a expressão do nosso idealismo e da liderança moral dos EUA»

continuou a conversa, demolindo os argumentos de Kissinger que justificavam a destruição da Indochina. Em todo o caso, Kissinger não disse como terminou a conversa nem explica, em parte alguma do livro, como os Estados Unidos garantiam a sua «credibilidade» com uma conduta de criminosos de guerra.

Jogando dominó

As memórias confirmam a acusação de que Kissinger sempre considerou o Camboja (actual Kampuchea) como um problema secundário. Inflamada a guerra do Vietname pelas suas iniciativas — um facto que aparece claramente na leitura, apesar das suas patéticas tentativas de se autojustificar — o conflito estendeu-se ao Kampuchea numa operação de apoio aos objectivos norte-americanos no Vietname do Sul. Mas, na realidade, o Vietname também era um problema secundário. Segundo Kissinger, a guerra foi

feita para conseguir «credibilidade», enquanto quem o antecedeu procurava «demonstrar que uma «guerra de libertação» é coisa perigosa e está destinada ao fracasso» (general Maxwell Taylor, em declarações ao Senado, (Fevereiro de 1966). Uns e outros quiseram evitar o efeito de dominó, quer dizer, o perigo de que os êxitos económicos e sociais da Indochina libertada «disseminassem a podridão» por todo o sistema que estava sob dominação norte-americana.

Naturalmente, as lembranças de Kissinger são cheias de fervor patriótico: «A nossa entrada na guerra foi o resultado (...) de um idealismo inocente, do desejo de corrigir todos os males do Mundo e da fé na boa vontade dos Estados Unidos e na sua eficiência». Na realidade, desde que, nos anos 40, os Estados Unidos começaram a ajudar o colonialismo francês na Indochina, os analistas norte-americanos mais lúcidos



(como John Paul Vann, coordenador das operações da missão norte-americana) sempre tiveram bem claro que, ao fazê-lo, enfrentavam



De Gaulle demoliu os argumentos de Kissinger

um vigoroso movimento nacionalista. A boa vontade e o idealismo eram tão raros como a consistência dos comentários de Kissinger que, por um lado, sustenta que os vietnamitas «têm pouco sentido de nacionalidade» e, por outro, reconhece que «lutaram durante séculos para determinar o seu destino nacional».

Kissinger contra todos

Num esforço para conseguir o «equilíbrio», Kissinger encontra inimigos por toda a parte: em primeiro lugar, a União Soviética e os seus diversos «procuradores», mas também a burocracia e o Congresso norte-americano, os meios de comunicação, os seus colegas universitários, os especialistas em controlo de armamentos, os jovens (que, na realidade, não estariam contra a guerra, mas sim protestavam «estimulados por um sentimento de culpa animado pela psiquiatria moderna e a retórica radical que a classe média alta converteu em moda»), a opinião pública norte-americana e, por último, o Mundo todo.

Assim, enquanto os Estados Unidos bombardeavam Hanói no Natal de 1972, Kissinger queixava-se de que «nenhum dos nossos aliados da OTAN nos apoiou» nesse nobre esforço de conseguir a paz. Pior ainda, «a opinião mundial esqueceu-se das transgressões de Hanói» e passou a considerar o regime de Ho Chi Minh «como vítima da «opressão» norte-americana, quando na realidade foi ele quem desencadeou todas as guerras na Indochina». Um argumento que se repete ao longo de toda a obra, mas que não consegue ser demonstrado nas 1500 páginas. Não podemos entrar aqui numa análise detalhada dos factos, como a sabotagem norte-americana aos Acordos de Ge-

nebra de 1954, o apoio maciço dos Estados Unidos à França na sua luta contra o movimento de libertação, o bombardeamento e a invasão do Vietname do Sul nos anos 60, o derrube do Governo do Laos em 1958, etc., etc. No discurso de Kissinger, factos como esses são irrelevantes. E o autor nunca se detém para perguntar porque motivo o Mundo deu tão pouco crédito aos seus argumentos e que razão levou «a nossa guerra contra a agressão a tornar-se símbolo da maldade fundamental dos Estados Unidos».

No momento em que o chamado «síndrome do Vietname» permanece nos Estados Unidos perante as perspectivas nada improváveis de novas intervenções norte-americanas no exterior, vale a pena deter-se nas considerações de Kissinger sobre a Indochina. Para o ex-secretário de Estado, os vietnamitas do

Norte e do Sul eram inimigos terríveis. O «estilo diplomático» de Hanói parece-lhe «enlouquecedor» pelo seu mórbido receio e a feroz convicção na justiça da sua causa, em contraste com o estilo norte-americano «baseado na nossa fé na eficácia da boa vontade e na importância da negociação», assim como numa «ética tolerante».

Das suas visitas ao Vietname, Kissinger conserva a imagem de «norte-americanos idealistas trabalhando em difíceis condições para levar governo, saúde e desenvolvimento a um povo aterrorizado e assustado». Na sua ingenuidade e idealismo, os norte-americanos não podiam brigar «com as complexidades da psicologia vietnamita», nem mesmo com o seu idioma, «cujos matizes e significados subtis escapam à nossa compreensão». Finalmente, a insistência de Kissinger na «arrogância» e «insolência» dos vietnamitas revelam-se como atitudes colonialistas ou mesmo racistas. □

Os alquimistas de uma nova conflagração

O homem nunca esteve tão perto da sua autodestruição. Haverá ainda tempo de a evitar?

Roberto Remo

NO dia 28 de Junho de 1914, um atentado tirou a vida ao príncipe herdeiro do Império austro-húngaro e poucos dias depois eclodiu na Europa a grande conflagração entre as potências imperialistas que a história conhece como Primeira Guerra Mundial. Sessenta e sete anos mais tarde, um jovem neonazi, John Hinckley, acertou um tiro no peito daquele que representa o império mais poderoso que o planeta jamais conheceu. Os acontecimentos que se desencadearam fizeram com que ficasse de respiração suspensa o mundo todo, esse mundo que nunca antes esteve tão perto de uma guerra que pode perfeitamente não ser a Terceira, mas sim a última...

Golpe na Casa Branca

Durante as horas em que se esperou a divulgação do primeiro boletim médico tranquilizador sobre a saúde do presidente Ronald Reagan, o mundo assistiu atônito à imagem televisada do general Alexander Haig declarando, no melhor estilo das quarteladas latino-americanas, que tinha a situação sob controlo. Entretanto, a Imprensa descobria que o filho do vice-presidente Geor-

ge Bush tinha programado, para essa mesma noite, um jantar íntimo com o irmão do jovem que acabava de atirar contra Reagan. Suspeitando de uma conspiração, o ministro de Defesa Caspar Weinberger colocou em alerta as forças militares norte-americanas no mundo. Haig teve um sério desentendimento com Weinberger e conseguiu impor a sua decisão de suspender o estado de emergência. Pouco antes, ele tinha-se «equivocado» ao assinalar que «constitucionalmente» o Secretário de Estado era o seguinte na escala de sucessão do presidente e do vice-presidente. Segundo essa teoria, Haig estaria hoje no comando efectivo do império, se Reagan tivesse ficado incapacitado e Bush — nesses instantes, voando do Texas para Washington — se afo-gasse no escândalo da hipotética conspiração.

Nessa mesma hora, Reagan encontrava-se a caminho da sala de operações com os seus três homens de confiança — o conselheiro Edwin Meese, o chefe da equipa presidencial James Baker e o seu assistente, Michael Deaver — e perguntava-lhes: «quem está a tomar conta da loja?»

Esta frase, interpretada pela im-

prensa como uma demonstração do extraordinário bom humor do ex-actor ferido, foi uma clara advertência para a *troika* Meese-Baker-Deaver, que rapidamente se instalou na Casa Branca para recuperar o controlo efectivo da «loja». Em poucas horas, tudo voltou à «normalidade» e, antes que o presidente sáísse do hospital, Haig e Weinberger já estavam prudentemente longe, em missões especiais pelo Médio Oriente e Europa, respectivamente, enquanto Bush assumia apenas as funções protocolares de Reagan.

O susto passou. A hipótese de uma conspiração foi rapidamente — talvez demasiadamente rápido — descartada. Nenhuma «potência hostil» tentou tirar partido da confusão, atacando de surpresa os Estados Unidos...

Mas a crise pôs em evidência a fragilidade da estrutura do poder imperial e a existência de profundas divergências no seu seio. Não se trata de simples rivalidades pessoais ou ambições desmedidas, mas sim de luta entre interesses e programas divergentes.

Talvez fosse para dirimir uma dessas controvérsias que Reagan se dirigia para um encontro com David Rockefeller no trágico 30 de Março em foi baleado.

O projecto trilateral

Presidente do Chase Manhattan Bank, Rockefeller criou no princípio da década passada, a Comissão Trilateral onde empresários, políticos e intelectuais europeus, japoneses e norte-americanos deveriam coordenar uma estratégia comum das transnacionais no âmbito do planeta. Das suas fileiras saiu a maioria dos membros do anterior governo de Washington. A identificação entre a Trilateral e Administração Carter chegou a ser tão estreita que Reagan iniciou a campanha eleitoral prometendo que não



haveria «trilateralistas» no seu governo.

Na opinião de Luís Maira (um dos poucos «Washingtólogos» latino-americanos), Reagan representa a convergência de interesses de: 1) os pequenos e médios produtores, que pedem uma política proteccionista para se defenderem da concorrência de manufacturas provenientes do Terceiro Mundo, como, por exemplo, os sapatos brasileiros; 2) o sector de empresas de grande dimensão que perderam competitividade face



Haig na Casa Branca: uma ambição desmedida e transparente

ao Japão e à Alemanha Ocidental, particularmente a indústria automobilística; e 3) o complexo industrial-militar que viu com maus olhos a política de *détente* com a URSS e que beneficia com o aumento nos gastos bélicos.

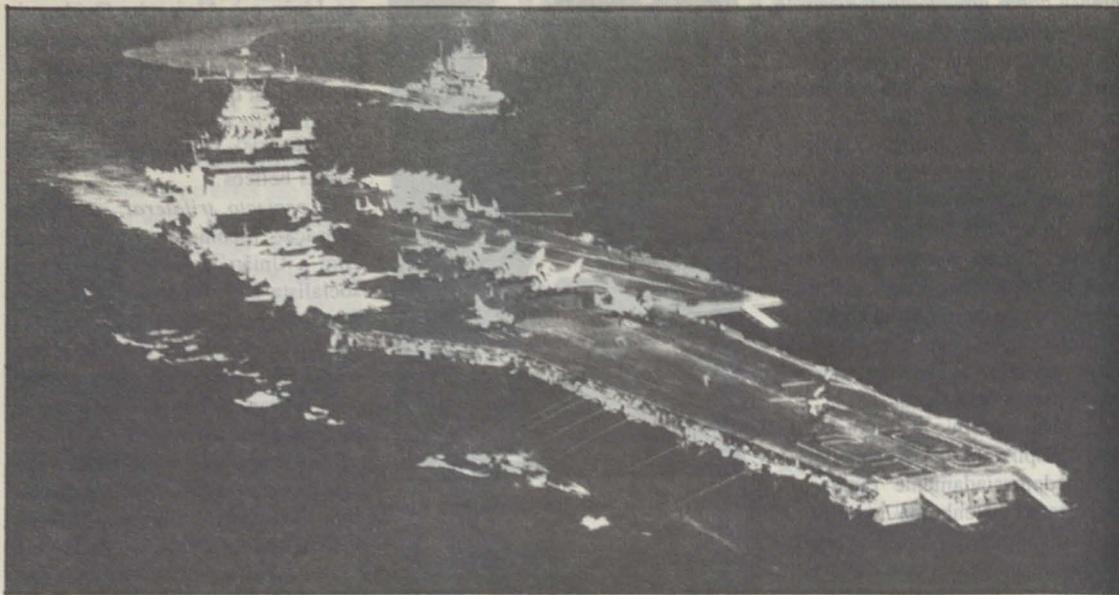
O *projecto trilateral*, em compensação, recomenda a colaboração com a União Soviética e o campo socialista para favorecer a transferência de bens, tecnologias e recursos financeiros para o Leste e tem claras divergências com as pretensões ultranacionalistas das quais Reagan é porta-voz.

Para conseguir algum apoio (ou pelo menos neutralidade) desses capitais transnacionais, Reagan acabou por recrutar para a sua equipa dois notórios «trilateralistas»: o vice-presidente George Bush e o ministro da Defesa Caspar Weinberger. Assim, se por morte ou incapacidade, o presidente tivesse de ser substituído, o seu sucessor constitucional seria um homem alheio à coligação que levou Reagan à Casa Branca.

Quem manda na Casa Branca?

Ao ser escrita esta análise, dias depois do atentado, já é óbvio que o «negócio» não está nas mãos de Haig, nem nas de Bush ou Weinberger. Nem mesmo nas do próprio Reagan.

Haig apostou e perdeu. Deverá considerar-se feliz se conseguir, pelo menos, conservar o seu cargo de principal responsável pela política externa norte-americana no meio da onda de críticas adversas ao seu comportamento durante a crise. Bush, por seu lado, foi extremamente cuidadoso em não demonstrar nenhuma ambição, limitando-se a coordenar as reuniões do gabinete na ausência do Presidente. Weinberger cedeu perante Haig, quando este lhe ordenou para suspender o estado de emergência que o secretá-



A suspeita de uma conspiração no atentado a Reagan levou Weinberger a colocar em alerta as forças militares dos EUA em todo o mundo

rio da Defesa tinha decretado, evidenciando a debilidade da sua posição.

Quanto a Reagan, o seu controlo efectivo sobre o governo já era, antes do atentado, tema de discussão pública. No seu último número de Março, a revista conservadora *Us News* perguntava como poderia um país ser dirigido por um presidente que só trabalha uma média de sete horas diárias, «irrita-se quando tem que ler muito, prefere ser informado oralmente (...) e está sempre disposto a delegar em outros a tomada de decisões». A revista cita a deputada democrata Patrícia Schroeder: «Ele gosta de falar de velhos filmes e, de repente, termina o tempo e não se pôde discutir nada em pormenor com ele.» Outro político comenta que «a gente às vezes interroga-se, principalmente quando fala de economia, se realmente ele entende a complexidade dos problemas».

«A única função que Reagan não delega nos seus subordinados», conclui a reportagem, «é a de vendedor-chefe». O presidente seria, assim, uma espécie de relações pú-

blicas que «vende» aos políticos, à imprensa, ao público e aos diplomatas estrangeiros, as políticas que outros elaboram. Na Casa Branca, o poder está nas mãos do trio de assessores já citado («monstro de três cabeças», segundo a expressão de Haig, citada por *Newsweek*) e de um quarto homem, o assessor de segurança nacional Richard Allen. São eles que têm acesso directo ao presidente, controlam as informações e visitas que recebe, preparam os memorandos que lê. Talvez seja certo, como afirma *US News*, que quem toma a decisão final é o presidente. Mas são esses homens que lhe dizem sobre o quê decidir e quais são as opções.

Poker ou xadrez?

Nos Estados Unidos começa a causar alarme o facto do poder executivo ser controlado por funcionários que não foram eleitos democraticamente. Mais pragmáticos, os estadistas do resto do mundo preocupam-se menos com a legitimidade dessa situação e interrogam-se sobre

o rumo para onde é conduzida a política norte-americana.

Foram muitos os observadores que, durante a campanha eleitoral, deram pouca importância às declarações belicistas de Reagan. Estas se explicariam como reflexo do sentimento de indignação nacional pelo cativo dos reféns no Irão e não teriam mais valor do que qualquer outra demagogia eleitoral. Além disso, Nixon também se formou ideologicamente nos tempos do maccartismo e, no entanto, foi ele quem inaugurou, com os primeiros tratados SALT, a época do «desanuviamento» nas relações soviético-norte-americanas.

Excelente jogador de poker, Nixon sugeria o despique com a União Soviética como numa mesa de jogo, na qual se podem admitir outros participantes (especialmente a China e a Europa) e onde o *bluff*, as armadilhas e a audácia se combinam na conquista de relativas vantagens. As fichas ganhas numa rodada podem ser perdidas na próxima e a contenda continuará eternamente,

enquanto os jogadores tiverem algo a apostar.

Para a actual administração republicana, no entanto, o despique com a URSS é uma partida de xadrez que só admite dois adversários e na qual cada movimento só tem sentido em função do xeque-mate final que deverá derrotar inapelavelmente um deles.

Richard Pipes — colega de Kissinger na Universidade de Harvard e membro do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca — afirmou, em declarações à Imprensa, que os soviéticos deveriam optar entre mudar de modelo para adequá-lo ao gosto ocidental «ou ir à guerra». «Não há outra alternativa», sublinhou.

A Casa Branca teve de esclarecer que esse funcionário falava a título pessoal. Caspar Weinberger afirmou que os Estados Unidos começariam imediatamente a instalar bombas de neutrões nos seus mísseis estacionados na Europa. Haig esclareceu que ainda não havia uma posição definida sobre o assunto.

Canhões em vez de manteiga

A sucessão diária de declarações e desmentidos tornou praticamente impossível conhecer qual é, em definitivo, a verdadeira opinião oficial da Casa Branca sobre qualquer assunto, se é que ela existe.

Mas, por detrás dos discursos, existem factos que falam por si mesmos. No projecto de orçamento para o ano fiscal 1981-82 que Reagan enviou ao Congresso — e que já foi aprovado, com modificações mínimas, pelo Senado — as despesas militares aumentaram em 4400 milhões de dólares, alcançando a cifra recorde de 189 biliões. Um aumento significativo, se levarmos em conta que os gastos totais previstos nesse primeiro «orçamento Reagan» são cinco por cento menores



que os do último orçamento da administração Carter.

A administração Reagan pretende eliminar totalmente os programas governamentais de obras públicas locais, serviços de assistência para os pobres e subsídios aos transportes colectivos. Serão substancialmente reduzidos os programas de forma-



Duas formas diferentes na disputa com a URSS: para Nixon era um jogo de poker, onde podem sentar-se à mesa outros parceiros e valem o bluff, as armadilhas e a audácia...

ção técnica para desempregados, ajuda alimentícia às famílias com rendimentos menores do que o chamado «nível de pobreza», assistência médica estatal e bolsas para estudantes de menores recursos. Em contrapartida, aumentarão as verbas destinadas ao desenvolvimento da energia nuclear, às pensões para os veteranos de guerra, à ajuda externa militar e, logicamente, às Forças Armadas.

Será uma casualidade que entre as quatro maiores empresas, abastecedoras do Pentágono está a *General Electric*, cuja imagem televisiva foi personificada durante muitos anos por um obscuro actor chamado Ronald Reagan?

Coincidências à parte, o certo é que os *cowboys* do sudoeste norte-americano (ver artigo neste número) são os principais beneficiários desse aumento do orçamento militar. As suas indústrias electrónicas, espacial, de aviação e comunicações formam o actual coração daquilo que Eisenhower chamava o «complexo industrial-militar». Grande parte das empresas que abastecem o Pentágono têm a sua sede no estado da Califórnia, onde Reagan foi governador. Juntamente com as instaladas no Texas, essas firmas recebem um de cada cinco dólares dos gastos bélicos norte-americanos.

Isso ilustra um aspecto da rivalidade entre os *cowboys* do sudoeste e os *yankees* da costa leste, que têm capitais muito mais voltados para o exterior e, portanto, com outra óptica internacional.

O que é mau para a URSS é bom para os EUA

Economistas norte-americanos vinculados à indústria bélica tentam demonstrar que o incremento nos gastos militares deve acarretar a criação de empregos e o desenvolvimento de novas tecnologias no campo da electrónica, das teleco-

municações e da informática. A médio prazo, isso deveria contribuir para uma recuperação do conjunto da economia norte-americana. A exactidão dessas precisões é discutível, à luz da experiência dos últimos anos da administração Carter, quando já se registava um notável crescimento dos gastos bélicos sem que, por isso, diminuíssem a inflação e o desemprego.

Mas esse renovado impulso à corrida armamentista também persegue outros objectivos. Entre eles, o de debilitar a União Soviética, obrigando-a a aumentar os seus gastos de defesa. É sabido que, com um produto bruto inferior ao dos Estados Unidos, a União Soviética deve fazer um esforço bélico proporcionalmente maior para manter o actual equilíbrio de forças. Assim, Moscovo pode fortalecer a sua defesa, mas à custa do enfraquecimento da sua economia. Segundo o raciocínio dos estrategos norte-americanos, se o objectivo de elevar o nível de vida reivindicado pelos últimos planos quinquenais sofrer novos atrasos, isso poderia criar descontentamentos internos que abalariam o poder soviético e a sua imagem no mundo.

Assim, enquanto Leonid Brejnev exortava, no Relatório ao recente Congresso do Partido Comunista Soviético, a «continuar sem dilações as negociações com os Estados Unidos sobre a limitação e a redução de armamentos estratégicos», o secretário norte-americano da Marinha John Lehman afirmava que «não existem razões legais» para cumprir os acordos SALT I e II sobre esse tipo de armas nucleares. O secretário de Estado Alexander Haig disse que isso não reflectia a posição oficial, mas quem é que pode saber qual é a verdadeira posição da Casa Branca, entre tantas afirmações e desmentidos contraditórios?

Quem disparar primeiro, ganha

O certo é que desde há algum

tempo, os analistas de instituições conservadoras como a Universidade de Stanford e o Instituto Hoover vêm elaborando um «novo conceito» de guerra nuclear. Na opinião dessa corrente de pensamento (da qual provêm muitos dos quadros do actual Conselho de Segurança Nacional), deveria-se rediscutir a tradicional tese de que «não há vencedores numa guerra nuclear».

Segundo os conceitos que prevalecem no Pentágono até hoje, o poder nuclear teria um «efeito dissuasor»: ninguém se atreveria a embarcar numa guerra total, já que a potência atacante ficaria tão destruída como a agredida e todos acabariam por perder. Agora, em compensação, a tendência é pensar que poderia haver um «vencedor». Essa tese não só é perigosa, porque elimina as prevenções contra o emprego de armas atómicas, como também — e principalmente — devido à relativa vantagem num conflito de tais características ser do atacante, que conta com o factor surpresa. Assim, numa grave crise, o raciocínio predominante já não seria o de que nenhum dos lados se animará a carregar no botão vermelho. Como no *Far West*, os duelistas deverão olhar-se nos olhos, certos de que só sobreviverá aquele que saiba prever os movimentos do adversário... e «sacar» primeiro.

Se a essa lógica está inserida uma tática que consiste em «levar tensão até ao limite» (Ver artigo de Noam Chomsky sobre Henry Kissinger neste número), podemos estar seguros de que os sobressaltos serão muitos nos tempos vindouros.

Guerra atómica limitada?

Para agravar as coisas a tese do «ataque atómico preventivo» complementa-se com a tendência do Pentágono em aperfeiçoar armas atómicas «não-estratégicas», tais como a bomba de neutrões: explosi-

vos atómicos de poder limitado (quer dizer, capazes de causar 100 mil mortos e não um milhão) instalados sobre os chamados «vectores tácticos» (ou seja, mísseis ou aviões não-intercontinentais), que deveriam ser capazes de decidir a sorte de um conflito localizado, sem desencadear automaticamente uma guerra nuclear total. Nos «cenários» ideais que os estrategos planeiam, a lógica pode parecer perfeita. Mas, por acaso, pode-se pensar que a União Soviética ficaria de braços cruzados se Israel, animado por Washington, lançar uma bomba atómica sobre a parte islâmica de Beirute, no quadro do actual conflito «limitado» do Líbano?

Os europeus acham que não e, por isso, o parlamento holandês acaba de aprovar uma resolução que condiciona o estabelecimento de novas ogivas atómicas norte-americanas no seu território ao reatamento das conversações sobre o desarmamento com a URSS. Em linhas gerais, esse foi o tom das respostas que o secretário da Defesa Caspar Weinberger recebeu, aos seus pedidos de que os aliados da OTAN aumentassem os orçamentos de defesa. Mas, apesar de todo o alvoroço em torno da situação da Polónia, os principais focos de tensão continuam no Terceiro Mundo. (A complexa crise polaca gira em torno de problemas e debates *internos* a respeito do modelo de desenvolvimento. Nenhum dos grandes protagonistas — o Estado, o Partido, a Igreja e os sindicatos independentes — levantaram sequer a hipótese de que a Polónia abandone o Pacto de Varsóvia, ou seja, não existe ameaça alguma a *status-quo* europeu.)

Na periferia subdesenvolvida, contudo, a revivida «diplomacia das canhoneiras» exacerba os conflitos, que se tornaram candentes em, pelo menos, três pontos: o Médio Oriente, a África Austral e a América Central.

O Líbano é uma mecha acesa

Numa recente reportagem sobre o Líbano, a nossa revista alertava (Ver cadernos do terceiro mundo n.º 22): «Aqui pode estourar a Terceira Guerra Mundial». Uma advertência que redobra de actualidade com o reinício da guerra civil nos primeiros dias de Abril. No fundo, o problema actual do Líbano não é senão uma outra faceta do problema palestino, mas Haig insistiu, na sua recente visita à região, na necessidade de formar uma «frente anti-soviética» que incluiria tanto Israel e o Egipto como a Jordânia e a Arábia Saudita. Como era de esperar, as monarquias anticomunistas destes dois últimos países repudiaram qualquer aliança desse tipo e insistiram em exigir a retirada de Israel de todas as terras árabes ocupadas. Afinal de contas, foi para libertar Jerusalém que a Conferência Islâmica decidiu proclamar a *Jihad* (guerra santa). Qualquer que seja o vencedor das próximas eleições israelitas, as senhas que o novo governo sionista receberá de Washington não serão de pressão para negociar uma solução com os «terroristas» palestinos mas sim de «sinal verde» para continuar a colonizar as terras árabes e a apoiar os direitistas libaneses contra a coligação palestino-progressista. Em contrapartida, os governos árabes chamados «moderados» tenderão a distanciar-se cada vez mais de Washington, sob pena de que a oficialidade nacionalista ou as grandes massas decidam fazê-lo por sua conta. «Turbulências» desse tipo no Cairo, Amã ou Riyad serão interpretadas pelo Pentágono como «ameaças soviéticas» ao abastecimento ocidental de petróleo. E a mecha estará acesa...

O «apartheid» contra-ataca

Se havia uma zona no mundo



onde as perspectivas pareciam boas ao começar 1981, esta era o «cone sul» do continente africano. O Zimbábue tornou-se independente em 1980, pondo fim a um dos últimos baluartes colonial-racistas depois de quinze anos de luta armada. Uma



...para Reagan, é um jogo de xadrez, com apenas dois participantes em busca de um inapelável xeque-mate

conferência internacional devia decidir a transição pacífica à independência da Namíbia, ilegalmente ocupada pela África do Sul e, neste último país, berço do odioso *apartheid* , a pressão internacional parecia ter conseguido forçar os primeiros passos de uma lenta «abertura» em benefício das grandes maiorias marginalizadas pela discriminação racial. A subida de Reagan à Casa Branca mudou radicalmente o panorama. Sentindo-se apoiado, o regime de Pretória adoptou uma linha intransigente que fez naufragar a Conferência de Genebra sobre a Namíbia, iniciou uma escalada de agressões armadas a Moçambique e intensificou as que, a partir do território namíbio, vinha a efectuar contra Angola, ao mesmo tempo que proibia as publicações legais editadas no país por jornalistas negros.

Em lugar de condenar tais acções — mesmo que fosse só verbalmente, como algumas vezes fez a administração de Carter — Reagan solicitou ao Congresso fundos para financiar as actividades da UNITA contra Angola, enquanto a sua embaixadora nas Nações Unidas se entrevistava com uma delegação militar sul-africana. (Face ao escândalo da imprensa liberal, a embaixatriz Kirkpatrick argumentou, primeiro, que devia conversar com todos para definir uma política. Quando lhe responderam que as leis norte-americanas expressamente os contactos oficiais com militares sul-africanos, ela disse que não sabia com quem se tinha entrevistado.)

A evolução posterior é previsível: desprovidas de canais legais, as maiorias sul-africanas e namíbias tenderão a engrossar as fileiras dos movimentos de libertação. Argumentando um «direito de perseguição» que a legislação internacional nunca reconheceu, o regime de Pretória intensificará as agressões a Moçambique e Angola. Se esses

países agredidos exercerem o seu direito de solicitar ajuda a governos amigos, o Pentágono encontrará pretextos para iniciar represálias contra a «intervenção soviética» e...

O vulcão centro-americano

Não menos inquietante é o panorama na América Central, região que Reagan denominou de «pátio da frente» dos Estados Unidos, utilizando uma frase que quis ser engraçada mas não teve graça para os latino-americanos, já cansados das incursões militares gringas num pátio que, antes, era o de trás. Enquanto em Miami, os antigos guardas somozistas treinam publicamente, a Nicarágua é agredida economicamente pelos Estados Unidos, que lhe cortaram a ajuda financeira e alimentar. Se o governo sandinista se visse forçado a recorrer a algum país socialista para defender-se ou evitar que falte pão para o seu povo, Washington bradará ao mundo contra tão «descarada intervenção soviética». Enquanto isso, em El Salvador, as forças da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional continuam a sua ofensiva apesar da assistência militar e financeira dos Estados Unidos à junta presidida por Napoleón Duarte e à presença no país de um número de assessores militares norte-americanos que oscila entre 54 e 500, conforme as estimativas que vêm de Washington ou dos rebeldes farabundistas.

A FMLN e a Frente Democrática Revolucionária iniciaram medidas no sentido de negociar uma saída política ao conflito salvadorenho e as suas iniciativas receberam o apoio da Igreja Católica local, do Vaticano e da Internacional Socialista. No entanto, Washington nega-se a patrocinar este acordo convencida de que um genuíno processo de autodeterminação só poderia conduzir, como no Zimbabué, a uma vitória do movimento revolucionário. Prevendo uma evolução da



O símbolo da CIA: uma presença ainda mais forte depois de Reagan

situação salvadorenha semelhante à que levou à intervenção maciça dos Estados Unidos no Vietname, um ex-embaixador norte-americano em El Salvador publicou no *Los Angeles Times* um comentário intitulado «Reagan está louco?»

Antes que seja tarde demais

Não faltam, certamente, razões para se duvidar da sensatez de uma política que poderia conduzir indefectivamente a uma Terceira Guerra Mundial. Essa possibilidade foi admitida — e justificada — pelo próprio Alexander Haig que disse na Comissão do Senado que estudava a sua ratificação como secretário de Estado: «Existem coisas piores do que a guerra e coisas muito mais importantes do que a paz.»

Desde que, em 1945, as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki foram arrasadas pela bomba atômica, os apelos para se evitar uma guerra nuclear têm sido muito frequentes mas incapazes de impedir que os arsenais das potências continuem abarrotados. Mas o verdadeiro perigo de um holocausto ató-

mico nunca foi tão grande como nos dias que vivemos.

O *Journal of Peace Research* (revista norueguesa considerada como a mais séria e imparcial das publicações pacifistas) alerta no seu último número que, no actual estado de rivalidade entre os dois grandes blocos, «parece razoável esperar-se que a interacção de forças nacionais, regionais e globais provoque, na década de 80, uma guerra generalizada, que facilmente poderia incluir a ameaça de emprego de armas nucleares. Nestas circunstâncias, parece prudente preocupar-se de forma activa pelo advento da Terceira Guerra Mundial.»

«A história moderna — escreveu o diplomata norte-americano George Kennan, em Janeiro deste ano — não nos proporciona exemplo algum de desenvolvimento de forças armadas em grande escala por parte de potências rivais que, no final, não tenha levado às hostilidades.» O artigo, publicado pela influente revista nova-iorquina *Atlantic* trazia um título alarmante: «Detenham esta loucura!»

Só falta acrescentar: antes que seja tarde demais.

O longo caminho para a independência

Afinal chegou-se a um acordo com a Guatemala, mas os problemas de segurança da ilha ainda não foram resolvidos

Roberto Bardini



DEPOIS de vários anos de negociações diplomáticas, tensões fronteiriças e ameaças de invasão, a 11 de Março de 1981, representantes da Grã-Bretanha, Guatemala e Belize assinaram em Londres um documento de 16 pontos que contém as bases para um futuro acordo «honroso e definitivo», estabelecendo para o final deste ano a data da independência do

país, terminando para sempre — pelo menos aparentemente — com a reivindicação guatemalteca acerca desse território.

Antes da assinatura do convênio, a 25.ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em Novembro de 1980, já tinha resolvido que 1981 seria o ano da independência de Belize. O resultado da votação tinha sido de 139

votos a favor, sete abstenções (Marrocos, Israel, Bolívia, Uruguai, Paraguai, El Salvador, Honduras) e nenhum contra.

A esmagadora maioria da votação demonstrou, uma vez mais, que o direito de Belize à emancipação total do Reino Unido continua a ganhar terreno a nível internacional e deixa isolado o regime guatemalteco, que há meio século vem re-

clamando a soberania sobre o país vizinho. A primeira resolução da ONU sobre Belize data de 1975. Os Estados Unidos votaram a favor da independência da pequena nação centro-americana em 1980.

As bases do entendimento

Mediante o acordo subscrito em Março, denominado «Bases de Entendimento», os negociadores britânicos e belizeses conseguiram que a Guatemala reconhecesse a próxima independência de Belize, marcada para fins de Setembro ou princípio de Outubro, em troca de certas concessões. Segundo o estipulado, a Guatemala obtém acesso livre e permanente ao mar das Caraíbas através das águas territoriais belizesas e direitos de exploração da sua plataforma submarina, o uso das ilhotas Zapotillo e Ranguana, inclusive do fundo marinho, zonas francas portuárias na cidade de Belize (capital do país) e Punta Gorda, e livre trânsito em estradas com direcção às duas cidades.

Belize, por sua vez, colaborará na construção de oleodutos a partir de três terminais para território guatemalteco. Ambos os governos realizarão a prospecção e a exploração conjunta do fundo marinho em áreas ainda não-determinadas, e negociarão um tratado de segurança no qual os dois países se comprometem a impedir a uso dos territórios para eventuais «ações subversivas» contra o outro. Finalmente, também fica estabelecido que Belize obterá zonas francas portuárias na Guatemala de forma proporcional às que recebem os guatemaltecos no seu território.

A ingerência dos EUA

Depois da assinatura das «Bases de Entendimento» — e em contraste com declarações anteriores, nas quais predominava o tom bélico — o



presidente da Guatemala, general Romeo Lucas Garcia disse que o problema de Belize «deve ser visto de forma objectiva e realista, e à luz das circunstâncias actuais do mundo que luta para que o colonialismo acabe.»

As surpresas não terminaram aí: Roberto Herrera Ibagurren, assessor do ministério dos Negócios Estrangeiros da Guatemala, expressou que «é necessário mudar as concepções

e hoje em dia a livre determinação dos povos é fundamental». Por sua vez, o embaixador guatemalteco no México, Jorge Palmieri, declarou: «Amamos a terra belizense e por isso nos dói deixá-la, mas desejamos a felicidade dos seus habitantes e queremos que Belize possa ser uma nova república, vizinhos a quem desejamos ajudar e ter sempre como irmãos».

Oposição ao acordo

A contrastante mudança de atitude e o repentino anticolonialismo dos porta-vozes guatemaltecos causou certa surpresa entre alguns observadores internacionais. Entretanto, Robert Leslie, responsável pela secretaria-geral para a Independência de Belize, forneceu a chave da questão: «A administração de Ronald Reagan desempenhou um papel determinante para que a Guatemala reconhecesse o nosso direito à autodeterminação», declarou Leslie a cadernos do terceiro mundo.

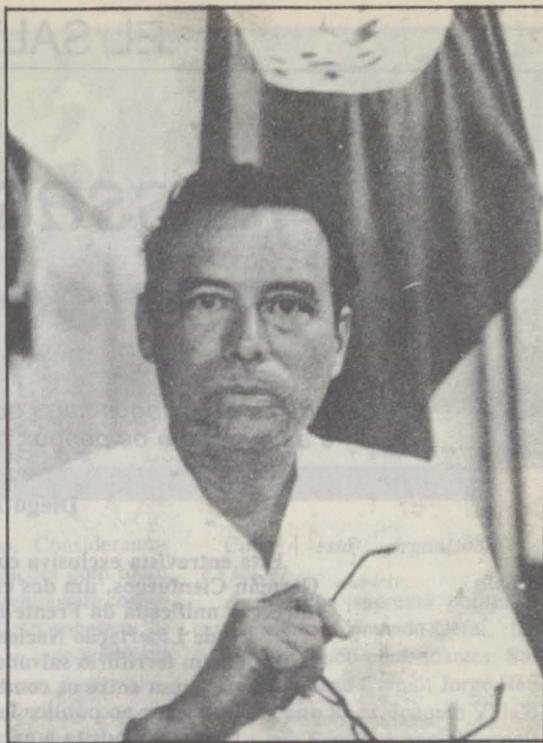
O funcionário explicou: «O governo guatemalteco concordou em abandonar as suas reivindicações sobre o território belizense, pressionado pela necessidade de obter apoio militar dos Estados Unidos e combater a insurreição dentro das suas próprias fronteiras». E acrescentou: «Os Estados Unidos, por seu lado, procuram um maior consenso com os países das Caraíbas que, sem excepção, apoiam a independência de Belize e, por outro lado, tentam ficar bem com o México, Panamá, e a Costa Rica, na conflituosa situação que a América Central atravessa».

Estas — e não os argumentos altruístas dos porta-vozes guatemaltecos — são as verdadeiras razões pelas quais o regime da Guatemala concordou em dar um primeiro passo na busca de um tratado «honroso e definitivo».

Imediatamente depois de conhecidos em Belize os resultados das negociações, o Partido Democrático Unido (PDU) de oposição e tradicional inimigo da independência, foi protagonista de violentos incidentes na capital ao manifestar-se contra o acordo. Na Guatemala, a situação foi semelhante: a Democracia Cristã, a Frente de Unidade Nacional e o ultradireitista Movimento de Libertação Nacional, liderado por Mário Sandoval Alarcón, emitiram cada um comunicados condenando as «Bases de Entendimento».

A Democracia Cristã afirmou que o documento subscrito em Londres, «visto a partir da perspectiva dos interesses da Guatemala e dos guatemaltecos, é negativo e produziu-se sem deixar nenhum benefício para o nosso país, tendo-nos causado muitos prejuízos». A Frente Unida Nacional também se manifestou: «Outorgar a independência a uma parte do território nacional em nada favorece os interesses nacionais e é antes de tudo, um atentado contra a soberania da nação, pois estrategicamente está-se a perder uma praia quilométrica». Por sua vez, o Movimento de Libertação Nacional declarou que os acordos sobre Belize «são inaceitáveis e indignos», já que «uns poucos não podem dar de presente o que pertence a nós todos».

Uma semana depois de finalizadas as negociações, realizou-se na cidade de Belize uma reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade das Caraíbas (CARICOM) para analisar as «Bases de Entendimento» e apoiar as medidas a favor da independência. Na cerimónia inaugural, o primeiro-ministro George Price advertiu que o acordo «não representa um arranjo final e completo do assunto». Pouco tempo mais tarde, Assad Sohoman, ministro da Saúde, Habitação e Cooperativas, declarou na Costa Rica que «Belize ainda



Price: «o acordo não representa um arranjo final e completo do assunto»

teme uma invasão guatemalteca» e expressou a sua esperança de que depois de assinado o convénio definitivo essa possibilidade seja afastada.

O problema da defesa

Belize conta com uma Força Defensiva Voluntária de cerca de 800 homens e mulheres, que — em termos militares e perante a eventualidade de um ataque da Guatemala — equivale a zero. Este é um dos problemas que ainda falta solucionar: como se resolverá o aspecto defensivo, caso se produza a independência definitiva de Belize em fins de 1981?

Consultadas a esse respeito, fontes do governo belizense revelaram a **cadernos do terceiro mundo** que os «britânicos têm grande responsabilidade, já que a disputa sempre foi entre a Inglaterra e a Guate-

mala». Acrescentaram que a Grã-Bretanha «declarou estar disposta a participar na segurança de Belize depois da independência» mas que os belizenses «se sentiriam mais seguros se outros países amigos colaborassem na defesa: Canadá, Panamá, México como também os países membros da Comunidade Britânica, particularmente os das Caraíbas».

Porta-vozes oficiais calculam que a garantia militar inglesa poderia ter um prazo de cinco ou seis anos e que, durante esse tempo, poder-se-ia organizar aquilo que chamam «força defensiva multinacional», embora estejam conscientes de ser esse um conceito novo na área das relações internacionais. Entretanto, existirá uma situação paradoxal: Belize chegará à independência protegida por um exército da metrópole que durante anos foi o ocupante colonial... □

«As nossas armas são ocidentais»

O comandante Cienfuegos nega que a FFMLN tenha armas soviéticas e adverte para os perigos da regionalização do conflito

Diego Achard

Esta entrevista exclusiva com o comandante Germán Cienfuegos, um dos cinco membros da direcção unificada da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FFMLN), foi realizada em território salvadorenho libertado. Numa pausa entre os combates, Cienfuegos fez chegar ao público latino-americano e terceiromundista a palavra da FFMLN.

E SPECULA-SE com a possibilidade do governo salvadorenho propor à Organização dos Estados Americanos (OEA) a formação de uma força interamericana de intervenção. Acha possível que isso aconteça?

O povo está preparado para o pior. Mas devemos impedir essa intervenção que prolongaria a guerra e regionalizaria o conflito.

A mudança na Casa Branca teve alguma relação com a decisão da Frente Farabundo Martí de deflagrar uma grande ofensiva em Janeiro?

Em questões políticas a data é sempre relativa. Sem dúvida, no nosso país, a política norte-americana tem muita incidência. Reagan enfrenta uma situação complicada já que nós ganhámos uma posição de força a partir da ofensiva de Janeiro e isso dá-nos uma grande capacidade ofensiva em todos os campos.

Vietnamização da América Central

E a possibilidade de uma intervenção da Guatemala e das Honduras?

Temos informação confirmada de que a Guatemala está a criar uma ponte logística limitada, com a ajuda de alguns aviões que foram levados para diversas bases aéreas de El Salvador. Mas o nosso Comando-Geral advertiu num comunicado sobre o perigo de uma política irresponsável e aventureira dos Estados Unidos, que estão por detrás da Guatemala.

Em primeiro lugar, vai-se generalizar a guerra nas Honduras. Junto à fronteira com El Salvador, como se sabe, existe uma zona montanhosa muito extensa (em território hondurenho) que nos veríamos obrigados a ocupar em caso de uma intervenção de tropas de outros paí-

ses. Por outro lado, entendemos que a reacção do povo costa-riquenho criaria uma situação de crise nesse país. E o Tratado do Canal do Panamá seria posto em perigo. Também se intensificaria o apoio que não dão os irmãos revolucionários da Guatemala e os seus dirigentes.

Quer dizer, o conflito regionalizar-se-ia.

Isso mesmo. Não é o que queremos, mas se essa intervenção se intensificar, teremos de dar esse passo.

Qual o papel do México nesse quadro?

A política defendida pelo governo mexicano é um muro de contenção para impedir uma intervenção em grande escala, que poderia estender-se desde a Guatemala até ao Canal do Panamá. A política independente e soberana do México é um exemplo.

Apesar da possibilidade de uma intervenção, vocês afirmaram que poderia haver um diálogo com o Estados Unidos. Em que consistiria esse diálogo?

Em diversas ocasiões, o governo dos Estados Unidos enviou mensagens por alguns intermediários. Não consideramos os Estados Unidos um vizinho importante e a nossa atitude sempre reflectiu a nossa disposição

de ter relações construtivas com eles, independentemente de quem esteja no governo. Mas temos notado ultimamente uma atitude provocadora e irresponsável por parte do Departamento de Estado e do Pentágono, que põe em perigo a paz na América Central.

Medidas de governo

Quais as medidas que adotariam caso chegassem ao poder em El Salvador?

Um país pobre como o nosso está submetido, na primeira etapa da sua libertação, a uma forte dependência económica. Nós pensamos que o desenvolvimento económico deve estimular, por um lado, a empresa privada e, por outro, as empresas estatais mistas e cooperativas.

Não pensam então num sistema socialista?

O nosso governo não será socialista. Será um governo baseado na democracia popular e combinará todas as formas de organização económica e política.

No entanto, insiste-se em que vocês são marxistas-leninistas...

Nós somos farabundistas.
O que quer dizer isso?

O farabundismo nasceu em 1930, com a ideia de ganhar a independência política, de romper os laços e as correntes da dependência a que nos submetiam as potências estrangeiras, como a Inglaterra. Essa é a primeira característica: a luta pela independência pela soberania, pela autodeterminação. No terreno da luta popular, o farabundismo representa uma aliança de operários e camponeses com os sectores democráticos, inclusive as camadas médias e os pequenos empresários.

Quais seriam as definições no campo internacional?

Isso também está definido no nosso programa de governo democrático revolucionário: teremos relações com todos os Estados e governos do mundo sem excepção e

sem discriminação. Consideramos que ampliar as relações com todos os países é uma garantia para consolidar a nossa posição soberana de autodeterminação e independência que nos permitirá um desenvolvimento económico, político e social autónomo.

As armas da FMLN

Um dos objectivos das missões de alto-nível enviadas por Reagan à Europa e à América Latina era convencer os governos visitados de que o armamento usado pela Frente Farabundo Martí é de procedência soviética, vietnamita e até chinesa. No entanto, nos dias que passei em El Salvador, pude comprovar que vocês têm armas norte-americanas, belgas e israelitas. Como se explica isso?

As peças de artilharia que utilizamos são norte-americanas. Nas unidades de infantaria temos espingardas belgas e alemãs, Galil israelitas e M-1 norte-americanas, além de outras armas de países ocidentais. A campanha de Reagan é outra cortina de fumo, para fazer crer que a FFLMLN tem armas soviéticas e chinesas que não conhecemos nem sabemos manejar.



Como está organizada a FFMLN?

A direcção suprema política e militar é o Comando-Geral, formado por cinco comandantes: Salvador Cayetano Carpio, Jorge Handal, Roberto Roca, Joaquín Villalobos e eu. Esse é o comando político-militar, que dirige a guerra e a política da FFMLN. E controla uma série de comandos insurreccionais nas diversas frentes (ocidental, central e oriental).

O que é um comando insurreccional?

O comando insurreccional é o mais ligado ao povo, distingue-se das unidades estratégicas militares, que são unidades do exército regular e irregular. O comando insurreccional inclui a milícia popular, os comités populares, enfim, todo o povo que se vai incorporando.

Comandante, queríamos finalizar esta entrevista perguntando-lhe algo pessoal. Quais são as raízes do seu compromisso político?

Como muitos companheiros, procedemos do que poderíamos chamar sectores cristãos revolucionários que, neste momento, formam a grande maioria da militância.

Com que idade se incorporou na luta política?

Tinha uns 16 anos. Era estudante do colégio católico dos jesuítas. □

Aliando-se aos E.U.A.

O apoio do Governo democrata-cristão à Junta salvadorenha enfrenta uma crescente oposição interna

Roberto Batalla

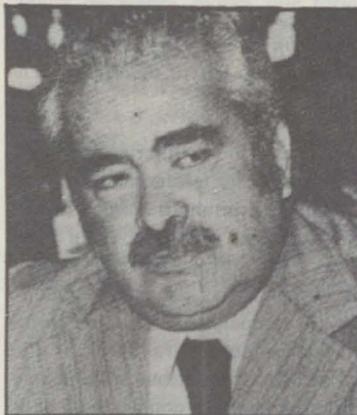
AS posições do governo democrata-cristão da Venezuela em relação à Nicarágua, El Salvador e as Caraíbas em geral, têm provocado desentendimentos com as diferentes forças políticas do país, pela aproximação cada vez maior à política externa dos Estados Unidos.

Num recente relatório destinado a analisar a crise salvadorenha (*«Dissent paper on El Salvador and Central America»*) o *establishment* norte-americano destaca oito factores que incidem no destino do conflito. Um deles é a política do Governo venezuelano na área. Diz o relatório:

«O Governo de Herrera Campins converteu-se num aliado indispensável da nossa política na América Central. A política venezuelana em relação a El Salvador — e, de facto, em relação à maioria dos assuntos regionais e globais — coincide em grande parte com a nossa. Os democratas-cristãos do COPEI (PDC venezuelano) identificam-se com os seus colegas da Junta salvadorenha e apoiam-nos. O apoio venezuelano, tanto em termos económicos como de segurança, complementa e dá uma necessária legitimidade aos nossos próprios esforços.»



Andrés Pérez



Herrera Campins

Por outro lado, o mesmo relatório assinala os factores internos que pressionam o Governo e influenciam a sua conduta na área. Entre eles, os problemas económicos (inflação, desemprego, elevado custo de vida) que criam um ambiente de intranquilidade. A oposição social-democrata e de esquerda não tem hesitado em criticar, em duros termos, a política externa do presidente Herrera Campins.

«Estamos envergonhados»

Diante de um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros venezuelano de apoio à Junta salvadorenha, Carlos Andrés Pérez, ex-presidente e líder do poderoso partido social-democrata «Acção Democrática», afirmou: «A crise política e social de El Salvador tem sido conduzida perigosamente. Não é verdade que a Junta desse país represente o povo salvadorenho.

«É inquietante e lamentável que um sector da Democracia Cristã esteja fazendo o jogo da Junta nesta dramática situação que custa dezenas de vidas a El Salvador todos os dias. Não são apenas pequenos gru-

pos de guerrilheiros que estão a lutar contra a Junta militar, mas sim a imensa maioria da população que está em desacordo com esta situação...»

Teodoro Petkoff, presidente do Movimento ao Socialismo, a terceira força eleitoral do país, declarou que «em relação a El Salvador e à interferência aberta do Governo venezuelano nos assuntos desse país, o meu partido tem um julgamento político e moral contrário... Sentimo-nos envergonhados por essa intervenção, que não se limita somente ao plano político, mas abrange o terreno económico, e, o que é muito pior, o militar».

Noutra ocasião (*El Diario*, 21/1/81), o mesmo Carlos Andrés Perez afirmou: «A política externa da Venezuela tomou um carácter partidário, sectário, orientada pelo específico interesse de estimular e favorecer governos democrata-cristãos na região, ou pelo menos fortalecer os movimentos dessa tendência.»

Desprestígio

Pérez é também da opinião que a «Democracia Cristã lançou por terra o seu prestígio e condição indiscutível de força democrática, com o seu apoio à Junta Salvadorenha, que significa ajudar a oligarquia desse país com a miragem da presidência de um dos líderes, Napoléon Duarte: o homem de palha dos militares».

Pérez declara-se partidário de uma solução pacífica, e afirmou ter apoiado — quando existiu a possibilidade de um acordo nacional — a corrente social-democrata e os militares democratas liderados pelo coronel Majano.

Interrogado sobre a possível intervenção armada dos Estados Unidos, disse: «Não me resta a menor dúvida de que esta possibilidade existe. Não creio porém, que a desejem ou que a estejam a preparar. Devo pensar que o Governo dos Es-

tados Unidos entende e compreende o que isso significaria para as suas relações com a América Latina, assim como para a sua política global face ao bloco soviético. O que teriam então para argumentar no caso do Afeganistão?».

O Governo venezuelano tentou obter do Pacto Andino um apoio explícito à sua linha política no caso salvadorenho. Porém, essa tentativa fracassou. O próprio pacto está em grave crise interna e dificilmente poderá ter, a curto prazo, um papel relevante na América Central.

Nesse contexto, as recentes viagens do ministro dos Negócios Estrangeiros Zambrano, ao Brasil, Argentina e China, foram interpretadas em Caracas como uma tentativa de superar o perigo de um isolamento internacional, que seria grave para um país que mantém litígios fronteiriços com dois dos seus vizinhos: a Colômbia e a Guiana. □

A visita do almirante Train

A recente visita do comandante da Segunda Esquadra norte-americana, Harry Train II, foi interpretada pelo diário «*El Venezolano*» como um passo mais na estratégia do país do norte para constituir um Pacto de Defesa das Caraíbas.

O almirante Train chegou à Venezuela a 25 de Março comandando dois navios de guerra, equipados com mísseis teledirigidos, e posteriormente partiu para as ilhas das Caraíbas e São Domingos. No artigo publicado pelo «*El Venezolano*» assinala-se que a presença da Segunda Esquadra dos Estados Unidos em águas das Caraíbas responde ao duplo objectivo de «patrulhar a zona» e estabelecer contactos com o Governo de Caracas para apoiar a criação do Pacto de Defesa das Caraíbas. Segundo o periódico, esta iniciativa partiu do ex-presidente norte-americano James Carter e contaria com a aprovação da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, no propósito de «coordenar acções conjuntas e utilizar a capacidade logística dos países amigos» a fim de

preservar os seus interesses na zona. O Pacto de Defesa das Caraíbas serviria também como «um instrumento de uma vigorosa força de contenção com o fim de travar os movimentos de libertação anti-imperialistas que adquiriram renovadas pujanças após o triunfo sandinista na Nicarágua», escreve o jornal venezuelano. A iniciativa havia sido apoiada pelo Governo francês e também pelo venezuelano — segundo o citado diário — que utilizaria o Pacto para afirmar a presença democrata-cristã numa área em disputa.

Com este propósito em pano-de-fundo, o jornal relaciona as visitas à Venezuela dos ministros dos Negócios Estrangeiros britânico e francês, respectivamente, Lord Carrington e Jean François-Poncet, e do próprio almirante Train II.

Depois de se interrogar se o Pacto é aceitável do ponto de vista da soberania venezuelana, o jornal propõe aos parlamentares de esquerda de abrirem um amplo debate no Congresso para que se investigue os móveis périplo de Train II.



VENDE - SE

Para todos os fins. Produzimos e instalamos ar condicionado Winner. Estamos onde são necessárias condições especiais de ambiente, salubridade e conforto. Em grandes espaços. Supermercados. Museus. Bibliotecas. Hospitais. Departamentos do Estado. Nas empresas. Possuímos a experiência e a tecnologia adequadas para responder a quaisquer exigências. A Teplima fornece tudo o que os instaladores necessitam. Sem recorrer a importação.

Aparelhos de ar condicionado.
Desumidificadores. Câmaras frigoríficas.
Instalações para camiões frigoríficos.
Pavimentos falsos.



Fabricado por

Fábrica Nacional de Ar Condicionado / UCRL

Distribuído por

TeP Clima scri

Rua do Arco do Carvalho, 235-C
Tel. 65 83 85 - 65 67 28
1300 LISBOA

PORTO

VLADIMIRO GUIMARÃES
Rua Campo Alegre, 478 - 4100 PORTO - Tel. 69 08 06 - 6 43 62

MADEIRA

BEARLEY & FERNANDES, LDA.
Rua dos Ferreiros, 71 - 9000 FUNCHAL - Tel. 2 53 12

AÇORES

ADALBERTO MARTINS & FILHOS, LDA.
Rua Duque de Palmela, 17 - 9700 ANGRA DO HEROISMO - Terceira - Tel. 2 40 21/2

HIPER

SUDÃO

Numeiri por um fio

Ao alinhar-se com o regime egípcio, o ditador sudanês corre o risco de atizar a oposição interna e externa

Gabriel Omotozo



General Gaafar El Numeiri

O general Gaafar El Numeiri é o chefe de Estado africano que mais enfrentou tentativas de golpes de contra o seu governo, desde 25 Maio de 1969, altura em que tomou o poder utilizando o mesmo sistema. Nesse período, já debelou 12 complots, o que dá uma média de um para cada ano de governo.

Em 16 de Março passado, Numeiri anunciou a última destas

conspirações, cujas características lembram muito as do golpe liderado por ele próprio. Os implicados, tendo à frente o brigadeiro na reserva Saad Bahar, foram detidos. Porém, Numeiri sente-se ameaçado e tem intensificado a repressão, ao mesmo tempo que solidificou a aliança do seu governo com os Estados Unidos e o Egipto, de quem recebe uma assistência militar com que espera superar os seus proble-

mas internos e externos.

O governo de Washington exigiu publicamente a construção de bases militares no território sudanês, tendo o presidente Ronald Reagan, por sua vez, lhe concedido 100 milhões de dólares em ajuda militar. O Sudão, que tem recebido importantes equipamentos bélicos dos EUA, é hoje, depois do Egipto, o país que tem maior apoio militar da superpotência na África.



Al Mahdi: contra Camp David e contra a ditadura de Numeiri

Rompendo os acordos firmados pelos países árabes contra os de Camp David e as relações egípcio-israelitas, o regime de Cartum que havia retirado o seu embaixador do Cairo em Novembro de 1979, voltou atrás, retomando os seus vínculos ao mesmo nível. Ao mesmo tempo, expulsou os representantes da Organização para a Libertação da Palestina.

Esta viragem nada mais é do que um aprofundamento da orientação direita e pró-ocidental de Numeiri. Mesmo depois de retirar o seu embaixador do Cairo, decisão motivada não por convicção e sim pelo desejo de continuar a receber ajuda económica dos Estados do Golfo Árabe, manteve um discreto diálogo com o regime do general Anwar Sadat, que lhe forneceu armamento.

Além de normalizar as relações com o Egipto, o ditador sudanês sugeriu aos países árabes que seguissem o seu exemplo para pôr fim ao isolamento diplomático do Cairo. Esta decisão, embora lhe assegure um apoio militar, pode-lhe acarretar sérias consequências. Os Estados do Golfo, e principalmente a monar-

quia saudita, poderiam negar-lhe uma ajuda financeira fundamental para a sua subsistência.

No plano interno, tal atitude não terá outro sentido senão o de provocar os seus numerosos adversários. O principal deles, o líder do importante partido SUMA Sadik Al Mahdi, havia atenuado a oposição a Numeiri depois deste ter cortado relações com Sadat. O UMMA combateu os acordos de Camp David e agora conta com um novo motivo para atacar a ditadura.

Entre os antagonistas do regime estão o activo Partido Comunista — clandestino —, as duas alas do Movimento Baas e os nasseristas. Um dos mais destacados inimigos de Numeiri, Al Sharif Al Hindi, que dirige do exílio londrino o semanário *Al Dastour*, tem exortado à luta através de um levantamento popular para derrubar o presidente sudanês.

Numeiri tem demonstrado grande habilidade para controlar a hierarquia militar. Porém, ainda tem rivais nas Forças Armadas, pois afastou muitos dos oficiais que o apoiaram no golpe de 1969.

No âmbito regional, após haver

apoiado o movimento de libertação da Eritreia, Numeiri assinou no ano passado um acordo de não-ingerência recíproca com a Etiópia. A isso foi induzido para que o governo do coronel Mangistu Haile Mariam não fomentasse, em represália, o separatismo do sul do Sudão, que tem fortes raízes culturais e religiosas. Porém, o Sudão tem cerca de mil quilómetros de fronteira com Líbia e o Chade, e péssimas relações com ambos os países desde que o exército líbio auxiliou as tropas do presidente chadiano, Goukouni Oueddei. O chefe rebelde Hissène Habré refugiou-se com o resto das suas tropas no Sudão e a fronteira entre estes países é um foco de grande tensão.

O Sudão é um país difícil de governar, pois sendo o mais extenso da África — 2 505 813 quilómetros quadrados — tem uma população de 18 milhões de pessoas, constituída por numerosos componentes étnicos e tribais que falam 33 línguas. A isto se junta a existência de cerca de meio milhão de refugiados originários da Etiópia, Eritreia, Uganda, Zaire e Chade.

Mas o maior problema do país está na grave crise económica. Há escassez de bens de consumo, principalmente de alimentos e energia, o preço da gasolina foi aumentado em 40% e o seu abastecimento foi racionado até ao ponto de causar cancelamentos e atrasos nos voos da companhia aérea nacional.

Há um profundo mal-estar no meio trabalhador e são constantes as reivindicações por maiores salários, enquanto que o desemprego tem aumentado.

O déficit externo é alarmante. Foi calculado recentemente, que o Estado tem dívidas atrasadas de um ano, totalizando 400 milhões de dólares, por produtos que importou.

Para enfrentar este sombrio panorama a única solução que até agora Numeiri encontrou foi a de armar-se até aos dentes. □

Dacko sucede a Dacko

Existirá alternativa real no actual quadro político após a fraude eleitoral em que saiu vitorioso o sucessor de Bokassa?

As carreiras dos seus principais rivais levam muitos a concluírem pela negativa

Agustin Castagño



APÓS uma onda de protestos que teve o seu epicentro em Bangui, capital da República Centro-Africana, e que fez um número indeterminado de mortos e feridos, os opositores do presidente Victor Dacko foram dissuadidos, pelo toque de recolher e por uma dura repressão militar em todo o país, de continuar as manifestações. Eles tinham-se rebelado contra os resultados das eleições, que consideraram fraudulentas.

Os resultados divulgados pelo

governo outorgam ao presidente em exercício 50,23% dos votos e, graças a essa milimétrica diferença, Dacko livrou-se de ter que participar num outro pleito: copiado da França, o sistema de «ballotage» estabelece uma segunda eleição se o candidato mais votado recebe menos de 50% dos votos.

Em segundo lugar, ficou Ange Patasse, com 38,11% dos votos, e os outros três candidatos dividiram o pouco que restou. Patasse surge as-

sim, como um opositor forte e parece inclinado a aglutinar em torno de si todos os adversários do presidente.

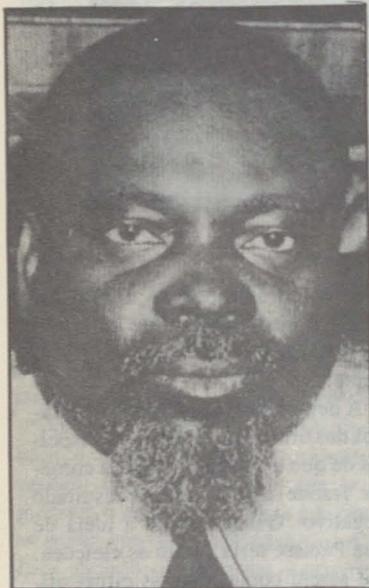
A demora em anunciar os resultados das urnas foi atribuída às suspeitas de que o governo estaria a cometer fraude diante de um resultado negativo. Ganhou força a ideia de que Patasse teria ganho as eleições. Ao serem conhecidas as cifras oficiais, as denúncias e as palavras-de-ordem dos opositores, que clamavam para que os resultados



Os tumultos que acompanharam em Bangui o anúncio dos resultados eleitorais é a prova da «credibilidade» do sistema

fossem ignorados, provocaram as manifestações.

O deficiente mecanismo eleitoral centro-africano dava ao governo, com o seu pleno controlo da administração e das forças de segurança, a possibilidade de manipular as urnas e, sob esse aspecto, a denúncia da oposição é verosímil. Porém,



Patasse: as suas posições anti-francesas e populistas não fazem esquecer uma carreira de compromissos

alguns observadores sustentam que pelo seu domínio dos meios de comunicação e dos instrumentos administrativos, Dacko deveria ter recebido uma percentagem semelhante à divulgada pelo governo.

Membros da mesma família...

Em todo caso, não estavam em jogo opções reais para o povo centro-africano, pois os candidatos representavam mais rivalidades pessoais do que políticas. Dacko havia sido despachado por avião pelo governo da França, em 20 de Outubro de 1979, para substituir o autoproclamado imperador Bokassa I. Este, por sua vez destituiu-o durante o seu primeiro mandato presidencial, no dia 31 de Dezembro de 1965. Após mantê-lo algum tempo na prisão, Bokassa deu a Dacko o cargo de conselheiro pessoal, que manteve durante todo o «império». Assim, a eleição de Dacko não só assegura uma submissão neocolonial à França como também aos interesses da administração e «establishment» centro-africanos.

Por outro lado, Patasse, que se apresentou como feroz adversário do regime em vigor, ocupou treze

cargos ministeriais durante a longa ditadura de Bokassa. De modo que a sua carreira tirou a credibilidade das radicais posições verbais que assumiu na sua campanha.

A principal diferença entre as suas posições e as de Dacko consistiu em pôr em questão a aberta ingerência da França neste país, que foi sua colónia até 1960, e que apesar da sua independência formal encontra-se sob uma total dependência da ex-metrópole. Porém, essa atitude de Patasse foi posterior à escolha de Dacko como o homem de confiança colocado pelo governo de Paris para suceder a Bokassa.

Sem alternativa real

Por isso, dizem os críticos de Patasse, não lhe restava outra alternativa senão posar de anti-francês. Estejam certos ou não os resultados, o facto é que Patasse, um orador veemente, demonstrou na campanha a sua popularidade e contou em Bangui com uma enorme adesão. A sua posição antifrancesa explorou um sentimento existente em grande parte da população, que, apesar do extremo subdesenvolvimento do país, denota uma crescente consciência nacional.

Ao decidir empregar mão-de-ferro, Dacko conseguiu dominar a situação, embora tenha, ao mesmo tempo, se tornado dependente das Forças Armadas, pela solicitação indispensável de não ser atingido pelas agitações no país.

Para a oposição, esse é o momento de decidir o seu comportamento ante um regime que deverá acatar, ainda que o não considere legítimo. Entretanto, os círculos de maior consciência política, e em particular os estudantes, após terem denunciado o governo, mantêm-se à margem do actual jogo político, por entenderem que no seu interior não existe a alternativa real que procuram. □

TAILÂNDIA

Um golpe

diferente dos outros

Lin M. Sul



O «golpismo» é na Tailândia, como em muitos outros países do Terceiro Mundo, quase uma constante da vida nacional. Os tailandeses conheceram 14 golpes de Estado desde 1932, e quase todos eles responderam ao mesmo esquema operativo: sem derramamento de sangue, a tomada do poder como uma acção maciça da hierarquia militar, a invariável neutralidade da monarquia que perante o facto consumado daria a sua bênção aos vencedores, e, por último, a generalizada convicção de que, no fundo, nada teria sido alterado, salvo algum nome próprio no frontispício do poder.

Sobre este pano de fundo, o frustrado levantamento militar de 1 de Abril apresentou mais de uma novidade. A acção dos insurrectos não teve um carácter maciço, tendo mesmo exteriorizado uma divisão no seio das forças armadas; três dias decorreram até que a crise chegasse a uma definição — em contraste com os desenlaces instantâneos dos golpes tradicionais — e o rei tomou partido por um dos lados em confronto. Para as especulações académicas ficará a dúvida de se saber se algo teria mudado desta vez na Tailândia, caso os rebeldes tivessem ganho a partida.

Esta evolução anormal do fracassado golpe, deveu-se em parte ao facto de não se ter tratado exactamente, como noutras ocasiões, de

um movimento de cúpula: desta vez a inspiração da intenciona proveio de uma mais ou menos ampla camada de «jovens turcos» situados a níveis intermédios do exército. De extracção libertista como todo o militar da Tailândia — país-gendarme dos Estados Unidos no sudeste asiático — estes oficiais «puros e duros», como gostam de se chamar a si próprios, desempenharam durante os últimos anos um papel de primeiro plano na luta repressiva contra a guerrilha comunista, e, mais tarde, enqua-

drando as tropas que vivem em permanente estado de alerta junto à fronteira Kampuchean, em face dos vietnamitas.

Leais sem vacilações ao primeiro-ministro, o general Prem Tinsulanond, o primeiro gesto dos «jovens turcos» foi o de lhe oferecerem a chefia do movimento para precipitar um golpe do topo, destinado a limpar o cenário da vida pública tailandesa.

Prem simulou dar razão aos insurrectos — que já tinham praticamente em seu poder a capital quando se avistaram com ele — e pareceu disposto a negociar uma mudança substancial do quadro político, o que mais tarde se revelou como uma manobra destinada a ganhar tempo para conseguir o apoio do rei Bhumibol a uma acção antigolpista.

Logo que o general Prem realizou com êxito este intento e conseguiu fugir da capital com o monarca para estabelecer o seu quartel-general em Korat, 250 quilómetros a noroeste de Bangucoque — zona de estacionamento do Segundo Exército —, a situação dos insurrectos começou a deteriorar-se, até ao desfecho da crise a 3 de Abril com a fuga dos chefes rebeldes, os generais Sant Chitpatima e Vasin Israngkul Naytaya.

O episódio, contudo, serviu para revelar uma crise mais profunda do que aquelas resolvidas no passado pela via do golpe militar.



Um facto novo influiu no desfecho da tentativa de «putsch»: os reis tomaram partido por um dos lados em confronto

«Vapores» de democracia e negócios

A Tailândia figura entre os mais típicos exemplos de um quadro institucional demasiado frequente no Terceiro Mundo, com os militares numa posição de incontestado domínio na vida política do país no meio de vaporosas formas externas de democracia parlamentar.

Às forças armadas, desde logo, está institucionalmente reconhecido o controlo total da Câmara Alta, cujos membros são designados e não eleitos, enquanto que a Câmara Baixa fica reservada à vida política civil, de natureza mais coreográfica que efectiva.

Este quadro da política civil, por sua parte, está caracterizado por uma grande dispersão de forças. A própria coligação direita que sustenta Prem é uma associação de vários grupos pequenos, mais do que a expressão de uma corrente política hegemónica; dos 301 membros que integram a câmara de deputados,

apenas 75 pertencem à força maioritária da coligação, o Partido da Acção Social. Completam a aliança oficialista, o Chart Thai, com 38 deputados e o Partido Democrático, com 32.

A intentona golpista de 1 de Abril deu-se dias depois de o general Prem ter dificilmente superado uma grave crise política, estoirada em torno de uma negociação empreendida com o governo da Arábia Saudita para assegurar um abastecimento petrolífero de 65 000 barris diários. Chatichai Choonhavan, ministro da Indústria e representante do Partido Chart Thai no governo, encontrava-se em Riad para ultimar o acordo quando o secretário de Estado Visit Transatja, do Partido de Acção Social, fez chegar às autoridades sauditas uma mensagem por telex advertindo-as que Chatichai não estava autorizado a subscrever o acordo,

O ocorrido, que submeteu a um sério risco a operação e que obrigou

Prem a reestruturar o seu governo, foi encarado pela opinião pública tailandesa, não como uma disputa entre partidos aliados nem tão-pouco resultado de pontos de vista discrepantes sobre a maior ou menor conveniência económica do acordo em gestação, mas como uma medida de força para decidir quem deveria ser o destinatário de uma «comissão» anexa ao negócio petrolífero.

Deste contexto extrairam os «jovens turcos» as motivações para um comportamento bastante típico da oficialidade jovem de alguns países do Terceiro Mundo, formada na luta contra a guerrilha: a tendência para «completar» essa luta com posteriores cruzadas contra a corrupção administrativa, vagamente envolta de certo reformismo social.

As tendências deste tipo, ainda que inconsistentes e puramente declamatórias na maior parte dos casos, não são bem vistas pelo radical conservadorismo que dirige hoje a política externa dos Estados Unidos.

Washington, com efeito, não perdeu tempo em exprimir o seu apoio à continuidade da ordem estabelecida, facto que influenciou naturalmente a decisão maioritária do aparelho militar tailandês de se dissociar da intentona.

O golpe «vira à esquerda»

Desencadeado o golpe, e aparentemente assegurado o controlo da capital pelos insurrectos, os «jovens turcos» viram-se de imediato na impossibilidade de desenvolverem o levantamento devido à falta de apoio por parte de vastos sectores das forças armadas, alinhadas atrás do rei e do general Prem.

No meio de tal situação, o processo golpista adquiriu uma dinâmica que o levou a pôr cada vez mais ênfase nessas motivações reformistas, que de outro modo talvez tivessem permanecido em surdina ou em segundo plano. Tratava-se de compensar o vazio de apoio militar procurando o apoio sindical, estudantil, «de esquerda».

Na linguagem dos «jovens turcos» já em revolta, os estudantes converterem-se nos «nossos queridos estudantes» e no «capital mais precioso do país». Durante o duro e fugaz controlo rebelde de Banguecoque, os insurrectos prometeram uma «democracia plena», a liberdade sindical, o levantamento da censura, a reforma agrária e a nacionalização dos sectores-chaves da economia.

Com tais propostas, dedicaram boa parte desses três dias a efectuar encontros com dirigentes operários e estudantes, havendo testemunhas desses contactos que os qualificaram mais tarde de relativamente positivos.

Uma receptividade nova

A entrada em cena dos «jovens turcos» deu-se num momento em



Prem: simulou para que nada mudasse

que um considerável sector estudantil e da esquerda juvenil evidenciava certa disponibilidade para escutar propostas de acções novas e diferentes das tradicionais.

Até recentemente, a esquerda estudantil e intelectual da Tailândia, juntamente com alguns sectores operários, estava absorvida em formas directas ou indirectas de apoio à guerrilha conduzida pelo Partido Comunista Tailandês. Porém, a guerrilha entrou em processo de desarticulação, em parte pelo repúdio provocado entre os aderentes não-comunistas da guerrilha do sectarismo atribuído ao PCT, e por outro, porque o apoio dos chineses, substancial noutros tempos, tinha diminuído até cessar completamente com a progressiva viragem de Pequim para formas de aliança anti-soviética e antivietnamita, em conclusão com os Estados Unidos. Nesta viragem da sua política a China procurou os aliados no regime de Banguecoque e não nos guerrilheiros.

Era natural que da frustrada experiência guerrilheira emergisse uma juventude disponível para propostas alternativas e predisposta a ouvir com certa receptividade um apelo dos jovens militares «duros e puros».

A rendição dos revoltosos e a fuga dos seus líderes ocorreram assim, num interessante momento em que o golpe — pensado inicialmente como um movimento que poderia ser colocado à disposição do general Prem para este introduzir algumas alterações na administração pública — evoluía para a radicalização provocada pela reacção negativa do primeiro-ministro e pelo referido princípio de receptividade encontrado entre sindicalistas e «queridos estudantes».

Fica do fracassado golpe a evidência de uma unidade militar em crise e de um sector político-social aberto a propostas de mudança não enquadradas nas fórmulas de acção tradicionais. □

DAVAR

Há 20 anos na vanguarda do intercâmbio entre o Brasil e o Terceiro Mundo.

Assegurando sempre a qualidade dos produtos que exportamos para África, América Latina e Oriente Médio, aumentamos nosso faturamento 15 vezes nestes últimos 3 anos.

Oferecemos nossos produtos a preços competitivos, colaborando assim para a nova ordem econômica internacional, que serve aos interesses exclusivos dos países em desenvolvimento.



Nossa linha de produtos de exportação é cada vez maior. Atualmente estamos exportando: máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, veículos em geral, material elétrico e eletrônico, móveis para escritório, material de segurança para o trabalho, material de elevação (empilhadeiras, pontes-rolantes, guindastes) prods. siderúrgicos, prods. químicos, materiais de construção, prods. médicos, odontológicos e hospitalares, alimentos, têxteis, papel e outros manufaturados.

*DAVAR S.A. Indústria e Comércio Telex (011) 24-549, 311-117 DAVR BR.
Av. Presidente Wilson, 3116, - 04220 - São Paulo - SP - Brasil. Fone (011) 274-9411*

O poder da burguesia

Uma classe dominante homogénea utiliza a diversidade e os contrastes de uma singular sociedade para se manter no poder

Fred Halliday



SE a objectiva miséria das massas fosse suficiente para provocar uma revolução social, a Índia — com 40% da sua população vivendo ao nível da pobreza e outros 40% abaixo desse nível — seria o primeiro candidato a esse tipo de sublevação.

O visitante que percorre as ruas das cidades indianas, espanta-se com os incontáveis amontoados de

pessoas que dormem nas calçadas ou sob as pontes ou, ainda, com as mãos estendidas de doentes e moribundos: só em Bombaim existem 85 mil leprosos, rejeitados pelas famílias, cujo número aumenta numa taxa de quatro mil por ano. Para escapar da crescente miséria das aldeias, milhões de camponeses instalaram-se em pobres cabanas e em bairros de lata rodeadas de charcos

estagnados e montes de lixo. Por uns poucos *pais* (fracção da rúpia, moeda do país) os condutores de *riquechó* distendem os músculos atrofiados pelo esforço de puxarem ou empurrarem complacentes passageiros nas suas «corridas» sociais ou comerciais.

No campo, os lavradores aram a terra com arados de madeira (que não mudaram há muitos séculos), as

crianças brincam nuas em quintais infestados de moscas, os abutres devoram as carcaças de animais mortos. Mulheres «intocáveis» acocoram-se às margens das estradas fazendo pastéis com excrementos humanos e de animais que são usados como combustível. Nas aldeias de Rajasthan, próximas dos centros turísticos, existe um certo ar de prosperidade, mas nessa mesma província a fome faz vítimas.

O mito do «fatalismo»

Mesmo depois de 33 anos de independência, a Índia mostra um outro lado: é um excelente exemplo da «combinação» entre crescimento e miséria, inerente ao desenvolvimento capitalista.

Virtualmente sozinha entre os países do Terceiro Mundo, a Índia preservou um grau substancial de democracia burguesa: os governos chegam ao poder em eleições nas quais só vota um pouco mais de metade da população. A Imprensa, embora um pouco abafada, é tão livre como na Grécia ou no México. Em algumas províncias, um poderoso movimento operário mobiliza milhões de pessoas para as suas lutas. Essa resistência desmente a imagem do fatalismo e superstição que os ocidentais procuram projectar sobre a Índia.

Os tribunais estão activos com as lutas travadas pelos advogados em torno de questões feministas e operárias.

Economicamente, também, o caso da Índia é surpreendente. Embora a fome continue, ela é mais um problema de distribuição do que de produção: hoje, a Índia tem um razoável excedente de grãos comestíveis. É o décimo poder industrial mundial e mais da metade das suas exportações são de bens manufacturados. Todas as esquinas das cidades indianas fervilham com o frenesim da empresa capitalista: desde as intermináveis lojas que fazem do

Chandni Chowk de Nova Deli o maior mercado da Ásia até as fábricas que se amontoam nos arredores de Bombaim.

Uma burguesia em expansão

Talvez a mais notável realização da Índia seja, até agora, a preservação da sua unidade — em parte devido à sua forte burguesia que construiu um poderoso sistema económico e administrativo desde a independência: uma classe dominante que encorajada sob o governo britânico recrutou largamente nos seguintes, — atraindo os fazendeiros que foram beneficiados pela «Revolução Verde», (aumento da produtividade graças às sementes híbridas fornecida pelas transnacionais) — a crescente classe dos negociantes e dos executivos de uma enorme burocracia.

Essa burguesia tem as suas próprias instituições nacionais, o seu mercado nacional, a sua própria língua — o inglês, que é falado com um acento um pouco «hindificado», em escala cada vez maior do que na época colonial — e o seu próprio instrumento político, o Partido do Congresso, força nacionalista que liderou a luta pela independência e governou sem interrupção até que Indira Gandhi fosse derrotada nas eleições de 1977.

A senhora Gandhi voltou ao governo em 1979, mas a antiga máquina do Congresso hoje parece estar quebrada. Ela própria perdeu autoridade no partido para uma geração mais jovem de chefes políticos locais, e ficou profundamente afectada quando Sanjay, o seu segundo filho e conselheiro mais íntimo, morreu precocemente num acidente aéreo no ano passado. Indira Gandhi está com a saúde abalada e, como a maioria das personalidades públicas indianas, parece confiar demasiadamente nos seus astrólogos para a tomada de importantes decisões.

Por causa do descontentamento crescente nas províncias, de uma cada vez maior e descarada corrupção na política e nos serviços civis, do crescimento económico estagnado e da escassez dos produtos essenciais (como o açúcar), cada vez mais pessoas — inclusive a própria senhora Gandhi — estão a favorecer um novo sistema baseado no modelo presidencial francês. O exército (de um milhão de homens) não intervém, mas até quando permanecerá nessa atitude é o grande assunto da especulação pública.

Actividades não-gandhianas

A Índia é um país extremamente violento. Isso numa certa medida, sempre foi verdade, e o ideal gandhiano de não-violência encontra pouca receptividade tanto na terrível história do hinduísmo como nos acontecimentos da época da independência em 1947 quando, numa onda de violência entre hindus e muçulmanos, meios milhar de pessoas foram mortas e oito milhões tiveram de se refugiar.

Um jornal seleccionado ao acaso, o *Hindustan Times* de 13 de Novembro do ano passado, traz estas notícias na primeira página:

— Estudantes, na província de Assam, protestam contra a imigração bengali (do Bangladesh), paralisam a administração e bloqueiam um terço da produção doméstica indiana de petróleo:

— Em Nova Deli, os estudantes do Estado sulista de Kerala sitiaram a casa do ministro-chefe do seu Estado, que visitava a capital;

— Na região de Nasik na província de Uttar Pradesh, os camponeses pararam 40 comboios carregados de bens essenciais, quebrando e queimando as travessas da linha férrea.

Nas páginas interiores do mesmo jornal:

— A polícia da província de Orissa usou gás lacrimogéneo para dispersar 500 estudantes;

— Em Lucknow, 60 *dacoits* (delinquentes rurais) foram mortos pela polícia na primeira quinzena de Outubro e outros 789 foram presos por tráfico ilegal de armas;

— De acordo com o líder do Partido Socialista, George Fernandes, só num distrito de Uttar Pradesh, a polícia matou 40 pessoas entre Junho e Outubro e continua matando ao acaso; em duas outras províncias, Andra Pradesh e Tamil Nadu, alguns jovens foram mortos, suspeitos de serem «naxalistas», termo comumente usado para os militantes opositoristas no campo.

Hindus X muçulmanos

A violência social é acompanhada por uma crescente onda de violência entre comunidades, contrapondo os hindus aos 40 milhões de muçulmanos que habitam no norte da Índia. Tumultos e assassinatos tornaram-se cada vez mais comuns no ano passado. Numa sociedade que visitei, Godhara, na província de Gujara, foi imposto o toque de recolher em consequência de uma briga entre um hindu e um vendedor de verduras muçulmano que evoluiu para um conflito no qual diversas pessoas foram mortas. Pode-se perceber, da fortemente policiada estação ferroviária, uma fila de lojas destruídas pelo fogo.

A atitude oficial é não dar importância às raízes internas desses conflitos. A senhora Gandhi recorreu à pouco clara explicação de que existe «mão estrangeira» — isto é, alguma conspiração muçulmana — por trás dos tumultos. Na verdade, um verniz de chauvinismo farisaico cobre a vida política indiana, e é muito comum existirem comentaristas supostamente progressistas denunciando as lutas das minorias nacionais dos *naga* e dos *mizo* no nordeste do país, como sendo trabalho da CIA. O governo recusou-se a negociar com o líder *naga*, A. N. Phizo,



porque, tendo sido forçado a exilar-se, ele tem passaporte britânico: é, portanto, um cidadão estrangeiro.

Num outro contexto, foi possível encontrar um professor que me contou orgulhosamente, que quem quiser candidatar-se a um emprego passa automaticamente a encabeçar a lista de candidatos, se tiver obtido o título de *doutor* numa universidade estrangeira.

As mulheres têm pago um alto preço pela nova violência na vida pública indiana. Os estupros tornaram-se cada vez mais comuns, tanto por grupos de assaltantes urbanos adolescentes como pela polícia, que utiliza esse meio para intimidar os grevistas e as suas famílias. Os principais partidos de esquerda e um crescente movimento feminista nacional têm discutido a questão das violações e fazem agora pressões em prol de mudanças que levem a legislação indiana a uma posição semelhante à de outros países ocidentais.

Problemas da esquerda

O maior partido de esquerda é o Partido Comunista da Índia (Marxista) que cortou com o ortodoxo PCI pró-soviético em 1964 e mantém-se equidistante tanto de Moscovo como de Pequim.

Os membros do PCM são cada vez mais numerosos (mais de 238 mil) e detêm o poder em três Estados, cujas populações perfazem um total de mais de 100 milhões de habitantes. Dois deles, Kerala e Bengala Ocidental, são de vital importância para a vida nacional.

Mas, como me elucidou o secretário-geral do PCM, E.M.S. Namboodiripad, essas vitórias eleitorais podem também ser uma armadilha: o poder provincial é limitado pelo governo central e o povo espera muito mais do partido do que este pode realmente dar. O PCM também encontra dificuldades em expandir-se para além dessas suas três praças-fortes e tornar-se um partido nacional. Também se preocupa com a expansão da violência social e comunal, sobre a qual nenhum partido tem a mínima influência.

Paradoxalmente, é a grande diversidade da sociedade indiana que, até hoje, provou ser uma das fontes de origem da força dos seus governantes. A Constituição exclui qualquer tipo de secessão, e os movimentos de protesto assim como as manifestações de violência continuam limitados a determinadas regiões. A massa da população permanece manietada por ideologias particularistas — de casta, região, religião ou língua. Existe uma classe dominante no âmbito nacional, mas a oposição ainda tem que encontrar ou uma ideologia ou uma forma de organização que possa equipará-la aos seus opressores. Se isso acontecer, pode-se esperar que os governantes da Índia lancem mão à repressão directa a fim de manterem o substancial poder político e económico que detêm hoje. □

A grande ilusão

O fracasso tanto industrial como agrícola faz morrer o grande sonho do país de se tornar uma superpotência a curto prazo

Narinder Koshla



NA China chegou a hora do «reajustamento» económico. Esta é a palavra-de-ordem dos dirigentes diante do fracasso dos planos de produção, que fez com que fosse necessária a revisão do conjunto da programação económica, assim como um apelo de maiores sacrifícios à população, na esperança de um futuro melhor. Chen Yung, que juntamente com Deng Xiaoping e Hu Yaobang integra a cúpula da direcção nacional, resumiu recentemente a situação: «1981 será um ano de sofrimento, mas é melhor que tenhamos um ano assim agora do que cinco depois».

Parte, portanto, dos próprios dirigentes o reconhecimento das dificuldades e do não cumprimento das metas traçadas.

Após a morte de Mao e da queda do chamado «Bando dos Quatro», o presidente Hua Kuofeng anunciou em 1978 — quando ainda tinha um poder efectivo — «o grande salto em direcção ao futuro», um ambicioso plano decenal de desenvolvimento. Tratava-se de superar os erros, os excessos e os desvios derivados dos radicalismos que se cometeram a partir da Revolução Cultural. Começaria uma era caracterizada pela aplicação de uma política econó-

mica racional, por métodos eficientes e por uma modernização e uma ampliação da estrutura produtiva. O êxito do plano baseava-se no cumprimento de três metas principais:

— entre 1978 e 1985 entrariam em funcionamento dez novos campos petrolíferos, o que duplicaria a actual produção, ainda na casa dos 100 milhões de toneladas de petróleo bruto;

— a produção de aço chegaria a 60 milhões de toneladas;

— a produção de cereais alcançaria 400 milhões de toneladas.

Por meio destes e de outros avanços, além de reduzir a sua depen-

dência do exterior ao mesmo tempo que aumentava as exportações, o governo de Pequim conseguiria os recursos necessários para aplicar o seu programa. Os dividendos provenientes da exportação de petróleo, forneceriam ao país as divisas necessárias para a modernização da sua infra-estrutura. Havia a previsão de se construir mil complexos industriais, entre médios e grandes — e alguns gigantesco... Não só seria ampliada a indústria ligeira como se assentariam as bases de uma indústria pesada.

A disputa das transnacionais

Este projecto prometeu ao Ocidente a tão esperada abertura do gigantesco mercado chinês — mais de 1.000 milhões de habitantes. Como a inimidade sino-soviética afastava a participação da URSS na reconstrução da economia chinesa, esta far-se-ia estabelecendo uma intensa corrente de intercâmbio com os países capitalistas avançados. Foi um momento de euforia para os governos e para os homens de negócios dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão. Ante uma expectativa excepcional, Deng Xiaoping, o propagandista das «quatro modernizações», visitou os Estados Unidos e conseguiu um triunfo retumbante em termos de imagem.

Norte-americanos, europeus e japoneses disputaram encarnadamente as melhores oportunidades para as suas empresas. Todas as firmas transnacionais que viram possibilidades de actuar enviaram delegações a Pequim. Centenas de contratos foram firmados, alguns de grande importância.

Pouco tempo bastou para se tornar evidente que o cálculo sobre o aumento da produção havia falhado e que as metas ficaram muito longe de serem atingidas. A base para o desenvolvimento, o petróleo,

manteve-se estacionário, em cerca de 100 milhões de toneladas anuais de petróleo bruto. Mas, na prática, isto constituía uma curva descendente, pois ao aumentar o consumo interno de petróleo em 15% ao ano, a China não só não incrementou como reduziu a capacidade exportadora.

O revés no sector da energia foi acompanhado em 1980 por calamidades naturais — seca no norte e inundações no centro e no sul do país — que causaram uma queda na colheita de cereais. Esta atingiu 316 milhões de toneladas de cereais, em 1980, acusando uma redução de 15 milhões em relação ao ano anterior.

A diminuição drástica dos recursos disponíveis provocou um violento corte no orçamento. Levando-se em conta que os investimentos estatais previstos no plano foram cortados em mais de 40%, pode-se dar razão aos analistas que consideram que o «ajuste» referido pelas autoridades, mais parece um «tratamento de choque», segundo a terminologia dos economistas liberais.

Reduzir os contratos

Minimizada a capacidade da China para financiar o plano de desenvolvimento, o governo teve de cancelar ou reduzir uma grande parte dos contratos que havia firmado, perante o alarme dos empresários ocidentais.

No caso do Japão, que havia sido o principal adjudicador, foram anulados compromissos no valor de 1.500 milhões de dólares. No plano, a vítima maior foi a indústria pesada, pois tentou-se salvar o máximo possível do programa de desenvolvimento da indústria ligeira. Os investimentos na indústria pesada, que haviam sido fixados em 11 mil milhões de dólares, não passaram de seis mil milhões.

Ao mesmo tempo, a carência

geral de energia afectou, em especial, as fábricas. Estima-se que 30% das unidades fabris trabalham hoje abaixo da sua capacidade produtiva. As empresas que consomem demasiada energia tiveram de ser fechadas. Os efeitos desta crise são globais: um forte deficit externo, insuficiência de energia e de matérias-primas e consumos industriais, inflação e desemprego.

O desemprego, cada vez maior, atinge, sobretudo, a população jovem urbana, um sector onde a inquietação vem aumentando. No campo político-social, a resposta oficial é ir fechando as comportas da liberalização que se havia insinuado. Os próximos meses dirão se as medidas correctivas que o governo está a aplicar serão eficazes.

Porém, na melhor das hipóteses, esta será uma lenta recuperação que consumirá um bom número de anos. Só depois deste período, se poderá voltar a falar de uma modernização e de um impulso da indústria e da agricultura em grande escala. Por outro lado, foi arquivada a modernização militar que com tanto orgulho proclamaram os líderes chineses: calcula-se ter sido a redução muito mais severa do que a que se abateu sobre os contratos com as indústrias civis.

O que aconteceu foi, portanto, um erro de cálculo em relação às dimensões reais do mercado chinês e às suas possibilidades de uma rápida expansão. E este retorno à dura realidade tanto se reflecte nos aspectos mencionados, como no obscurimento da imagem chinesa no Ocidente e na própria política externa de Pequim.

Conscientes de que tardarão muito mais do que haviam imaginado para chegar a ser uma grande potência mundial, o «reajustamento» ordenado pelos líderes chineses faz-se em todos os planos, inclusive num tom mais baixo na sua política agressiva face à União Soviética e ao Vietname. □

875 milhões em busca de cooperação

Desejada por todos, a cooperação entre os países do sul do continente teve um modesto avanço na reunião de Colombo, dominada, como sempre, pela rivalidade indo-paquistanesa



Os sete países da Ásia do Sul, reunidos em Colombo (capital do Sri Lanka), decidiram em 23 de Março dar um primeiro e cauteloso passo na cooperação da região. A Índia, Paquistão, Bangladesh, Nepal, Butão, Sri Lanka e Maldivas, que somam uma população de cerca de 875 milhões de seres, debruçaram-se sobre o assunto num encontro a nível de secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros, decidindo a realização, dentro de seis meses, de uma conferência

em Katmandú, capital do Nepal. Aí serão aprofundadas as deliberações de Colombo e tomada a decisão da convocação para uma cimeira de ministros dos Negócios Estrangeiros que poderá proporcionar resoluções políticas.

Ao contrário da América Latina, África e países árabes, a Ásia é o único continente do Terceiro Mundo que carece de uma organização regional. A única instituição desse tipo é a ASEAN, um pacto sub-regional de cooperação ampla que

C. M. Menon

abarca a Indonésia, Filipinas, Tailândia, Malásia e Singapura.

A Ásia do Sul, limitada pelo Mar Árábico, o Oceano Índico e o Golfo de Bengala, não possui ainda uma organização ou um acordo que vincule os países da zona. Não obstante as suas riquezas naturais, a área continua economicamente atrasada e densamente povoada.

Quatro dos seus membros, Bangladesh, Nepal, Butão e Maldivas, estão classificados pelas Nações Unidas como «países de menor desenvolvimento», termo eufemístico empregue pela ONU para catalogar os países mais subdesenvolvidos e miseráveis do planeta.

A cooperação e o intercâmbio recíproco são uma necessidade imperiosa para estas sociedades que, apesar da predominância agrária das suas economias, não conseguem alcançar a auto-suficiência alimentar.

Em 1979, o presidente do Bangladesh, general Ziaur Rahman, apresentou uma proposta que acaba de ser examinada. Segundo a iniciativa, os sete países deveriam formar uma organização sub-regional dedicada à cooperação económica e técnica para o desenvolvimento. Essa organização seria constituída por uma conferência cimeira de

Chefes de Estado, que, a partir daí, efectuariam sessões anuais.

A rivalidade indo-paquistanesa

Na Ásia do Sul falam das virtudes do intercâmbio mas nunca houve consenso para concretizá-lo num quadro institucional. O motivo de fundo desta renitência reside nas diferenças políticas e nas rivalidades e nos conflitos bilaterais, entre os quais se destaca a inimizade indo-paquistanesa. Dentro de tal contexto, a reunião de Colombo constituía uma primeira instância de tipo exploratório. O nível escolhido — secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros — foi técnico e administrativo e por isso não abrangia a esfera de decisão política, própria dos ministros.

Efectivamente, a Índia e o Paquistão condicionaram o conjunto das

resoluções da reunião, à prévia realização de estudos por áreas, sem assumirem um compromisso preciso, mas ao mesmo tempo, reafirmaram a sua vontade em avançarem na concretização do objectivo comum.

A maior resistência surgiu à volta do tema do quadro institucional: a Índia e o Paquistão não são partidários de uma organização regional formalmente revestida como tal.

Além da convocação do próximo encontro, conseguiu-se em Colombo o estabelecimento de cinco grupos de trabalho que realizarão «estudos profundos e formularão recomendações» para a cimeira de Katmandú nos seguintes campos: agricultura, desenvolvimento rural, telecomunicações, saúde e actividades da população e meteorologia. Em troca, não foram aceites diversas propostas que constavam do pro-

jecto do Bangladesh: transportes, turismo, empresas conjuntas. Ciência e tecnologia, educação e outros assuntos não serão objecto de comissões de trabalho. Mas criou-se uma comissão que identificará os campos de cooperação que seja possível desenvolver e que não foram incluídos nos cinco grupos de trabalho.

O comunicado conjunto refere que «os assuntos bilaterais e as controvérsias deverão ser rigorosamente excluídas das deliberações» e que as decisões deverão ser adoptadas por unanimidade, reflectindo de modo transparente as apreensões que envolveram os participantes.

Em suma, Colombo não foi um marco do «histórico encontro» que muitos aspiravam. Mas tratou-se de um modesto avanço em direcção a uma meta cuja conveniência mútua está fora de discussão. □

cadernos do
**terceiro
mundo**

Calçada do Combro, 10-1.º
Tel. 320650 – 1200 Lisboa

Assinaturas

Portugal

Anual (12 números)
Esc. 500\$00

Semestre (6 números)
Esc. 300\$00

Angola, Cabo Verde,
Guiné-Bissau,
Moçambique,
S. Tomé e Príncipe.
(12 números, via aérea):
Esc. 850\$00
ou US\$18

Restantes países: (12 números, via aérea) US\$22



Os corsos não querem morrer

Edmond Simeone, líder da União do Povo Corso, explica a cadernos as inspirações históricas e políticas da sua luta

EXISTEM factores comuns entre a luta dos países do Terceiro Mundo pela sua libertação e a de diversos povos que em várias nações da Europa constituem minorias, cujos direitos autónomos lhes são negados pelos Estados centrais. Esses factores foram ressaltados durante o colóquio internacional sobre o povo galego, realizado na cidade de Vigo, entre 20 e 22 de Fevereiro último.

Para visualizar esses laços, os organizadores — o *Ayuntamiento* de Vigo, governado por uma maioria de esquerda, e o centro Universitário da Roménia — convidaram a participar no colóquio **cadernos do terceiro mundo**, representados por Pablo Piacentini.

O colóquio teve por finalidade dar a conhecer a história, a cultura e a situação actual deste velho povo, cujos direitos nacionais têm sido reprimidos pelo Estado espanhol, particularmente durante a ditadura de Franco, quando foi proibido o uso do idioma galego. O colóquio decorreu poucos dias depois de ter sido aprovado em Madrid o estatuto de autonomia para a Galiza, que, apesar de oferecer certas possibilidades para a região, é ainda considerado insuficiente pelos movimentos autonomistas. Entre os representan-

tes das minorias nacionais encontrava-se Edmond Simeone, secretário-geral da União do Povo Corso, representante da tendência independentista moderada que realiza uma intensa mobilização a fim de obter uma independência limitada da França.

O paralelismo da situação destas nacionalidades subjugadas pelos Estados centrais que foram até há não muito tempo poderosos impérios, que continuam a manter colonizada a economia das referidas regiões e de muitos países do Terceiro Mundo, justificam a inclusão desta temática nos **cadernos**. Daí que façamos a transcrição de um resumo das declarações que Simeone concedeu a esta revista.

Relação com o Terceiro Mundo

«Do ponto de vista económico, a Córsega é um país em estado de subdesenvolvimento, em que, no entanto, subsistem situações de hiperdesenvolvimento capitalista, como é o caso do turismo. Não conhecemos, porém, os dramas da fome, a carência de meios de saúde e o analfabetismo. Segundo a nossa análise, o Ocidente industrializado construiu a sua prosperidade com base no

saque dos recursos dos países subdesenvolvidos, particularmente das suas matérias-primas, e continua a fazê-lo. Vemos que o diálogo Norte-Sul não significa para o Norte outra coisa senão diálogo entre mercadores, enquanto continua a impor ao Sul as quantidades e os preços das matérias-primas, o que constitui um verdadeiro roubo.

Sentimo-nos solidários com todos os povos que se encontram sob dominação estrangeira, seja política, económica ou militar e desejamos multiplicar os nossos contactos com todos os povos em luta pela sua liberdade e dignidade».

«O nosso povo tem entre 900 mil e um milhão de habitantes. Os residentes na Córsega são cerca de 230 mil, dos quais 130 mil são corsos. Entre os não-corsos existem 50 mil trabalhadores imigrados, o que representa mais de 20 por cento da população. Destaco este dado, que politicamente é muito significativo, porque ele é demonstrativo de não existirem na Córsega sentimentos racistas, enquanto que nas sociedades ocidentais se considera que uma percentagem de imigração que ultrapasse os 12 por cento provoca «intolerância».

Na diáspora, tanto em França como noutros países, encontra-se a



itoro

Face ao endurecimento das atitudes autoritárias e centralistas do Estado francês, o sentimento de autonomia enraiza-se na população corsa

maioria do povo corso, cerca de 800 mil pessoas que se viram obrigadas a emigrar. Grande parte dos recursos da ilha estão nas mãos de gente vinda do exterior, o turismo de massas é controlado pelas multinacionais e a importante riqueza vitivinícola está em poder de 300 colonos. A Córsega, que é um país rico e cuja balança comercial é excedentária, vê que o essencial da sua riqueza faz a prosperidade de outros».

A União do Povo Corso

«É um movimento legal que luta

pele seu reconhecimento legal e por uma autonomia interna que não inclua as relações externas e a defesa militar. Temos cerca de 1500 militantes que podem ser mobilizados a qualquer momento e muitos milhares de simpatizantes. O nosso movimento está muito bem estruturado na ilha e nas principais cidades da diáspora. É um movimento nacionalista e progressista. Nacionalista porque combate pela recuperação da sua cultura, dos seus bens alienados ao estrangeiro e pela construção de uma democracia. Progressista porque, à margem do liberalismo e do coletivismo, defende formas sociais de organização, sobretudo co-

operativas e formas de autogestão. Queremos a devolução dos 22 mil hectares em poder dos colonos da África do Norte (os «*pied noirs*») para organizar a sua exploração de forma comunitária pelos trabalhadores, sem contudo ceder a propriedade, do mesmo modo em relação ao *trust* do turismo. Concebemos a democracia não só através de eleições, como também pela extensão da vida sindical e de todos os meios de controlo popular».

O Estado francês

«A Córsega interessa à França por três motivos: politicamente porque



Blindados em Bastia: imagem que sugere mais uma situação de colonialismo do que continuidade nacional

esse país foi construído com base num sistema unitário e não quer aceitar que, depois de dois séculos de dominação pelas armas ao nosso povo, renasça o nacionalismo corso.

A França teme que a emancipação da ilha ponha em perigo a sua própria estruturação. Do ponto de vista geoestratégico, pois a Córsega ocupa um lugar privilegiado no Mediterrâneo, encontra-se sobre a rota do petróleo que alimenta as refinarias de Foix e de Génova. A França dispõe na ilha de um potencial militar muito importante, como a base aeronaval de Astretto, a Legião Estrangeira, que lhe permite intervir no Chade, em Djibuti ou no Shaba (Zaire) e, sobretudo, porque dispõe na Córsega da 21 Base Aérea 126, que é uma base ultramoderna onde se treinam os belgas e que, em qualquer momento, pode ser dotada de armamento nuclear; se é que já não o possui. A França tem ainda interesse do ponto de vista económico, pois a ilha abastece a sua própria economia, por via do turismo, com moedas fortes; tratam-se de cerca de 30 milhões de dólares anuais, que, no fundo, são uma soma irrisória se se tiver em conta que a ilha conta com mil quilómetros de praia excepcionais a apenas duas horas de voo das maiores capitais da Europa. A vocação da Córsega é desenvolver essa riqueza turística, cujo potencial é enorme».

A situação actual

«Valery Giscard D'Estaing é o presidente mais repressivo que a França teve nos últimos vinte anos, é o defensor intransigente de um unitarismo total; mantém na Córsega um tribunal de excepção — o tribunal de Segurança do Estado — que faz lembrar os instalados em Espanha durante o período franquista, e que já condenou numerosos militantes corsos a penas de prisão extremamente severas.

Giscard introduziu polícias paralelas que cometeram, já mais de cinquenta atentados contra militantes nacionalistas. Um exemplo deste comportamento: militantes nacionalistas desmascararam os autores de um desses atentados, capturaram-nos e entregaram-nos à polícia. Esses militantes foram há poucos dias condenados a quatro anos de prisão, enquanto que os polícias paralelos que haviam executado o atentado foram postos em liberdade.

O comando destes polícias e magistrados encontra-se no Eliseu, na presidência da República, que proíbe toda e qualquer expressão de tipo nacionalista.

A propaganda francesa apresenta-nos como gente mesquinha que quer apoderar-se de bens alheios,

quando a verdade é que nos batemos por um processo de recuperação da nossa identidade nacional e de construção de uma democracia.

Temos o direito aos nossos bens e a educar os nossos filhos na nossa própria língua. Não se pode pedir a um povo que aceite a sua própria desapareição.

O Estado francês responde da seguinte forma: a Córsega nunca gozará sequer de uma simples regionalização; calcula que possui os meios materiais e militares para domar a rebelião corsa; esse Estado que demonstrou o seu apego ao colonialismo produzindo milhões de mortos na Indochina e na Argélia, não está disposto a retroceder. A União do Povo Corso pensa que seria possível uma solução de transição, por isso exigimos o pelouro das relações externas e da defesa. Mas o Estado francês não quer ouvir-nos».

Os dois métodos

«Nos últimos quinze anos os militantes da luta armada executaram cerca de 4 mil atentados. Eles partem da análise que o Estado francês é incapaz de auto-reformar-se em virtude da sua natureza colonialista.

Defendem, por isso, o corte de todo e qualquer laço com esse Estado; daí empreenderem a luta armada com o objectivo de alcançar a independência. Um outro método é o seguido pela União do Povo Corso.

Nós não defendemos aquele processo de luta, pensamos que, apesar de poderem mudar os partidos no governo da França, o Estado não concederá a independência à Córsega, mas achamos possível que, através de uma ampla mobilização, se possa arrancar à França uma autonomia ampla a favor da Córsega».

Direito do Mar à deriva

A atitude intransigente da nova administração norte-americana e os interesses das transnacionais põem em perigo as pacíficas e longas negociações sobre um património comum da humanidade

J. Monserrat Filho



NO momento em que viajava no metro de Nova Iorque, John Temple Swing, delegado norte-americano à Conferência da ONU sobre o Direito do Mar, leu num jornal que acabava de ser demitido por Reagan e Haig. Entrevistado posteriormente, o diplomata declarou que, sem dúvida, estava deprimido com a evidente falta de cortesia, mas não surpreendido com

a nova posição dos EUA na citada conferência.

Swing deu a entender, diplomaticamente, que ambas as indelicadezas são efeitos de uma mesma causa. Tanto a forma grosseira como foi afastado do seu cargo, sem aviso prévio, como a decisão de sabotar a Conferência, precisamente no momento em que começa a dar resultados positivos após sete longos anos

de negociações, são atitudes típicas do novo estilo, rústico e intolerante, que Reagan estabeleceu na Casa Branca. A moda é ser «duro» e trovejar em vez de falar, não importando que tudo acabe em pura e simples estupidez. Mas o próprio Swing deixou de lado o natural rancor e, sensatamente, encarregou-se de advertir: «O governo poderá ter uma surpresa se pensa que, ao rejei-

tar o que já foi aprovado, vai conseguir ainda mais, adoptando uma linha dura.»

Património comum

E que foi já aprovado na Conferência e que Reagan pretende rejeitar? Nada menos que o princípio segundo o qual as fantásticas riquezas minerais do fundo dos mares e oceanos, fora da jurisdição dos países, são património comum da humanidade, não podem ser objecto de apropriação particular e não devem ser explorados só em benefício de corporações transnacionais, mas também em proveito de todos os

países, inclusive as nações pobres, sem recursos, que são a maioria e já estão cansadas de sentir na própria carne a actuação das empresas transnacionais quando ninguém as controla.

Como se poderia conseguir a concretização desse princípio? Sete anos de negociações com as grandes potências capitalistas protegendo os interesses das corporações transnacionais e, por outro lado, o resto do mundo, deram a resposta possível, viável e equitativa: por meio da criação de uma agência especial das Nações Unidas, que exerceria o controlo de toda a exploração do

subsolo marinho. E essa agência, organização ou autoridade internacional, promoveria, também, a exploração directa de determinadas áreas, usando para isso a tecnologia dos países desenvolvidos e reparando os benefícios desse trabalho entre todas as nações, independentemente dos seus níveis de desenvolvimento. Por cada concessão de exploração às empresas privadas, a Agência exploraria uma área de igual tamanho.

Obviamente isso foi uma solução de compromisso. A comunidade mundial admite a participação das corporações transnacionais, em virtude do seu inegável poderio finan-

As negociações

Os mares e oceanos cobrem 370 dos 510 milhões de quilómetros quadrados da superfície do planeta e a sua posse ou controlo é um dos mais antigos problemas do direito internacional. Para encontrar uma solução definitiva aos múltiplos problemas da legislação marítima, as Nações Unidas convocaram em 1958 a Primeira Conferência Internacional sobre o Direito do Mar (CONFEMAR).

A Terceira CONFEMAR reuniu-se pela primeira vez em Dezembro de 1973 e desde então mantém sessões anuais, com a participação de 158 países, sem ter conseguido ainda um acordo definitivo. Na sessão do ano passado, no entanto, chegou-se a redigir o chamado Texto Integrado Oficioso para Fins de Negociação, que despertou esperanças sobre a possibilidade de se chegar a um texto final em 1981.

O Texto Integrado está dividido em três partes, uma para cada comissão da CONFEMAR. A primeira trata dos problemas de jurisdição e, em linhas gerais, concordaria sobre o estabelecimento de uma faixa de soberania de três a 12 milhas e «uma zona económica exclusiva» de 200 milhas, o que implica uma negociação entre as posições extremas dos países do Terceiro Mundo que reivindicam 200 milhas de mar territorial, de um lado, e as grandes potências que só reconhecem as três milhas tradicionais. A segunda comissão — a menos conflituosa — ocupa-se da preservação do ambiente marinho e da pesquisa cientí-

fica. Na terceira, estudam-se os aspectos relativos ao leito marítimo fora da jurisdição nacional, os problemas da exploração económica dos seus recursos e a partilha equitativa dos benefícios que dela emanem. É aí que a atitude intransigente do governo norte-americano ameaça fazer fracassar longos anos de pacientes negociações.

O acordo a que se tinha chegado no Texto Integrado estabelece que essa zona é «património comum de toda a humanidade». No entanto, esse princípio choca com o direito do mar.

O facto de que são as grandes empresas transnacionais quem tem a tecnologia e o capital necessários para explorar esses recursos, particularmente os chamados «nódulos polimetálicos» (pequenas esferas cor de café que jazem nos fundos marinhos e são ricas em metais estratégicos como manganês, níquel, cobre, cobalto, chumbo, vanádio e titânio).

O princípio do acordo agora vetado pelos Estados Unidos previa o controlo da exploração dessas riquezas por parte do Conselho Internacional do Mar, composto por 36 Estados, que deveria conciliar os interesses dos países investidores nas explorações (e suas empresas transnacionais), dos países produtores de metais que poderiam sofrer com essa competição, e o resto dos países do Terceiro Mundo que merecem uma distribuição equitativa desse «património comum da humanidade».

ceiro e tecnológico, mas sob o controlo de uma autoridade internacional, na qual todos os países do mundo gozariam de iguais direitos, e — condição imprescindível — em troca de tecnologia necessária. As transnacionais poderiam, sim, explorar os fabulosos nódulos marinhos de cobre, níquel, cobalto e manganês, avaliados em três biliões de dólares, mas só mediante um acordo com a agência especial da ONU e concedendo, em compensação, os recursos tecnológicos indispensáveis para que esta realize as suas próprias explorações minerais submarinas.

Isso representa um compromisso vantajoso para a comunidade mundial. Por um lado, impediria o saque delirante e irracional das riquezas do fundo dos mares e, por outro, quebraria o monopólio tecnológico das corporações transnacionais numa actividade de importância inestimável para todos os povos.

Os trusts querem mais

Pode-se conceber uma solução mais realista e justa nas condições actuais do mundo? Para as empresas transnacionais seria um bom negócio, pois teriam acesso às riquezas que elas tanto cobiçam, de maneira legalizada, reconhecida e garantida internacionalmente, sem lutas encarniçadas com grupos rivais e competidores.

Tudo isso foi posto no papel, de forma civilizada, e elaborou-se um projecto de Tratado sobre o Direito do Mar, com possibilidades de ser assinado este ano por todos os países (mais de 150), inclusive os Estados Unidos e a Alemanha Federal, que foram os que mais resistiram nos sete anos de negociações.

Porém, no ano passado, quando o projecto tinha acabado de ser esboçado nos seus 320 artigos, surgiu, tanto nos Estados Unidos como na Alemanha Federal, uma violenta reacção das corporações transnacio-



nais. E a pressão foi tão forte que, em ambos os países, foram aprovadas leis permitindo a livre exploração do fundo dos mares por parte dos monopólios, numa manobra totalmente arbitrária e insustentável do ponto de vista do Direito Internacional.

O objecto era neutralizar e desmoralizar de antemão o Tratado, que seria a expressão da vontade e dos interesses de todo o conjunto de nações. Os círculos dominantes nos Estados Unidos e potências aliadas revelaram-se abertamente contra as conquistas da Conferência sobre o Direito do Mar, querendo impor uma lei nacional em prejuízo de um acordo internacional.

Razoável a princípio, Carter começou a fazer concessões aos sectores ultraconservadores, pensando com certeza na reeleição, mas, na realidade, abriu o caminho para a vitória de Reagan.

Este demorou apenas dois meses para executar o que constava da plataforma republicana desde a Convenção do seu partido, realizada no ano passado em Detroit: rejeitar qualquer acordo internacional que «iniba os direitos norte-americanos de exploração dos abundantes recursos minerais do fundo marinho». Argumentou-se, sem nenhum respeito para o resto do mundo, que «está a ser desperdiçada muita preocupação com nações incapazes de explorar o subsolo marinho, em detrimento dos interesses norte-americanos sobre o assunto». Daí a grosseira demissão dos delegados norte-americanos na Conferência e o

«claro rompimento» com o que estava acertado até há pouco tempo.

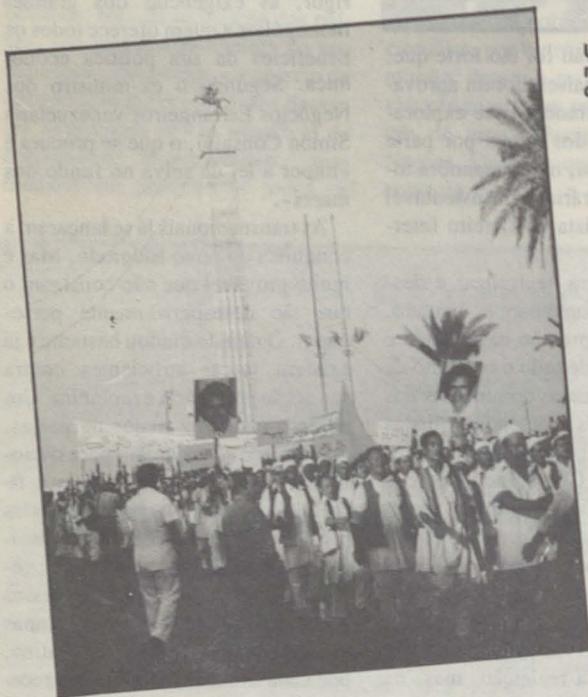
Lei da Selva

Era previsível: Reagan não teve a menor consideração com o enorme trabalho realizado durante todos esses anos e cumpriu, com o devido rigor, as exigências dos grandes monopólios a quem oferece todos os benefícios da sua política económica. Segundo o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros venezuelano Simón Consalvi, o que se procura é «impor a lei da selva no fundo dos mares».

As transnacionais já se lançaram à conquista do novo Eldorado. Mas é muito provável que não consigam o que tão desesperadamente perseguem. O mundo mudou bastante e já existem forças suficientes contra sua acção predatória e rapineira. Um número cada vez maior de países, quando não se articulam para nacionalizar as transnacionais com a finalidade de cortar a sangria que elas provocam, empenham-se em disciplinar com crescente rigor os negócios e as remessas de lucros dessas corporações que alcançam somas astronómicas. Na América Latina, por cada dólar investido, elas recebem quatro de volta.

Agora, por exemplo, a maioria esmagadora dos países, cobrindo um amplo leque, já se mobiliza para responder à prepotência de Reagan contando, inclusive, com o aval da Europa Ocidental, contrária a uma ruptura tão vergonhosa. Integrando essa frente de resistência à «lei da selva no fundo dos mares», os presidentes Figueiredo, do Brasil, e Turbay Ayala, da Colômbia, na declaração de Bogotá, souberam defender a necessidade de «coordenar esforços para que a Autoridade Internacional que administre os fundos marinhos e oceânicos (...), tenha um carácter que permita benefícios universais». Impõe-se a união para a luta. □

Líbia: a socialização do comércio



Uma nova etapa
na revolução
do El Fateh

□ A revolução líbia, empenhada na socialização da economia, deverá alcançar o seu objectivo de eliminar o sector privado até ao fim deste ano, de acordo com um programa que, em termos gerais, se tem vindo a cumprir de modo gradual mas inexorável.

A socialização vai desde o pequeno comércio até às grandes empresas, cujo controlo está a ser assumido pelo Estado. A administração de cada unidade de trabalho recai no entanto, sobre um Comité de Trabalhadores, segundo os preceitos da «Terceira Teoria Universal» de Muammar al-Kadhafi descritos

no seu «Livro Verde».

Se em termos teóricos o coronel Kadhafi distingue a sociedade que idealiza tanto do capitalismo como do comunismo, o certo é que a propriedade de tipo capitalista está a desaparecer em favor de um tipo de socialismo que os dirigentes da Yamahairiya (*República de Massas*) Líbia, consideram concordantes com os ensinamentos do Corão.

Em meados de Fevereiro, Mohammed Zaroug Rajah, secretário-geral do Comité do Povo (cargo equivalente ao de primeiro-ministro), descreveu as etapas da socialização ao longo

deste ano. De acordo com a aplicação desse programa, a 28 de Março encerraram as lojas de vendas de têxteis, sapatos, artigos domésticos e acessórios de veículos motorizados. A 30 de Abril será a vez dos talhos, fechando-se o ciclo a 28 de Dezembro com o encerramento dos comércios de comestíveis. Antecedem estas medidas, a nacionalização do comércio externo, factor que facilita a socialização do comércio sem coerção. Na Líbia (que ainda padece de uma forte dependência tanto de alimentos como de manufacturas importando grande quantidade dos seus consumos) quando se decide a socialização de um sector do comércio, este deixa de receber as provisões de mercadorias por parte do Estado e não podendo abastecer-se noutra lado, vê-se obrigado a fechar as suas portas.

Em troca, os produtos que o governo importa ou adquire no país vão para os grandes supermercados construídos pelo Estado: edifícios ultramodernos e funcionais erguidos velozmente em todo o país e administrados pelos Comités Populares. O facto de nos supermercados se respeitarem os preços oficiais — bastante baixos — é outro motivo que leva ao encerramento dos comércios privados. Muitos dos pequenos e médios comerciantes passaram a trabalhar nos supermercados, enquanto que os mais poderosos partiram para

estrangeiro com os seus capitais (se tiveram tempo de sacá-los antes que o governo adoptasse severas medidas para impedir a fuga de divisas). Assim, hoje, cerca de metade dos comércios privados em Trípoli já deixaram de funcionar.

Esta modificação do sistema, talvez pela rapidez com que foi executada, tem produzido alguns inconvenientes. Certos bens, especialmente vestuário e alimentos importados, têm, escasseado nos supermercados. Mais nítida tem sido ainda a carência de diversos bens de luxo.

Como consequência têm aparecido nesses sectores mercado negro que, apesar de não ter grande dimensão, as autoridades apressam-se a combater energicamente. Como é óbvio, mais do que medidas punitivas,

só a eficiência do sector socializado da distribuição dos produtos a todos os níveis poderá extinguir o mercado negro.

Nas suas declarações, o secretário-geral Rajah tem indicado que é responsabilidade dos Comités Populares assegurar essa eficiência em todos os âmbitos da produtividade e da administração, afirmando que aqueles que denotam «lassitude ou negligência na tarefa de satisfazer as necessidades das massas» serão castigados. Outra missão encomendada aos Comités, é a luta contra a corrupção e a burocracia, que produziu numerosos despedimentos e processos contra funcionários estatais.

A socialização do comércio é uma alteração estrutural destinada a redistribuir os rendimen-

tos e melhorar o nível de vida da população. Com rendimentos petrolíferos calculados para este ano em 20 mil milhões de dólares – para cerca de três milhões de habitantes – a revolução líbia pode permitir-se avançar para tal fim e ao mesmo tempo empregar monumentais investimentos nos seus planos de desenvolvimento.

Mas, principalmente, a socialização do comércio aponta também para cobrir uma necessidade derivada do reduzido número da população líbia: trata-se de diminuir os recursos humanos empregues no comércio. E os supermercados constituem uma via para concretizar a dita transferência e ampliar o número de quadros profissionais ou directamente ocupados em actividades produtivas.

Educação para a América Latina

Os 28 Estados-membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na região da América Latina e Caraíbas reuniram-se para elaborar um ambicioso «Projecto de Educação para a América Latina».

A situação educacional ao sul da fronteira dos Estados Unidos é qualificada pelos peritos como dramática: de uma população adulta de 159 milhões de habitantes em 1979, 45 milhões são analfabetos, ao que se deve somar uma elevada taxa de abandono nos primeiros anos de escolaridade, sérios desajustamentos na relação entre educação e trabalho e educação e desenvolvimento em todas as suas formas, entre outros problemas graves.

O objectivo do projecto será precisamente a formulação de soluções para esses problemas já identificados pela Declaração do México, aprovada na conferência regional de ministros de Educação realizada na capital mexicana em fins de 1979. Foi fixado, como tarefa fundamental, determinar os grupos de população que o projecto deverá atender

preferencialmente, destacando «o papel decisivo que corresponde à Educação dentro de um novo estilo de desenvolvimento mais equilibrado, que contribua para orientar as actividades económicas em busca de uma maior homogeneidade social».

Neste sentido, a Declaração do México proclama que «a independência política e económica não pode realizar-se cabalmente sem uma população educada que compreenda a sua realidade e assumo o seu destino».

Entre os objectivos principais do projecto, destaca-se o de oferecer uma educação geral mínima de 8 a 10 anos, propondo-se como objectivo fundamental, incorporar no sistema todas as crianças em idade escolar antes de 1999; adoptar uma política decidida para eliminar o analfabetismo antes do fim do século; dedicar orçamentos gradualmente maiores para a educação; vincular estreitamente o planeamento da educação com o planeamento económico, social e global; renovar os sistemas de formação de professores.

Só resta o caminho da rebelião

□ A rebelião armada foi o caminho escolhido pelo conjunto da esquerda chilena diante da nova constituição elaborada e aprovada pelo regime de Pinochet. Esta foi a tônica das declarações dos líderes chilenos nos diversos actos realizados recentemente na capital mexicana de repúdio ao projecto do governo militar instalado no país. Num desses actos — com a presença de dirigentes políticos de todos os partidos mexicanos e de representações de partidos latino-americanos — dois oradores se destacaram: o deputado mexicano Zegbe Sanen, secretário-executivo da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (COP-PAL), e o senador chileno Anselmo Sule, presidente do Partido Radical e vice-presidente da

Internacional Socialista.

Sanen, ao analisar a Constituição de Pinochet, qualificou-a de «antidemocrática e violadora dos direitos humanos» e reconheceu, em consequência, «o direito do povo chileno à rebelião». Na sua opinião, «é um acto de verdadeira profanação a entrada de Pinochet no Palácio de La Moneda, onde foi assassinado o presidente Allende».

Por outro lado, o senador chileno, depois de atacar a administração Reagan em relação à América Latina, fez um apelo aos países filiados na Internacional Socialista, «que deram claras provas do seu apoio aos povos latino-americanos, para que actuem perante os seus governos de forma a indicar-lhes a incoerência em que incorrem

quando se abstêm de condenar os regimes ditatoriais». E em seguida foi contundente: «Fechados os caminhos internos e provavelmente alguns externos, só nos resta o caminho da rebelião, consagrada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, pela Igreja e pela própria Constituição dos Estados Unidos no seu artigo primeiro.»

Sule foi ainda mais longe: «Continuaremos a nossa luta em todos os terrenos, utilizaremos todas formas de acção. Não abandonaremos as nossas posições junto das massas nem nas frentes internacionais e estaremos preparados para a insurreição. O nosso lema é vencer ou morrer.»

O presidente do Partido Radical, que falou em nome do con-

Granada: dois anos de revolução

□ A Embaixatriz de Granada na Organização dos Estados Americanos (OEA), Dessima Williams, afirmou, por ocasião da celebração do segundo aniversário da revolução socialista no seu país, «que o maior êxito conquistado pelo povo foi a noção de orgulho e unidade existente hoje em toda a nação». Outros aspectos importantes da revolução, revelou Williams, foram a «maciça campanha de alfabetização», que em apenas oito meses atingiu 60% da população, e o programa denominado «Mãos desocupadas com terras desocupadas para uma maior produção». Esse programa conseguiu que os desempregados jovens se dirigissem para o campo para aumentar a produção. O resultado foi a redução da taxa de desemprego de 49% para 38%.

Ao analisar os reveses sofridos recentemente

pelas forças de esquerda na Dominica e na Jamaica, Dessima Williams argumentou não acreditar que, apesar disso, Granada esteja isolada. Pelo contrário, afirmou: «temos abundantes evidências de apoio, já que os povos das Caraíbas continuam a expressar a sua solidariedade. Não nos sentimos ameaçados pelas acção da direita nesta região».

Ao referir-se ao papel dos Estados Unidos sob o governo de Reagan, a embaixatriz disse «que os povos das Caraíbas sempre quiseram a sua independência num sentido autêntico, recusando a Doutrina Monroe e a Doutrina Carter, pois elas são ditadas num quadro em que os Estados Unidos são os senhores dos povos das Caraíbas. Se qualquer dessas políticas surgir por parte do governo de Reagan, ele encontrará a mesma resistência da nossa parte» — frisou.

junto da esquerda chilena, fez também uma séria advertência aos partidos e movimentos que estão unidos na luta contra o regime de Pinochet: «A unidade de critério que se alcançou deve ser traduzida numa férrea unidade de acção e disciplinada unidade de vanguarda para que se possa conseguir um dinamismo inteligente e coerente nas novas formas de luta que deveremos enfrentar.»

Posteriormente, numa conferência de imprensa, as posições de Sule foram reiteradas por representantes dos partidos que integram a Unidade Popular, do sector cindido do Partido Socialista e do Movimento Revolucionário de Esquerda (MIR).



Oito anos após o golpe fascista, a solução armada é a única que resta à esquerda chilena

EUA «ajudam» o Sri Lanka

□ Sob a justificativa de «objectivos políticos de desenvolvimento e humanitários para dar estabilidade à região», a administração norte-americana propôs conceder uma ajuda de 51 milhões de dólares ao Sri Lanka no ano fiscal de 1981/82. Interpretações de diversos observadores consideram a medida como uma clara indicação da crescente importância estratégica que a Casa Branca está a dar a esta pequena ilha do Oceano Índico.

Com o Índico a converter-se numa zona de crescente tensão entre as superpotências, a subsecretária de Estado para o Sul da Ásia e Próximo Oriente, Jane Coon, afirmou que «interesses vitais dos Estados Unidos naquela área estão em jogo». Portanto, a «estabilidade» almejada pelos norte-americanos é vista como uma tentativa de restauração da influência dos Estados Unidos na região.

Segundo a senhora Coon, o Sri Lanka é «um importante e moderado membro do Movimento Não-Alinhado»; «o Governo conservador do presidente Junius Jayewardene está comprometido com o processo democrático e com um importante sector do capital estrangeiro»; e «há uma certa boa

vontade ao aceitarem navios estrangeiros nos seus portos».

O Governo do Sri Lanka, desde que se instalou no Poder em 1977, autorizou o livre acesso de navios de guerra estrangeiros aos seus portos. As frequentes visitas de navios norte-americanos suscitaram especulações de que o Governo do país havia oferecido a Washington instalações para bases militares, apesar de isso ter sido negado categoricamente pelas autoridades.

Os Estados Unidos consideram, sem dúvida, o Sri Lanka como um aliado potencial na região, o que coloca o Governo de Jayawardene numa posição delicada ao ver-se eventualmente preso aos interesses estratégicos norte-americanos. Até hoje o Sri Lanka tem realizado esforços para fazer do Índico uma «zona de paz», livre das rivalidades das grandes potências. No entanto, o que se discute agora nos círculos políticos locais é como o país, aceitando a oferta de ajuda norte-americana, poderá manter a sua liberdade de continuar esse esforço.

Indonésia, um arquipélago superpovoado

□ Ao serem conhecidos há algumas semanas atrás, os primeiros resultados do recenseamento realizado em 1980 no arquipélago indonésio, caiu a mítica suposição de uma estabilização do aumento populacional e o país encontrou-se inesperadamente com uma taxa demográfica acelerada. Na quinta nação mundial em termos de população, as estaísticas oficiais haviam calculado que o ritmo de aumento anual durante a década passada se tinha mantido numa média inferior a dois por cento.

Agora os dados indicam que a taxa real de incremento demográfico é de 2,34%, tendo aumentado em relação à década anterior, a despeito da adesão do Governo do general Suharto a uma política estatal antinatalista. Em função dos dados obtidos calculou-se a população actual em 147 milhões e que no ano 2000 — se esta tendência não for corrigida — a Indonésia albergará 235 milhões de pessoas.

Esta surpreendente constatação preocupa, pois implica o agravamento de dois sérios problemas: o da alimentação e o do equilíbrio demográfico dentro de um território de 1 904 569 km², distribuídos por 13 mil ilhas. Como a Indonésia é deficitária no terreno da alimentação (no último ano teve de importar cereais no valor de mil milhões de dólares) este problema irá agravar-se com o decorrer do tempo.



Hoje, a Indonésia pode pagar os altos custos das importações graças às suas receitas petrolíferas. Mas estas são recursos não renováveis e não foram empregues para erguer as bases de um desenvolvimento que possa funcionar quando o petróleo se esgotar. Visto desta perspectiva, o incremento demográfico envolve uma potencialidade explosiva. O outro aspecto é a concentração extrema da população em Java, onde se encontra a capital, Jacarta, em que 91,3 milhões de habitantes ocupam uma superfície de 132 mil km². Se bem que em Java a taxa de crescimento seja menor à média nacional (está calculada entre 1,8 e 1,9 por cento), a densidade demográfica alcançada na ilha é alarmante. Este factor, juntamente com o minifúndio, originou fenómenos de erosão e esgotamento das terras férteis, provocando um inquietante quadro agrário.

O Governo, na tentativa de inverter esta situação, pôs em prática em 1979 um projecto quinquenal de transferência populacional, de Java para regiões escassamente habitadas. No período de cinco anos deveriam transladar-se 2,5 milhões de javaneses, mas até agora o plano só se tem cumprido em 75% e a recente descoberta da taxa de crescimento demográfico indica que este será mais rápido do que as emigrações de Java. Isto é, o problema mantemrín-se.

Pão para a Nicarágua

□ O Director da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), Lawrence Harrinson, negou-se a fornecer trigo ao povo da Nicarágua durante uma visita feita à Organização por uma delegação da Fundação Augusto C. Sandino, que promove a campanha mundial «Pão para a Nicarágua». Harrinson alegou que o Governo nicaraguense «enganou» os Estados Unidos sobre o suposto tráfico de armas que passa pela Nicarágua com destino a El Salvador. A negativa deixou claro que o Governo norte-americano utiliza a AID e, em particular, os alimentos como arma política para impor o seu domínio sobre os povos subdesenvolvidos.

O sacerdote Álvaro Arguello,

um dos membros da delegação que conversou com Harrinson, pediu-lhe provas das suas afirmações, mas ele negou-se a dá-las. Arguello afirmou que «os Estados Unidos pretendem assim pressionar para que a Nicarágua abandone o seu projecto revolucionário». Norma Cuadra, que também integrou a delegação, afirmou que «o director da AID na Nicarágua acusou o país de não ter realizado eleições, mas nós contestámos, lembrando que os Estados Unidos não tiveram eleições populares durante os seus primeiros vinte anos de Governo».

A suspensão da ajuda norte-americana à Nicarágua inclui a devolução de 60 milhões de dólares de crédito, dos 75 que já ha-

viam sido entregues. Os membros da Fundação Sandino revelaram que a campanha «Pão para a Nicarágua» continuará agora com mais força. Fizeram um novo apelo a todos os povos do mundo para que redobrem os esforços de solidariedade ao país e tentem frustrar as tentativas do Governo norte-americano para destruir a Revolução Sandinista pela via do boicote económico e da fome de dois milhões e meio de nicaraguenses.

O Panamá, por intermédio do seu embaixador na Nicarágua, Baltazar Aizpurua, repudiou a agressão económica empreendida pelo Governo dos Estados Unidos, porque «por detrás dela está a agressão militar, seja ela directa ou indirecta».



O governo de Washington utiliza os alimentos como arma política

Petróleo: comércio com carácter político

□ O convénio de San José (capital da Costa Rica), através do qual o México e a Venezuela garantem o abastecimento petrolífero à América Central e às Caraíbas, será estendido a novas nações — Haiti e Belize, quando da concretização da sua independência — e envolverá também a integração tecnológica, incluindo um projecto para estabelecer uma refinaria de tratamento de petróleo bruto num dos países da área. Os presidentes José López Portillo e Luiz Herrera Campins anunciaram ainda, depois de uma reunião de avaliação do Pacto, que a

intenção é converter o convénio num exemplo de carácter político. Actualmente são fornecidos 160 mil barris diários de petróleo a nove nações da área: Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Jamaica, República Dominicana e Barbados.

O presidente mexicano afirmou que este é um exemplo para sectores que «não têm outras imaginações que não sejam a guerra, as armas, a destruição, a chantagem, a violência ou o abuso». Ele pôs à disposição dos países compradores de petróleo a tecnologia para exploração

marítima e para a refinação de petróleo bruto pesado, que nos próximos anos será parte fundamental das exportações do México e da Venezuela. O fornecimento de petróleo é feito meio a meio pelos dois países, com um financiamento de 30% da compra feita por cada nação da área.

Diante dessa iniciativa de alto significado político, contrapõe-se uma atitude agressiva e imperialista dos Estados Unidos: foi denunciada uma proposta do governo norte-americano de desenvolver uma estratégia para uma eventual ocupação militar

Ameaça ecológica nas Caraíbas

□ Os problemas ecológicos já alcançaram as Caraíbas. As belas praias de areia branca e águas cristalinas podem transformar-se apenas em recordações, ameaçando um dos paraísos naturais do mundo. A ameaça é grave e séria — considera um estudo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Na tentativa de debelar esse perigo, está a ser articulado um Plano de Acção para as Caraíbas, resultado de mais de três anos de trabalho por parte de um grupo de especialistas que pertencem à Comissão Económica para a América Latina (CEPAL) e ao PNUMA. Foram elaborados mais de 50 projectos concretos, que constituem a espinha dorsal do Plano de Acção, além de uma avaliação básica das propostas.

O custo do conjunto de projectos foi estimado em mais de 7,2 milhões de dólares e será dirigido em duas direcções principais: a avaliação da situação, com especial referência às áreas mais críticas, e a formulação de planos necessários para conseguir uma gestão ambientalmente adequada ao desen-

volvimento. Os principais pontos são: controlo da contaminação, áreas costeiras, recursos pesqueiros, energia, conglomerados humanos, turismo, saúde ambiental e desastres naturais.

Especialistas em ecologia consideram que muitos dos problemas ambientais das Caraíbas não são consequência do desenvolvimento, e sim do subdesenvolvimento que ainda afecta vários países da área. O emprego de técnicas inadequadas no uso da terra acarretou a erosão e a degradação dos solos. O desenvolvimento urbano também contribui para a perda de terras cultiváveis. A industrialização não é grande nas Caraíbas. No entanto, há uma tendência para a instalação de indústrias altamente poluidoras, como refinarias de petróleo, complexos petroquímicos e refinação de produtos. As Nações Unidas procuram actualmente elevar o nível de consciência da população sobre a necessidade de se proteger o meio ambiente e, nesse sentido convidaram 25 meios de comunicação para participarem num seminário sobre o tema.

dos campos petrolíferos mexicanos.

A proposta — divulgada pelo jornal *El Dia* — foi feita numa conferência em Dezembro do ano passado pelo especialista norte-americano Clyde Mark, da Divisão de Assuntos Estrangeiros e Segurança Nacional do Serviço de Pesquisa da Biblioteca do Congresso.

Mark, que dizia estar a falar a

título pessoal revelou que a proposta relativa à ocupação militar do México surgiu de um estudo que demonstrou a impossibilidade prática de o exército norte-americano ocupar os campos petrolíferos da Arábia Saudita, Irão, Iraque e Kuwait, pois o transporte de forças suficientes tomaria muito tempo. Surgiu então a ideia de ocupar campos petrolíferos mais próximos: «e

não é necessário muita imaginação para saber onde estão essas áreas: Venezuela, Canadá e México», afirmou Mark.

A publicação das afirmações de Mark assumem especial relevância por estar o exército norte-americano a realizar actualmente manobras militares no deserto, numa zona de fronteira com o México.

Angola: alfabetizar nos campos de refugiados é cultura e revolução

Os campos de refugiados mostram em Angola as diferentes faces da mesma dramática medalha: as crianças devem instruir-se ainda no meio das maiores dificuldades e devem fazê-lo, porque, como disse Sam Nujoma, presidente da SWAPO: «estes adolescentes estão aqui para não servir no exército do inimigo. Educá-los no amor à Pátria, são fortes, estão dispostos a marchar para a frente. Temos a missão de libertar a Namíbia e libertá-la-emos com as armas ou com as negociações».

Entretanto, crianças e adolescentes, enquadrados ou não, cantam e dançam estribilhos populares: «Ocidente não deve colaborar com os racistas sul-africanos», «Abaixo o colonialismo, o capitalismo, o imperialismo», e sempre, como uma esperança e obsessão: «Namíbia, Namíbia».

A poucos quilómetros de distância, sob um sol terrível, outra face da dura moeda corrente nestes tempos de campos de refugiados: 500 estudantes do Zaire refugiados em Angola, estão a cargo de 4 professores instrutores. Um jovem, que no seu país era assessor jurídico, informa com precisão austera e esperançada: «estamos aqui para que não nos façam em pedaços. Luanda fica longe, mas ainda assim chega-nos a fraterna ajuda de medicamentos, alimentos e água».

Almeri Dezerra Mello, um brasileiro responsável da UNICEF disse que neste campo de Shimbila, no



Nas duras condições dos campos de refugiados, também se forma o Homem Novo

primeiro ano de vida, em mil recém-nascidos morreram 210 e acrescenta: «a UNICEF visitou Kasaniga antes e depois do ataque. Foram ali massacradas 300 pessoas e a maior parte delas eram crianças».

Esta é a dura infância de quem tem de aprender para lutar, e saber para alcançar o triunfo. As crianças do Zaire que estudam amontoadas, as crianças da Namíbia que cantam os seus estribilhos sem cessar. As crianças que crescem nos campos de refugiados onde às vezes, debaixo dos olhos distraídos das autoridades internacionais, as aniquilam antes de acabarem de aprender.

Contra-revolução – O ministro do Interior nicaraguense, Tomás Borge, denunciou que a actividade do Movimento Democrático Nicaraguense (MDN) está estreitamente vinculada às recentes lutas fronteiriças entre ex-guardas somozistas e as Forças Armadas sandinistas. Vários esconderijos de armas descobertos pelo Governo sandinista estavam sob a custódia do coordenador do MDN para a zona Sul do país. As armas encontradas entraram na Nicarágua através de território costariquenho. Sabe-se que os organismos de segurança do Estado têm conhecimento da existência de outros esconderijos.



George Habash

Recuperação – George Habash, secretário-geral da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), reiniciará brevemente as actividades políticas após ter recuperado de uma doença que quase lhe paralisou parcialmente a articulação oral. A informação vem numa entrevista dada por Habash ao diário libanês «Al Safit». O líder palestino, que está agora na etapa final do seu tratamento na Líbia, foi internado em Julho do ano passado no Hospital da Universidade Norte-Americana de Beirute, devido a uma complicada infecção das glândulas linfáticas. Em Setembro foi transportado para Praga no meio de versões que o davam como parcialmente paralisado e com uma doença incurável.

Petróleo – O Canadá está em guerra com as companhias petrolíferas transnacionais. «As irmãs maiores» (Imperial Oil, Exxon, Gulf Canadá, Shell Canadá e Texaco Canadá) foram acusadas pelo Governo de haver assaltado os canadianos em 12 biliões de dólares nos últimos 15 anos. O escândalo está registado num relatório de sete volumes, resultado de uma investigação de oito anos ordenada pelo Governo canadiano, reunindo mais de 300 mil documentos requisitados às companhias.

Ameaças – Um comunicado emitido por duas frentes de oposição de Bahrein, por ocasião da comemoração do aniversário do levantamento popular de 1965, manifesta a preocupação das organizações progressistas do Bahrein acerca dos planos de estabelecer mais bases dos EUA na área e incrementar a presença naval ocidental na entrada do golfo, sob a complacência dos regimes reaccionários árabes.

Roubo de urânio – As autoridades liberianas prenderam recentemente dois geólogos norte-americanos que tentavam tirar ilegalmente do país 100 sacos de urânio.

Energia – O México está a desenvolver uma tecnologia própria para a produção de energia nuclear, utilização e recuperação de água pesada para os seus programas energéticos. Em consequência disso, foi assinado um convénio com a vigência de 10 anos entre o Instituto Mexicano do Petróleo (IMP) e o Instituto de Investigações Nucleares (IMIN).

Petróleo – O México já pode ser considerado o quarto produtor mundial de petróleo depois da União Soviética, Arábia Saudita e os Estados Unidos. Há cinco anos, ele ocupava o 15.º lugar. O país tem reservas provadas de 67.850 milhões de barris de petróleo bruto, o que o coloca em quinto lugar entre as reservas mundiais do produto. Um director da Pemex assegurou que durante este ano se alcançará a meta de produção de 2.750 mil barris diários, prevista no Plano Geral de Desenvolvimento do presidente López Portillo.

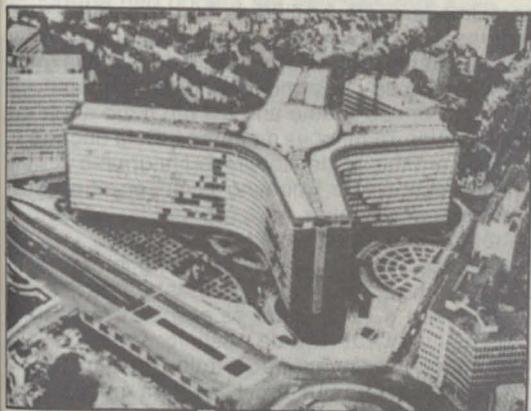
Caminhos de Ferro – Uma Comissão Ferroviária Centro-Americana será oficializada na próxima reunião de Ministros de Economia da região. A decisão foi tomada durante um encontro do Grupo Zonal Centro-Americano da Associação Latino-Americana de Caminhos de Ferro (ALAF). A Comissão terá a tarefa de concretizar o projecto de unir numa só linha de caminho de ferro as actuais redes nacionais. Participaram na reunião, além dos responsáveis pelas companhias ferroviárias dos países da região, o Banco Centro-Americano de Integração Económica (BCIE), a secretaria do Tratado Geral de Integração Económica Centro-Americana (SIECA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Emprestimos – A criação de um mecanismo para garantir os créditos de exportações e assim estimular o comércio internacional do Terceiro Mundo por meio de empréstimos a médio e longo prazo é uma das sugestões incluídas num recente relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD). A ideia foi amplamente discutida por longo tempo na UNCTAD. Os países industrializados não mostraram boa receptividade a esse respeito, já que consideram que tal mecanismo constituiria uma ameaça potencial para o seu domínio do comércio mundial de bens de capital.

Assistência militar – A decisão do Governo argentino de oferecer ajuda militar à Junta salvadorenha foi muito bem recebida pelos meios oficiais do país centro-americano, que já se mostraram favoráveis à viagem de oficiais dos Corpos de Segurança Nacional a Buenos Aires para receberem «assistência e treino militar contra a luta de guerrilha urbana e rural».



Fome – Cinco milhões de seres famintos, na sua maioria mulheres e crianças, andando sem destino através de desertos e selvas formam o contingente de refugiados africanos. As Nações Unidas convocaram em Genebra uma reunião internacional que tenta conseguir mais fundos para a solução imediata deste terrível drama humano. A Organização para a Unidade Africana (OUA) lamenta que a opinião pública mundial não esteja suficientemente informada sobre a tragédia diária vivida por esse enorme número de pessoas.



Agricultura no deserto – Novas descobertas científicas sobre plantas resistentes ao sal poderiam transformar o deserto dos Emirados Árabes Unidos num território agrícola subtropical exuberante. Assim se espessou o presidente do Conselho Mundial de Alimentos, Arturo Tanco, que recentemente visitou aquele país árabe. Vários cientistas que trabalham num projecto de engenharia agrícola sob os auspícios do Conselho estão a estudar as perspectivas de uma nova variedade de cevada tão resistente à salinidade que, teoricamente, poderia ser irrigada com água do mar. Os países da península árabe estão particularmente interessados nas possibilidades que essa «planta milagrosa» (ainda em fase de laboratório) abriria para a sua agricultura, tão dificultada pela falta de água na região.

CEE ajuda a China – A Comunidade Económica Europeia (CEE) decidiu oferecer ajuda à China para a construção de habitações populares, segundo fontes da própria CEE. A China tem enfrentado problemas de escassez de alimentos em duas das suas províncias, devido à seca e às inundações que atingiram a região. As mesmas fontes informaram ainda que a CEE enviou grandes quantidades de leite desidratado e víveres num montante de sete milhões de dólares, através da Organização das Nações Unidas (ONU).



Samora Machel e Chadli Benjedid: o inimigo é comum para os países da «Linha da Frente» e da «Frente da Firmeza»

Compromisso Político – O périplo de duas semanas do presidente argelino Chadli Benjedid por onze países africanos confirmou os compromissos do seu regime com o Não-Alinhamento. Ele deu prioridade na sua visita aos países da «Linha da Frente» na luta contra o *apartheid* (Angola Zâmbia, Botswana, Zimbabwe, Moçambique e Tanzânia), vítimas das agressões do exército sul-africano. Nos últimos meses, a Argélia decidiu fornecer seis mil toneladas de petróleo à maioria desses países para assegurar-lhes um mínimo de abastecimento que o conflito entre o Iraque e o Irão ameaçou seriamente.

Cooperação – A Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e a Universidade de Luanda, em Angola, firmaram recentemente um convénio, pelo prazo de cinco anos, para cooperação técnica e científica entre ambas as instituições.

Gastos com a defesa – O Equador teve um gasto de aproximadamente 80 milhões de dólares durante a disputa de fronteira que manteve com o Peru no início deste ano, revelou o Ministro das Finanças, Rodrigo Paz. A consequência mais grave dessa despesa será o adiamento de várias obras incluídas no Plano Nacional de Desenvolvimento. Mesmo assim, alguns dos programas beneficiados directamente pela receita dos derivados do petróleo não serão alterados, especialmente os de carácter social que atingem os trabalhadores.

Empréstimos – O Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional já fez até agora, empréstimos a 76 países em vias de desenvolvimento, entre os quais se incluem aqueles que necessitaram da ajuda para equilibrar a sua Balança de Pagamentos. Foram feitos 118 empréstimos nesse sentido, dos 222 aprovados pela instituição. O total dos empréstimos directos concedidos pelo Fundo já ultrapassou a casa de 1 bilhão de dólares. Outras operações do Fundo – representadas por doações e contribuições a outros organismos financeiros internacionais – elevam a sua ajuda total para 1.594 milhões de dólares. Recentemente, a Guiana, o Mali, o Sri Lanka, a Síria e a Tanzânia receberam empréstimos do Fundo, que dispôs, no total, de cerca de 49 milhões de dólares para auxiliar a Balança de Pagamentos desses países, excepto a Síria, que empregou os recursos da OPEP noutras áreas.

Petróleo – As reservas petrolíferas equatorianas foram calculadas por técnicos do Governo em aproximadamente 1 bilhão de barris, o que representa reservas para apenas 12 anos. Os cálculos foram baseados no facto de que a taxa de crescimento de consumo interno de combustíveis diminuirá em 50% este ano e a um ritmo anual de produção de 76 milhões de barris. «Esta década – afirmou o ministro de Recursos Naturais e Energéticos, César Robalino – vai ser difícil, pois precisamos encontrar novas reservas, já que o petróleo é um dos elementos básicos e estratégicos para o desenvolvimento interno». Enquanto isso, a Corporação Estatal Petrolífera Equatoriana (CEPE) inicia os preparativos para a XVI Reunião Ordinária da Associação de Assistência Recíproca de Petróleo Estatal Latino-Americana (ARPEL), que será realizada de 27 a 29 de Maio, em Quito. Chile, Equador, Colômbia, Venezuela, México, Brasil, Peru, Argentina, Bolívia e Uruguai estarão presentes no encontro.

Refugiados – Organizações humanitárias de assistência revelaram recentemente que o número de refugiados salvadorenhos que fugiram do país devido à repressão governamental já alcança 235 mil pessoas. Eles estão actualmente distribuídos pelo México, Honduras, Belize, Panamá e Nicarágua.

lex telex telex telex telex

Fronteiras vivas – Uma das consequências da disputa territorial entre o Peru e o Equador é a decisão do Governo de Belaúnde Terry de colonizar a zona da cordilheira do Condor com 100 famílias peruanas do Departamento de Cajamarca. A área faz fronteira com o Equador e será a primeira de uma série de outras a serem ocupadas e que fazem parte de um plano do governo peruano para a criação de «fronteiras vivas» e a exploração dos recursos naturais desses locais – informou o vice-presidente da Comissão de Defesa Nacional do Senado peruano, Mirko Cuculiza Torje.

Alimentos – As companhias transnacionais que controlam quase toda a produção de alimentos do México, estão a funcionar actualmente com apenas 50% do seu rendimento, povocando subidas artificiais dos preços dos artigos alimentícios e a escassez de determinados produtos. O Congresso da União Nacional de Operários e Camponeses do México apoiou o programa de industrialização da agricultura que acaba de ser lançado pelo Governo, mas advertiu: se não houver controlo das actividades dos poderosos grupos transnacionais, o programa não poderá ser aplicado com êxito.

Jornalismo – Está a ser estudada a possibilidade de se estabelecer em 1983 uma escola de jornalismo no Maputo. Seria uma escola aberta para os habitantes de Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, com a ajuda da UNESCO que já apoiou o projecto na sua última Assembleia em Belgrado. Os cursos oferecidos inicialmente seriam de nível intermédio. A Organização Nacional de Jornalistas fundou no ano passado no Maputo uma escola de jornalismo de base, cujos cursos foram frequentados por 37 estudantes.

Ajuda – Após o anúncio da assinatura de um acordo, segundo o qual a Líbia concederá uma ajuda de 100 milhões de dólares à Nicarágua, o jornal **Barricada**, órgão oficial sandinista, noticiou a concessão de novo empréstimo ao governo de Manágua, desta feita por Cuba. Serão mais 64 milhões de dólares que serão entregues durante 1981 para contrariar a asfixia económica da revolução nicaraguense pretendida e decretada por Washington.



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva dos «Cadernos do Terceiro Mundo» para todo o território angolano.

**Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245
Luanda — República Popular de Angola**

LANICA

LINEAS AEREAS DE NICARAGUA.S.A.



**A partir do México,
uma conexão direta com**

- **EL SALVADOR**
- **MANÁGUA**

(Terças, quintas e sábados)

De Manágua a:

- **São José da Costa Rica**
- **Panamá**
- **Miami**

**No aeroporto do México,
consulte o telefone 762-4708**

**Na cidade do México,
escritório à Avenida Reforma, 322-B
Telefones 511-3290 e 511-3617**

BRASIL-ÁFRICA

De volta às origens



Mário Augusto Jakobskind

UMA nova etapa se abre nas relações Brasil - África. Não estamos falando de relações oficiais, mas de um encontro entre povos, com raízes culturais que se cruzam. Essa manifestação, que não é nova, mas que se concretiza hoje de uma forma incontrolável, pode ser identificada com mais vigor na música. O que era um privi-

légio de alguns cantores e compositores, marcadamente influenciados e preocupados com a contribuição africana na nossa formação cultural, de repente populariza-se, emociona e passa a ocupar um espaço maior na produção popular brasileira.

Há seis meses, um grupo de artistas brasileiros esteve em Angola divulgando a sua música. Não era no

estilo das viagens à Europa ou aos Estados Unidos, para cantar samba. Era uma experiência nova, rica. Como se todos tivessem a oportunidade de entrar numa máquina do tempo e voltar ao passado, mistura-se com um dos fortes segmentos que influenciaram a cultura musical brasileira. Principalmente num momento em que as manifestações

A grande incidência do afro nos shows brasileiros é muito mais do que um simples reencontro musical: é um acontecimento cultural e político



culturais de um povo se dão livremente, sem a interferência do colonizador. E aí está a importância do acontecimento: é a nova realidade política nos jovens países africanos que possibilita um relacionamento novo entre os dois povos.

Durante a dominação portuguesa, a música popular brasileira chegava à África de uma forma dispersa, unilateral, sem um retorno, sem uma troca pela repressão cultural exercida pelos colonizadores, que não permitiam que a explosão rítmica africana se exprimisse e chegasse até nós da forma como agora chega.

Há um interesse, um sentimento que une. A libertação de Angola e Moçambique não foi apenas uma libertação política, mas também cultural.

Essa observação não é uma coisa abstracta. Há o facto. Alcione, Clara Nunes e João do Vale — todos integrantes do grupo que foi a Angola — incluem hoje nos seus shows ritmos e músicas afro, numa nítida demonstração da importância do contacto musical feito naquele país.

Não é nosso propósito analisar a influência musical africana na música popular brasileira. Seria necessário escrever um livro — e já existem muitos — para aprofundar o assunto. O que consideramos importante — e cabe a nós registar do ponto de vista cultural e político — é o reencontro com um dos componentes fundamentais da nossa formação musical e a assimilação positiva que gerou em alguns dos mais populares intérpretes e compositores brasileiros.

Dos índios «Krahó»
à «Morena de Angola»

«Clara Mestiça», um espectáculo musical apresentado pela cantora Clara Nunes, no Rio de Janeiro, durante vários meses, foi uma espécie de síntese da música popular brasileira actual. O show começa com o canto dos índios Krahó e passa por diversos ritmos brasileiros, terminando com a «Morena de Angola», de Chico Buarque de Holanda — um reencontro festivo com a ancestralidade africana, composta depois de uma festa no Morro da Catumbela próximo da província angolana de Benguela durante a visita de 64 músicos brasileiros que participaram na curta temporada naquele país, no ano passado.

Dulce Tupy, jornalista especializada em música popular e que acompanhou a comitiva musical de brasileiros a Angola, descreve assim o «Clara Mestiça»:

«O repertório faz a curva ascendente da música popular brasileira. Cada música tem uma mensagem que se interliga a outra, formando um elo coeso entre o som específico de cada raça: branca, negra e indígena».

«Guerreira», da autoria de João Nogueira e Paulo César Pinheiro, é uma das músicas apresentada por Clara Nunes:

*Se vocês querem saber quem eu sou
Eu sou a tal mineira
Filha de Angola, de Kêto e Nagô
Não sou de brincadeira
Canto pelos sete cantos, não temo
quebrantos
Porque eu sou guerreira
Dentro do samba eu nasci
Me criei, me converti
E ninguém vai tombar a minha ban-
deira, ô, ô*

— o —

*Bole com samba que eu caio
E balanço e balaio
No som dos tantão
Rebolo o que deito e que rolo
Me emballo e me embollo
Nos balangandãs
Bambeia de lá que eu bambeio
Nesse bamboleio
Que eu sou bambambã
Que o samba não tem cambalacho
Vai de cima em baixo
Pra quem é seu fã
E eu sambo pela noite inteira
Até amanhã de manhã
Sou a mineira guerreira
Filha de Ogum com Yansã*

Natural da pequena cidade de Paraopeba, próximo de Belo Horizonte, Clara Nunes é actualmente uma das cantoras de maior sucesso no Brasil, apresentando o samba como ponto alto no seu repertório. Tanto Clara como os que estiveram em Angola no ano passado consideram a experiência marcante nas suas carreiras musicais.

Alcione: o balé
no Catumbela

Esta também é a opinião de Alcione Dias Nazaré, a Alcione, ou ainda a Marron, natural do Estado do Maranhão. Tendo crescido nos becos e vielas da capital São Luís, e, mais tarde, transferindo-se para o Rio de Janeiro, Alcione começou a sua carreira artística tocando piston em casas nocturnas.

Ela apresentou recentemente um

Alcione

«Chega de colonialismo»



□ «Sempre fui apaixonada pela música angolana. Por falta de oportunidade, circunstância e distância não havia intercâmbio entre a música angolana e a brasileira. Não tínhamos informação sobre Angola, nem os colonialistas estavam interessados nisso. Mas os angolanos sabem tudo sobre a nossa música.

«Em Novembro último, fui a Angola a convite da secretaria de Cultura. Fiz oito apresentações: em Benguela, Huambo, Cabinda, Malange e Luanda. Conheci compositores, músicos, poetas e escritores angolanos.

«Tenho a impressão que já estive lá há muito tempo e não voltei mais. Achei isso não só pelos contactos com as pessoas, como também em relação à música, à comida, enfim, tudo. Pensei: preciso trabalhar em cima desta música, cantar esta música, pois ela realmente me diz alguma coisa, como a música brasileira. Foi daí que eu trouxe fitas gravadas. No final do meu «show» do Canecão, resolvi prestar uma bem merecida homenagem a Angola.

«Não acho a música angolana uma música de consumo. A música norte-americana sim é que é. Não tem mais nada para dizer. Eles agora só têm mesmo o «jazz», porque é a única coisa real que existe em termos de música nos Estados Unidos. O resto já era. O «jazz» ficou porque tem história, e o que tem história fica. Rock e outras porcarias passam.

«Acho que Angola foi um marco importante na minha carreira. Depois que voltei de lá cheguei convicta de que a música africana e a brasileira ainda têm muito que fazer neste mundo.

«Tenho medo é que comercializem e façam aquelas coisas para a América ver e ouvir, como fizeram com alguns músicos brasileiros.

«A pessoas gostaram do meu último show e ficaram surpreendidos com o quadro de Angola. Acharam muito bonito, apesar de não entenderem a letra cantada em quimbundo. Acham que no fundo tem uma coisa muito importante, como tem mesmo. Muita gente comentou comigo: 'Que maravilha aquele quadro da África!'

«No show que pretende apresentar ainda este ano vou começar com Angola e acabar num tremendo carnaval. No meu próximo disco pretendo mostrar coisas de Angola.

«Acho o povo angolano muito forte. É muito bonito eles mandarem no país deles. É um povo pacato, apesar de terem guerreado muitos anos para ficarem livres. Não entendo muito de política, mas das coisas que eu pude captar, acho que a África merece se unir e buscar a libertação. Chega de colonialismo! Chegou a hora desse povo. Chega de opressão!

«Gostei demais de Angola, a gente morre de saudades. Dona Ivone Lara (cantora que também esteve em Angola) perguntou-me outro dia: 'Alcione, depois que saímos de Angola você não tem sonhado às vezes com aquele país? Não ficou com Angola na cabeça, com aquele povo todo?' Realmente tem um ingrediente espiritual que eu não consigo explicar. É uma coisa muito forte».



show no Rio de Janeiro, durante mais de um mês. Angola, país que conheceu em Novembro do ano passado, desta vez está presente não só por intermédio das influências sobre a música popular brasileira (semba — samba) como, directamente, na parte final do espectáculo.

Em determinado momento, ao som do samba «Foi agora que cheguei Doná», de autoria de Tião Motorista, Alcione arranca a peruca deixando surgir um penteado tipicamente africano e, em seguida cobre o vestido com um pano de renda vermelho e outro preto, tira as sandálias dos pés e anuncia: «Vou cantar músicas de Angola, país que fica lá onde nasce a liberdade».

E canta em língua *kimbundo*, as músicas. *Birim Birim*, uma adaptação do folclore angolano, *Nuadia Kime* e *Undi Guiami*. *Birim Birim* conta a história de um homem que passou algumas decepções na vida e não quer repeti-las. Enquanto *Nuadia Kime* fala de um velho que diz às crianças para respeitarem os seus cabelos brancos, *Undi Guiami* descreve uma pessoa que não quis estudar, não foi à escola, mas quando cresceu, se informou da vida e arrependeu-se de não ser um homem culto.

A presença cultural de Angola, Moçambique (Benin (ex-Daomé), Guiné e outros países africanos no Brasil é actualmente um facto importante. Isso deve-se em grande parte à descolonização e libertação ocorridas no continente africano.

E agora a questão inverte-se: antes, o Brasil era um ponto de referência para esses países, uma espécie de parente mais velho e crescido. Como a cultura popular era reprimida pelo colonizador, os africanos sobretudo nos países dominados pelos portugueses, viam as manifestações culturais brasileiras como um ponto de referência próximo em função das raízes comuns.

A África, como já foi dito, sempre esteve presente no Brasil, mas agora o elo de ligação fortaleceu-se. A cultura popular dos países africanos libertados desenvolve-se e é estimulada, portanto, o poder de criação na música, literatura, poesia, dança, enfim, nas mais diversas manifestações culturais dos povos livres. Vivemos, assim, um novo momento, porque o Brasil olha para a África e tem interesse em conhecer melhor o que está a acontecer em matéria de cultura popular.

De alguma forma, a apresentação de músicas angolanas por Alcione para um público dos sectores médios da sociedade, já é um reflexo deste novo momento. A aceitação foi muito boa, tanto que a própria Alcione já pensa em montar, até ao fim deste ano, um musical negro no Brasil. Vai a Angola, acompanhada de bailarinos e coreógrafos, para ver de perto o balé na Catumbela, isto é, se inspirar, segundo o seu próprio depoimento.

Há quem interprete a posição actual de Alcione como oportunismo musical com interesses comerciais; a música angolana estaria a ser redescoberta e poderia trazer dividendos financeiros. Alcione responde aos que levantaram esta questão: «Oportunismo? Acho que não. Seria se a música angolana tivesse estou-

rado no mundo inteiro. Não é nada disso. Nós não ouvíamos música angolana. Fomos lá buscá-la. Isto não é oportunismo, pelo contrário, foi oportunidade que o governo de lá me deu para conhecer directamente a cultura do povo. Sempre que me derem oportunidade, quero ir conhecer ainda mais».

«Não sou Papa mas beije o solo angolano»

Outros músicos brasileiros que estiveram em Angola sentiram também as raízes comuns. Sobre isto fala o cantor e compositor João do Vale, maranhense há muitos anos radicado no Rio de Janeiro e cujas canções como «Carolina», «Pisa na falô» e «Corcorá» alcançaram repercussão internacional.

«Angola sempre esteve presente no meu pensamento. Lá senti-me em Pedreiras, no Lago das Onças, cidade e local onde eu nasci, no Maranhão. A caravana de artistas que foi para Angola não sabia que eu era descendente de angolanos, através do meu bisavô. Fui o primeiro a descer no aeroporto. Não sou Papa nem nada, mas beije o solo angolano, pela alegria de reencontrar a terra dos meus antepassados».

Natural de uma região agrícola do Maranhão — Pedreiras fica a 300 quilómetros da capital do Estado — com forte predominância negra, João conviveu desde criança com o ritmo e a dança dos seus antepassados. Segundo o próprio artista, ele reencontrou o *tambor de crioula* (o jogo clandestino que se manifesta de forma semelhante nas cidades situadas nas margens do rio Paraíba) em Angola, na região de Benguela. Outro facto evocativo da sua infância chamou a atenção de João e de certa forma decifrou um «enigma».

«Lembro que no Lago da Onça tinha algumas pretas velhas que lavavam embolado. Toda a gente dizia que era coisa da roça. Acabei por o descobrir em Angola ouvindo o



Como nasceu «Morena de Angola»

Chico: «Morena de Angola» nasceu directamente motivada pela viagem e por um pedido de Clara Nunes que queria gravar alguma coisa que lembrasse o país em que estávamos. Assistimos a uma festa típica no Morro da Catumbela, perto de Benguela. Vi mulheres dançando com um chocalho na mão. O certo seria usar o chocalho no pé. Usá-lo na mão talvez fosse uma influência da colonização.

Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela; será que ela mexe o chocalho ou o chocalho é que mexe com ela?

— Imaginei tudo isso misturado com o clima de guerra (a luta contra a agressão racista) que se sente na cidade.

Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela. Será que no meio da mata, na moita, a morena ainda chocalha? Será que ela não fica afoita prá dançar na chama da batalha?

— Uma sentinela que conduz a espingarda e começa a dançar. O pessoal lá tem o ritmo, a dança e a música no coração.

Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela. Passando pelo regimento ela faz requebrar a sentinela.

Clara Nunes: Um dia estávamos em Benguela, a caminho do almoço, num autocarro. Falei para o Chico que, voltando ao Brasil, ia gravar uma música dele. Perguntei se já tinha alguma coisa pronta. Ele respondeu: «Eu faço». Lembrei-lhe que estou «ligada» na África, em Angola. «Vê se te inspiras e faz alguma coisa em cima disso» — pedi.

— Dois dias depois, fomos ao Morro da Catumbela assistir a um espectáculo de músicas e danças, com meninas com chocalho. Aí surgiu a «Morena de Angola», música linda e uma homenagem ao povo angolano. E aqui, no Brasil, estorou, tornou-se um sucesso.

— Depois disso houve uma polémica. Alguns disseram que as angolanas não andavam de chocalho. Agora não andam, mas é uma coisa tradicional. Acho que foi uma polémica sem razão de ser.



povo falar. Era uma mistura do português com a linguagem própria das pretas velhas».

Antes de cantar, João do Vale foi



João do Vale

operário da construção civil, pedreiro, peixeiro, agricultor e até jogador de futebol no Bangu. João já compunha sambas, baiões e cocos de influência africana. Acabou por se tornar, a partir da década de 50, num dos nomes mais populares em matéria de música popular, compondo e cantando músicas do norte e nordeste com sabor afro.

João do Vale mostra-se muito eufórico pelo seu primeiro contacto com a África e fez algumas observações.

«Em Angola toda a gente trabalha. Acho muito importante. Gostei muito de visitar as fábricas e ver os camaradas angolanos preocupados com o futuro. Há um equilíbrio de salários. Todos pagam 10% do salário no aluguer. Não há distinções. Quem, como eu, já foi operário sabe a importância disso tudo». d □

ACTO DOS FEITOS DA GUINÉ

«Acto dos Feitos da Guiné apresenta a factura aos fascistas portugueses que colonizaram, exploraram e, finalmente, fizeram a guerra. Aliás o filme é também um ajuste de contas com o colonialismo em geral»

Verenna Zimmermann, Basler Zeitung, Basileia

«Um filme que gera discussões, que põe problemas, que abre algumas feridas, e tudo feito de forma didáctica e inteligente»

Mário Damas Nunes, O Sete

«Dois planos actuam constantemente em interacção: o do documento fotográfico ou filmico de uma realidade social, política, humana e o da reflexão que ela suscita em termos de História»

M.V.C., «Diário de Lisboa»

«Aproveitamos para vos elogiar quanto à boa qualidade do referido filme»

Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA)

Um filme de
**FERNANDO
MATOS SILVA**



PRODUZIDO
E
DISTRIBUÍDO

CINEQUIPA -
Grupo de
Cinema
Experimental,
C.R.L.

R. da Palmeira, 7
1200 LISBOA

321054
371708
366631

As mesmas raízes



Do século XVI até aos nossos dias, a presença angolana na música popular brasileira

A rigor, com a chegada ao Brasil, no século XVI, dos primeiros escravos negros procedentes de Angola, para o trabalho na monocultura da cana-de-açúcar, começam a ser ouvidos acordes musicais em escala pentatónica — de cinco tons — que caracterizam as manifestações musicais africanas. Paralelamente, desenvolveu-se a música de origem europeia e dos primeiros habitantes do país descoberto pelos portugueses, os índios.

A fusão dos três ritmos e mais alguma influência moura na região nordeste, resultou na música popular brasileira, com predominância africana e europeia. No decorrer dos séculos, o índio foi sendo dizimado pelo colonizador — de mais de cinco milhões no século XVI restam

hoje perto de 100 mil — pois a sua mão-de-obra escrava não se adaptou aos vários ciclos económicos (cana-de-açúcar, extracção de minérios e café) do modo de produção capitalista.

Os africanos trouxeram o *semba*, que se transformou no *samba*, género marcante da música popular brasileira nas áreas de maior concentração populacional negra, sobretudo nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, Baía. Em outros Estados, a África também marcou a sua presença: Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Maranhão e parte do litoral do nordeste, como Pernambuco.

Ainda hoje, nas proximidades da cidade de São Paulo e em Minas Gerais, nas áreas onde se desenvol-

veu o ciclo da mineração, realiza-se todos os anos a festa da *Congada*, uma manifestação tão africana como brasileira, também praticada nos Estados de Goiás, Rio Grande do Norte e Pernambuco, guardando as especificidades locais.

Na *Congada* é coroado o Rei do Congo, geralmente uma pessoa mais velha e com liderança na comunidade, que se subdivide em grupos de acordo com a origem familiar ou actividade profissional. Formam-se então os *Ternos de Congo*, espécie de núcleos, cuja função é a de eleger o Rei com mandato por um ano, mantendo portanto as tradições.

Durante o cortejo, ouve-se música essencialmente africana, no ritmo, na estrutura do coro, refrão e



solo. Uma das características da *Congada* — praticada por negros e brancos de origem humilde — é também o duplo sentido das letras (forma de autodefesa dos oprimidos). Uma pessoa canta e o coro responde. Eis o exemplo, no *Terno de Catupé*, que fala da Abolição da escravatura em 1888.

«1888, oi naquele dia de ano (bis)
eu tava dormindo no mato
soldado me procurando
ai, ai, ai, ai
que dor que dá no meu peito».

Nesta manifestação, os participantes escondem-se atrás do catolicismo aceitando uma parte do ritual — os santos negros ou considerados protectores dos humildes — mas recusam a música sacra (europeia), optando pela estrutura rítmica africana.

De certa maneira, em função de toda a estruturação social dos *Ternos de Congo*, que se reflecte também na música e na dança das festividades, a *Congada* é, na realidade, a mãe das Escolas do Samba que desfilam no Carnaval brasileiro e cuja manifestação maior se dá no Rio de Janeiro.

Outra forma musical eminentemente africana é o *jongo*, que aparece em cidades do Estado do Rio de Janeiro situadas nas margens do rio Paraíba, e nos Estados de São Paulo e Espírito Santo.

O *jongo* nordestino é praticado por pessoas mais velhas, semelhante às reuniões dos mais antigos *kimbundos* nas *mulembas* (espécie de casa do conselho dos mais idosos), que se reúnem em redor de uma fogueira, cantando e dançando. Os músicos, segundo explica António Espírito Santo, integrante do grupo musical *Vissungu*, utilizam angomas (o atabaque da África do Norte), executando pontos encaixados um no outro em forma de desafio, onde as metáforas vão ficando pouco a pouco mais complexas, até provocar uma espécie de caftarse colectiva e fenómenos paranormais.

«Me dá o que comer, me dá o que beber
que eu saio lá de casa e vou morar
lá com você»

«ai junguito, ai minha povaria
de tão longe eu venho vindo
cativo tá aqui»

O termo *jongo* deriva de *kajongo*, que na língua *kimbundo* significa «osso duro da virilha do boi». No decorrer do tempo, o prefixo *ka* entrou em desuso, ficando *jongo*, que em grosso modo significa «osso duro de roer». Manifestação seme-

lhante ao *jongo* pode ser encontrada no Estado do Maranhão com o nome de *tambor de crioula*,

Cronistas europeus e alguns pintores como Rugendas e Debret registram, até 1870, a existência no Brasil de vários instrumentos musicais africanos hoje praticamente desaparecidos. Entre eles estão o *kissanje* (caixinha de ressonância de madeira ou cabaça com paletas de aço ou bambu, dispostos de forma a produzir escalas musicais), o *sanza*, o *imbuet* e a *marimba* (ripas de madeira de cabaças superpostas a caixas de ressonância fabricadas em madeira de lei). Esta última é ainda encontrada em algumas congadas.

Qual teria sido o motivo da não fabricação desses instrumentos? Segundo António Espírito Santo, uma das versões seria a da luta cultural entre as elites dominantes e as classes dominadas, com a primeira impondo os seus próprios instrumentos (cultura), resultando no desaparecimento dos demais. A violência da escravidão do passado e do presente, que impede as pessoas de terem tempo para desenvolver a sua cultura, seria também uma das explicações.

Angola, a cultura *bantu*, e a África de um modo geral estão e sempre estiveram presentes na cultura brasileira, em especial na música popular, tanto no interior do país como nas grandes cidades, para não falar do Carnaval, que merece um capítulo à parte.

— M.A.J.



Com os escravos chegaram ao Brasil os primeiros acordes musicais africanos

Um maestro em África

Um músico brasileiro pesquisa a música moçambicana e analisa o seu potencial e a sua sobrevivência face à repressão cultural ocidental na época da dominação portuguesa

Norma da Silva

Natural de Minas Gerais, onde iniciou os seus estudos musicais aos quatro anos de idade, Martinho Lutero é um jovem regente com uma sólida formação musical que hoje desenvolve um importante trabalho de pesquisas na República Popular de Moçambique. Parte do resultado das suas actividades foram divulgados pela emissora oficial do país.

Uma vez mais é demonstrado que a presença colonial não é apenas algo retórico, mas que penetra em todos os sectores da vida de um povo. Nesta entrevista é dada também uma visão panorâmica, não só dos problemas colocados para o intelectual e o seu papel na sociedade, particularmente no Terceiro Mundo, como ainda dos equívocos surgidos nas tentativas de aproximação com a África, todos derivados da incapacidade de se aceitar a validade de outras formas de cultura que não sejam aquelas irradiadas por centros tradicionalmente conhecidos.

No Brasil, a minha actividade nos últimos tempos foi quase exclusivamente voltada para a música erudita. Trabalhei muito pouco com a música popular. No meu país há duas maneiras de formar um músico. Através unicamente da prática: aquele músico que pega num violão e sai tocando, hoje num bar, amanhã na casa de amigos e depois grava um disco e vira músico popular. Algumas vezes ele torna-se de facto um músico, como é o caso de Villa-Lobos, que começou a tocar nos bares do Rio de Janeiro e depois se transformou no grande músico que todos nós conhecemos. Ou por meio da outra linha oferecida ao pessoal da minha época, que faz a sua formação através da escola.

Eu não estabeleço diferença entre

brasileira. Grande parte da nossa música, seja ela erudita ou não, deve muito à influência negra, que é bastante forte. Trabalhei na área de coral e com a música negra. Quando surgiu a oportunidade de vir para Moçambique, isso significou a possibilidade de eu entrar em contacto com as nossas origens. Vim para Moçambique porque aqui se desenvolve um processo que politicamente me motiva a colaborar na organização de um país novo. Em resumo, aqui se coloca em prática uma opção que é também a minha — o socialismo — e que necessita de apoio para se tornar realidade. Tudo isso, e mais o meu interesse musical, foram os motivos que me levaram a aceitar o trabalho em Moçambique.

COMO é que você, um profissional formado dentro da escola tradicional, fortemente influenciada pela Europa, vem para um país do Terceiro Mundo desenvolver o tipo de trabalho que está a realizar?

Bem, no Brasil nós temos o costume de estabelecer a diferença entre a música popular, a música antiga, a música erudita, etc. A meu ver, existem apenas dois tipos de música, a boa e a má. Não tenho nenhum preconceito quanto à área de actuação dentro da música. A minha formação foi para ser músico e para trabalhar em qualquer área. No meu trabalho no Brasil, sempre me interessei pela música negra, pela influência africana na cultura



ambas as formações, pois acredito que de qualquer uma delas pode sair um bom músico. No entanto, a pessoa que começa de uma forma mais popular, espontânea, chega a certa altura, tem que parar para estudar profundamente e então desenvolver-se. O indivíduo que começa por uma outra via, pelo estudo, tem que esquecer um pouco os bancos da escola e viver com o povo, ver o que se faz na rua, porque senão ele jamais se vai tornar um grande músico. Então tudo é uma questão de começo, por onde o músico se inicia. E esse começo está ligado às suas possibilidades económicas, à sua classe social.

No Brasil, se você vai para a rua e tenta viver a música popular como eu vivo aqui, não come. Em Moçambique sou pago para isto, para andar por aí vendo como é que o povo faz música.

Eu não sabia muito claramente o que ia encontrar em termos de condições de trabalho. Tinha conhecimento que era um país muito pobre e que fatalmente eu não ia ter condições técnicas como, por exemplo, instrumental, estúdios, etc. Mas tinha a segurança de que ia encontrar

uma instância superior que não era hostil, e isto para mim era mais importante para o trabalho do que condições técnicas, de vida, às quais estava acostumado. O importante é que, em termos políticos, tenho meios efectivos de trabalho. E eu considero-me engajado nos objectivos deste governo.

Levantamento da música tradicional

Quais são as actividades que desenvolveu na Escola de Música?

Logo que cheguei tive como tarefa, reformular o curso de música, que estava bastante limitado na formação de profissionais. Faltava-lhe uma definição quanto ao que realmente se queria no tocante aos futuros professores. Encomendaram-me a revisão do currículo da escola, repensar toda a sua parte pedagógica. Neste projecto, que conduziu à organização geral do ensino, trabalhei cerca de um ano. Uma vez feito isso, saí para outras tarefas consideradas mais prioritárias.

Essa parte do trabalho na escola de música considero como um projecto na área cultural, pois, como se sabe, um dos problemas fundamentais que existem em Moçambique é a formação de quadros em todos os campos. No nosso sector, isso não é diferente. Juntamente com essa ta-



refa específica, comecei a desenvolver uma parte do projecto que, na minha opinião, era mais importante: o levantamento da música tradicional, de toda a música do povo moçambicano. E aqui cabe uma definição do que é a música tradicional: aquela que é desenvolvida pelas culturas existentes dentro de Moçambique. Essa música chama-se, normalmente, em todos os países do mundo, a folclórica. Aqui somos virtualmente contra esse termo porque o folclore, no Ocidente, de uma maneira geral, tem um sentido politicamente pejorativo. Concebe-se o folclore como a representação de determinadas culturas que já passaram. Por exemplo: no Brasil temos o chamado folclore indígena, que é a música daqueles povos que lá viviam antes do «descobrimento», isto é, antes da invasão portuguesa. A cultura desses povos foi, por consequência, totalmente destruída. Aqui não foi possível destruí-la, não se conseguiu aniquilar os povos que habitavam o território, o que é uma situação completamente diferente daquela que se viveu no Brasil.

Em Moçambique existe ainda uma cultura tradicional cultivada pelos diferentes grupos étnicos. Com o desenvolvimento da luta armada, vem então a consciência da nação moçambicana, que, como síntese, será o fruto das diversas culturas existentes. Dessa forma, aqui não tem sentido falar de folclore, pois o que encontramos não é uma cultura do passado, mas, pelo contrário, ela está presente no povo até hoje. Por isso, nós chamamos tradicional a esta música que normalmente, pela terminologia ocidental, seria denominada folclórica. Em última instância, nós poderíamos chamá-la música popular, num sentido completamente diferente daquele vigente, por exemplo, no Brasil, onde esta denominação é dada principalmente a um produto criado para o consumo. □

Nicomedes Santa Cruz:



A influência africana na obra de um poeta peruano

a ida e a volta

Os processos de libertação africanos, principalmente os de Moçambique e Angola, também se repercutem no Peru. Repercutem-se no sangue e na arte de Nicomedes Santa Cruz, negro, peruano, 55 anos, nono entre dez irmãos. Santa Cruz é um poeta popular preocupado não só com a sua origem de oprimido mas também com toda a manifestação cultural que envolva a libertação do homem na sua forma de se expressar e se desenvolver: «Fazer poesia como Samora Machel ou Agostinho Neto, conjugando a arte da palavra, na síntese da sua expressão — que é a poesia — com a problemática social e económica», levando essa posição ao mais sério nível de revolucionários.

Santa Cruz dedicou-se, a partir de 1957, à actividade artística em poesia, pesquisa folclórica, gravação de

discos e incursões no campo do jornalismo, da publicidade comercial e da televisão. Com vários livros de poemas publicados, o poeta faz uma distinção entre a influência negra no seu país e no Brasil e Antilhas, onde o negro é aceite, apesar dos complexos e racismos, como parte das suas etnias mestiças.

Na sua crítica à posição do negro nas sociedades americanas, Santa Cruz diz que «é muito fácil ser ou mesmo representar o negro na América, principalmente em países que não são tão negros, como os andinos e os do cone sul», onde se pode muito simplesmente atingir um *status*, ficar muito famoso e «respeitável, com fonemas e ritmos». Diz ele que o principal, «a cor da pele, já temos». E que o resto, «é um pouco de *show*». Acrescenta ainda que não tem importância que um poema tenha mais eco em Luanda do que

em Cuzco, porque «é contra um mesmo inimigo em ambas as latitudes».

A sua condição de negro, herdeiro de toda uma tradição na diáspora, faz com que ele se volte para a luta da sua raça a nível universal, embora sinta dentro de si a divisão entre essa herança e a sua condição particular de peruano. Ao mesmo tempo, sente que esta terra onde nasceu é a sua pátria, que não veio aqui por vontade própria:

«Lutando por uma integração nacional — e lutando contra os que não a querem — projecto-me na realidade do negro universal, solidarizando-me com os meus irmãos da África e dos Estados Unidos, mas sem perder de vista a minha realidade de peruano comprometido com a causa do meu povo.»

Os dois poemas que seguem são um claro exemplo desse sentimento:

A ida

Ritmos negros do Peru

*Ritmos da escravidão
contra penas e amarguras
ao compasso do grilhão
ritmos negros do Peru*

... e disse assim:

Minh' avó de África chegou
vestida de caracóis
veio com os espanhóis
num barco caravela
com fogo marcaram ela
a carimba foi sua cruz
E na América do Sul
ao golpe de suas dores
os negros deram tambores
ritmos da escravidão



Por um só dinheiro
venderam ela em Lima
e na fazenda La Molina
serviu à gente espanhola
com outros negros de Angola
Ganharam pelo esforço
mosquitos prás suas veias
e prá dormir no chão duro
e nadinha de consolo
contra penas e amarguras

Na plantação de cana
nasceu o triste *socabón* *
no alambique de rum
o negro cantou a *zaña* *
O terçado e a foice
curtiu suas mãos morenas
e os índios com sua *quenas*
e o negro com tamborete
cantaram sua triste sina
ao compasso do grilhão

Morreram os negros velhos
mas por entre a cana seca
se ouve a *zamacueca* *
e o *panalivio* * bem longe
E se ouvem os festejos
que cantou na juventude
De Cañete a Tumbuctu
de Chancay a Moçambique
levam seus claros repiques
ritmos negros do Peru

* Ritmos negros peruanos

A volta



Volta, minha caravela
volta ao teu lugar de origem
pois nossa presença exigem
Cabinda, Luanda, Benguela
Proa lá, a toda vela
volto num novo veleiro
que nem é barco nem negro
nem tem tratante no mando
Minha volta é navegando
em comando guerrilheiro!

Os fuzis foram forjados
com nossas rotas cadeias
e é fúria de nossas veias
o cuspo de nossos petardos
e aqui viemos, aos montes
em cada atlântica marola
pra' dizer-te, Mãe Angola
República Popular
que teus filhos d'além-mar
não te podem sozinha deixar
Pela Vitória Final
se confundirão aqui
Túpac Amaru e Martí
o Che e Amílcar Cabral
E nesta luta frontal
contra o vil imperialismo
vive Angola o heroísmo
do grande povo vietnamita
deixando com sangue escrita
a verdade do socialismo



Nossa vitória é segura
tão certa como o amanhã
desta Unidade Africana
que é a esperança futura
Longa etapa de amargura
é a que agora termina
e desde Angola germina
uma grande Revolução
que consolida esta união
afro-américa latina.

História da América vista por dentro



Eduardo Galeano fala do novo livro que está a preparar e analisa a sua obra literária

Júlia Maciel

Eduardo Galeano nasceu em Montevideo (Uruguai) em 1940. De 1960 a 1964 foi secretário da redacção do semanário **Marcha** e dirigiu durante dois anos o diário **Epoca**, editado em Montevideo. A partir de 1973, foi director de **Crisis**, revista sobre cultura editada em Buenos Aires.

Galeano é autor, entre outros, dos seguintes livros: «China, 1964 — Crónica de um Desafio», «Guatemala, País Ocupado», «Vagamundo», «La Canción de los Otros», «Dias y Noches de Amor y de Guerra». O seu livro mais difundido é «As Veias Abertas da América Latina», traduzido e reeditado em quase todo o mundo.

Temos com Eduardo Galeano uma velha amizade que é renovada a cada encontro. É como se mantivéssemos, com intervalos breves ou longos, um diálogo frequentemente interrompido, sempre rico, às vezes polémico.

Desta vez, encontrámo-nos na Europa, onde Galeano é muito conhecido. A ideia era «fazer uma reportagem», coisa particularmente difícil quando quem entrevista pode antecipar algumas respostas já conhecidas.

Tudo começou quando lhe perguntei: «Você não acha que seria oportuno tornar a propor algo no estilo de «As Veias»? Hoje, milhares de adolescentes, de jovens latino-americanos, têm que descobrir ou inventar a História das suas nações, a realidade a que pertencem, longe do seu país amordaçado. Esse encontro com a própria identidade deveria ser favorecido».

As páginas que seguem são uma resposta quase textual de Galeano.

— A gente escreve procurando partilhar algumas dúvidas e certezas; procurando responder a perguntas que de alguma forma são colectivas. De todas as tentativas que fiz, o livro que melhor respondeu foi, sem dúvida, «As Veias». Nota-se que é o que melhor coincidia com as necessidades colectivas.

A História tem sentido como memória viva. O que, definitivamente, distingue uma cultura como cultura de libertação é o facto de estar viva. Neste caso, é sempre subversiva.

A única resposta das classes dominantes a esse caráter subversivo da cultura é mandá-la para o museu. Para neutralizá-la, convertem-na em proposta para arqueólogos ou em *souvenir* de aeroporto.

Eu não vejo a História como um baile de máscaras ou um museu de cera, mas como memória viva dos tempos de agora. O passado serve-me na medida em que piso sobre essas pegadas, mas piso para adiante. Não se trata de repetir outros passos.

A saudade é boa, mas a esperança é melhor.

A mensagem de «As Veias Abertas»

Com «As Veias» eu não quis fazer uma história quieta. Uma história como cultura que se movimenta contradiz a falsa ideia que as classes dominantes têm a respeito da sua legitimidade.

As classes dominantes pretendem que seja assim, porque assim foi e assim será. Confundem-se a si próprias com a eternidade. Uma história viva ensina: «Não, não se confunda com a eternidade, você está aqui por um instante, não para sempre. Não é decisão de deuses ou de estrelas, não faz parte de um signo fatal de forças obscuras. Você é parte do processo histórico, mas esse processo é coisa dos homens e pode ser transformado pelos homens.»

Agora, voltei a escrever História. A literatura nasce de coisas um pouco misteriosas. O impulso de escrever é algo que acontece e faz com que coce a mão. Esses fantasmas que falam ao teu ouvido não são fantasmas

alheios à realidade, vêm dela, mas a razão nem sempre pode explicá-los. A razão nem sempre pode explicar tudo e, às vezes, quando está sozinha, sabe-se que gera monstros.

Eu não podia dar-me ordens e fazer coisas que não «sentisse» o impulso irresistível de fazer. A obra fica ortopédica porque se notam os resultados.

Nenhuma coisa que não nasça do desejo pode gerar desejo. E nenhuma obra literária vale a pena se não gera desejo. Se a palavra não é desejada por quem a lê, fracassou; se quem lê não mudar um pouquinho, se não se sentir alterado pelo que lê, aquele que escreveu fracassou. Se «As Veias» teve algo de bom foi ser um livro desencadeante, um livro gatilho que disparava coisas na consciência dos leitores.

Já falamos outras vezes da caça à palavra nua, isso de procurar escrever buscando caçar e despír a palavra. Hoje, acho que estou em condições de empreender outra obra, correr outros perigos, enfrentar outros riscos.

A realidade é sempre muito contraditória. A liberdade, também. O nosso José Artigas disse que «a contradição é a única prova da liberdade». E não só. É, além disso, a única prova da vida.

Tudo se acumula e as perguntas que eu me fazia há dez anos, e que deram origem às «Veias Abertas» transformaram-se noutras perguntas, nem mais nem menos importantes, mas que abrangem outros espaços.

Essas perguntas foram feitas pelo homem que eu era quando tinha trinta anos. Foram feitas apaixonadamente e formuladas dentro de espaços bem determinados. As

Leia a imprensa revolucionária do Terceiro Mundo

NÔ PINTCHA

noticias

ANGOLA

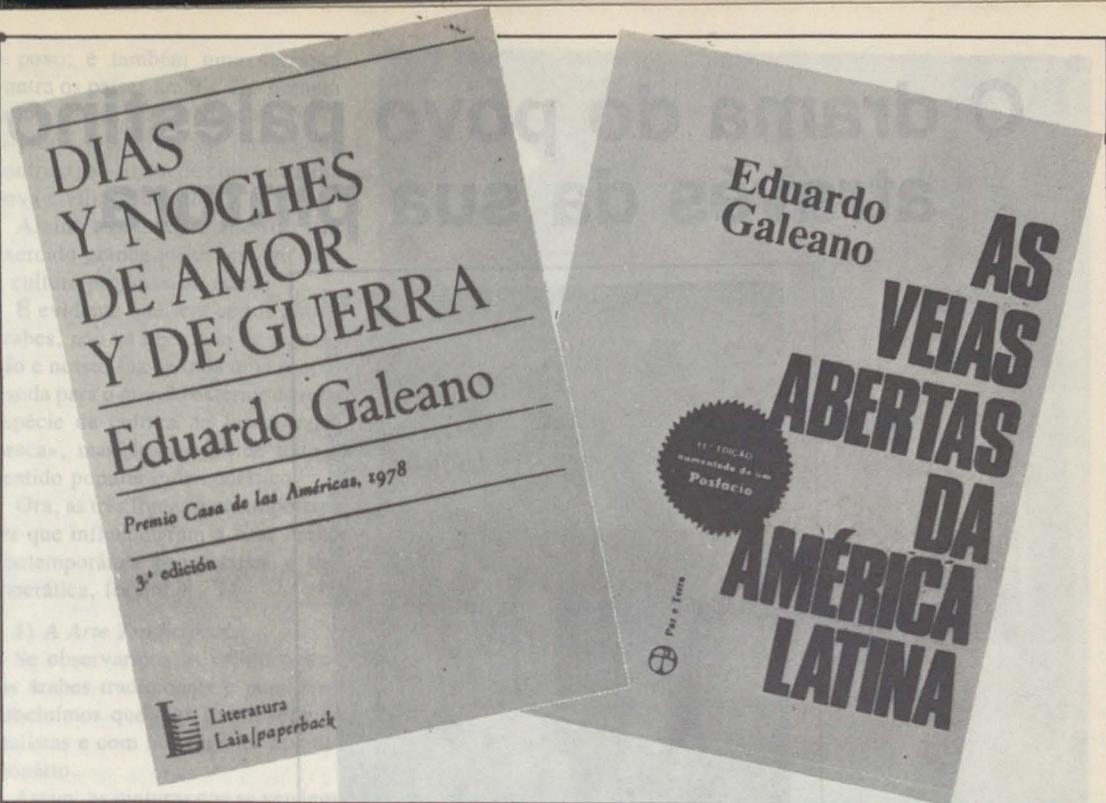
novembro

NETO É O NOSSO GUIA PARA A VITÓRIA!

Tempo

FESTA DE 16 ANOS DE LUTA

em África



que me faço agora abarcam espaços cada vez mais amplos.

Que os factos cantem

Quero narrar a história de Cristóvão Colombo para cá e ando nisso há mais de um ano.

Hoje sinto-me em condições de tentar realizar um projecto bem complicado: contar a história analisando-a de dentro. Contar de tal maneira que a interpretação dos factos não seja feita ao lado deles e sim de dentro da sua barriga. Que os factos cantem, que falem sozinhos.

Fui crescendo porque o mundo me exigia outras coisas. Se uma pessoa se apaixona pelas suas convicções e não as põe à prova, elas congelam-se, não se enriquecem.

Agora sinto-me com gana e forças para realizar o que estou me propondo. Mesmo que me tome muitos anos, será um livro dividido em duas partes: a primeira, chega até ao ano de 1700. Tem uma introdução que é sobre o nascimento mágico da América através dos mitos pré-colombianos. Já reuni mais de setenta mitos.

Depois entra o senhor Colombo em cena e a partir daí começa a História. O livro é uma sucessão de relatos breves com uma data e um lugar, isto é o local e o momento em que ocorrem. De certo modo, reconstitui-

-se assim a unidade essencial. Nas relações, capitais, países. As referências são a povoados, a regiões que pertencem a todos.

Apesar de ser difícil, a intenção é linda. Quero contar as coisas de tal maneira que quem as leia sinta como se estivesse lá, e assim a história não será algo que ocorreu aos «homens daquela época».

Gostaria que o leitor sentisse a História como algo próximo. Que perceba o palpar furioso desse coração batendo ao seu lado. Porque o passado faz parte do presente e antecipa o futuro. Não quero reduzir a História a uma cadeia de anedotas.

Deixe-me repetir, quero que fique bem claro: toda a obra humana que de alguma maneira contribua para desmascarar a realidade, resgatar a memória colectiva, redesenhar, reconquistar a identidade colectiva, tem um sentido positivo. Não somos anjos, mas tão-pouco baratas.

Não se deve idealizar a literatura como obra de uma elite nem menosprezá-la como tarefa de covardes incapazes de acção. A literatura, como toda a obra cultural válida, integra o processo de transformações, faz parte da História e tem melhor ou pior sorte, caso coincida ou não com as necessidades de todos. Escreve-se para o agora e também para o depois. □

O drama do povo palestino através da sua pintura



«Velho Carregando Jerusalém»
de Suleiman Mansour

Elsa Rodrigues dos Santos

CADA povo possui os seus próprios modos de expressão literária e artística ligados às condições materiais e espirituais da sua vida.

Na época em que o povo árabe palestino vivia tranquilamente na sua terra, a sua produção literária e artística ia buscar as fontes de inspiração ao passado e às suas tradições. As suas artes (a poesia, as canções, os contos, a arquitectura e a pintura) foram moldados no decurso dos séculos por uma longa história.

Em 1948, porém, a vida dos Palestinos foi profundamente abalada. A maior parte deste povo é, então, brutalmente arrancado à sua terra-mãe e dispersado pelo mundo

árabe, transformando-se num ser apátrida; outra parte ficará nas suas casas, mas vexado e humilhado, submetida, em Israel, a uma opressão e a uma discriminação a todos os níveis.

Apesar da perda da sua personalidade nacional independente e apesar das tentativas feitas, entre 1948 e 1967 para lhe negarem todo o carácter específico (e o mundo durante muito tempo admitiu esta tentativa de genocídio, expressa pela célebre afirmação de que «a Palestina era, no princípio do século, uma terra sem povo, esperando um povo sem terra»), apesar de tudo isso, o povo palestino preservou, no sofrimento e no exílio, a sua identidade cultural.

Porém, todas as agressões, que modificaram totalmente as condições de vida dos Palestinos, conduziram a uma mudança ao nível dos seus modos de expressão: a produção literária e artística passa a caracterizar-se, então, por uma visão profundamente trágica, mas não desesperada da vida.

A pintura palestina, como expressão da arte árabe, de que faz parte é, assim, o reflexo da sua identidade cultural e política e espelho da realidade do seu povo.

Mas o drama palestino não diz apenas respeito ao homem palestino, mas a todo o árabe que se preza, visto que a agressão sionista não é apenas contra a Palestina, terra

e povo; é também uma agressão contra os países árabes. E o homem árabe sente essa agressão contra si-próprio, contra a sua identidade, contra o seu sonho de construir uma nova civilização árabe.

Assim, a revolução palestina tem exercido grande influência em toda a cultura progressista árabe.

É evidente que, em certos países árabes, não há liberdade de expressão e nesses faz-se toda uma propaganda para o mundo exterior de uma espécie de cultura de forma «arabesca», mas desprovida de todo o sentido popular e democrático.

Ora, as três fontes mais importantes que influenciaram a Arte Árabe contemporânea progressista e democrática, foram:

1) A Arte Tradicional.:

Se observarmos as velhas pinturas árabes tradicionais e populares concluímos que elas foram sempre realistas e com um carácter revolucionário.

Assim, as pinturas que se vendem nos bazares representam, em geral, a luta do antigo herói árabe contra os indivíduos que violavam as regras religiosas, ou seja, os que violavam os bons e justos valores da vida do povo.

Podemos, com efeito, encontrar esta arte popular por toda a parte, nas ruas, nos bazares, em todo o mundo árabe. E não é correcto designá-la como arte «naïve», pois ela possui todos os ingredientes da arte clássica árabe, sendo a escrita uma parte integrante.

A escrita na arte árabe e palestina teve sempre um papel importante, fazendo sempre parte delas, mesmo integrada na arquitectura, devido à beleza da sua forma.

A escrita árabe começou com um estilo realista com uma forma clara e forte.

Assim é, que o povo ainda hoje, muitas vezes, nas mesquitas, senta-se defronte das paredes para ler os versículos do Alcorão e fá-lo com



Pintura de Abdul Rahman Muzzayyen

facilidade, pois foram escritos em época muito recuada, nos primórdios do Islamismo.

Mais tarde, no período clássico da Civilização Árabe, quando ela se encontrava no seu auge, a escrita começa a tornar-se abstracta e tem, na verdade, uma lindíssima forma e decoração, mas é indecifrável, porque não tem como objectivo o conteúdo, mas a mensagem estética.

Presentemente, a escrita possui novamente uma forma realista pois passou a ter uma função didáctica, contribuindo para o desenvolvimento da consciência política do

povo. Deste modo, ela surge nos cartazes, nos desenhos murais, em muitas pinturas, exactamente porque tem a missão de alcançar um largo público e não apenas o público de galeria.

2) A segunda fonte da arte árabe contemporânea é o movimento moderno realista dos anos sessenta, que corresponde, no Egipto, à resistência, no tempo de Nasser, na luta da nacionalização do Canal de Suez e, no resto do mundo árabe, aos movimentos de libertação e de independência do colonialismo e neocolonialismo.

3) Outra fonte importante é, precisamente, o drama palestino, que nestes últimos trinta anos, tem marcado a cultura moderna árabe, cujo conteúdo é, essencialmente, político.

Na arte palestina, surgem as primeiras obras exactamente após a Revolta de 1936, com Faiçal Al Taher, Khalil Badawiya, e Abderrazeka Badran.

Vários estilos desenvolveram-se, então, rapidamente.

Podemos encontrar a *pintura simbolista*, a *arte plástica realista* e a *arte clássica oriental*, mas raramente, encontramos a pintura abstracta e isso, porque o artista plástico palestino quer fazer alguma coisa de concreto para o seu povo e para a sua luta.

O movimento artístico que se tem desenvolvido nestes últimos trinta anos é marcado, indubitavelmente, por *Ismail Shammout* e sua mulher, *Taman Akal*, que tem exercido uma influência decisiva nas artes plásticas do seu país.

Mas mais importante do que centrar a atenção nos artistas é, sem dúvida, abordar os temas tratados por eles, pois que o artista palestino, empenhado em mostrar ao mundo a sua realidade, apaga-se voluntariamente em proveito da sua causa.

Assim, há uma constante simbólica nas suas obras — o tempo — representado pelo *passado*, *presente* e *futuro* que, afinal, não são mais do que, respectivamente, *as raízes*, *o combate* e *a esperança dum povo em luta*.

As Raízes

Para afirmação duma identidade, a descoberta das raízes é uma tarefa importante. Impõe-se ao pintor palestino descrever um passado que clarifique o presente.

Ligado às suas raízes religiosas e étnicas, o artista transforma-as em nacionais.

Deste modo, a cidade de Jerusa-

lém as imagens tradicionais, a ambiência e o modo de vida palestinos desempenharam um papel essencial.

Jerusalém

Para o crente, Jerusalém é ao mesmo tempo Santuário muçulmano, cristão e judeu.

Com a anexação desta cidade, o Palestino é atingido na sua fé.

Para o Árabe, Jerusalém é a maior cidade da sua civilização que foi ocupada por forças estrangeiras.

O palestino é atingido na sua arabilidade.

Para o homem da Palestina, Jerusalém é a capital antiga e familiar à qual deixou de ter acesso e de administrar, pois já não é mais sua. O Palestino é, assim, atingido na sua própria pátria.

Por isso, o tema de Jerusalém é particularmente frequente na arte palestina, como, aliás, o é também em muitas pinturas muçulmanas.

Suleiman Mansour, no célebre quadro *Carry On* («Carregando»), apresenta um velho, em traje camponês, carregando às costas, com o apoio de cordas, o fardo de Jerusalém, encerrado numa forma ovóide, afilada nas extremidades, fazendo lembrar um olho. O chão e o céu, igualmente em tons de azul, constituem um fundo neutro sobre o qual sobressai a cor castanha, com reflexos dourados da cidade. Ela é representada, precisamente, por abóbadas e telhados. Aliás, a estilização está ausente neste quadro. O realismo de execução contrasta com a simbologia de conjunto, sublinhando a humanidade do drama de Jerusalém. É de notar que a exaltação de Jerusalém na pintura palestina, não se baseia na paixão religiosa, contrariamente ao que se passa em Israel.

O Islamismo e o Cristianismo não transparecem senão através dos seus monumentos arquitecturais.

É neles que se encontram os símbolos religiosos.

O quarto crescente, elemento do calendário islâmico, largamente difundido como símbolo da unidade árabe, ou a cruz cristã, estão ausentes nas pinturas da cidade, para que todos os crentes a reconheçam.

Abdul Rahman Muzayyin pintou também uma tela que denominou «*Libertai Jerusalém*», em que uma pomba, em grande plano, pisando as balas do inimigo, traduz o regresso à paz nesta cidade, simbolizada pelo Santo Sepulcro.

O regresso

Estas imagens de Jerusalém apontam para o tema do desejo de regressar à pátria.

No quadro de *Ismail Shammout*, intitulado «*Nós Voltaremos*», homens, mulheres e crianças abandonam a cidade ocupada, mas um velho, sob o olhar dolorosamente interrogador de uma criança, olha a cidade com infinita mágoa mas com a decisão e a certeza de voltar.

Imagens Tradicionais A mulher

Mais frequente ainda é a imagem tradicional da mulher, como símbolo da maternidade e da fertilidade.

Na verdade, enquanto a revolução palestina exalta a libertação da mulher, pois esta tem tido um papel eminente no combate, o artista não nega, contudo, a tradição árabe-islâmica que a representa exclusivamente como mãe.

Esta preocupação da aliança entre a tradição e a modernidade é comum ao pintor e ao escritor.

A mulher ocupa um lugar de destaque na pintura palestina, como componente ou como assunto principal dos quadros.

Vejamos em *Ismail Shammout* como surge a mulher.

Ela enverga uma túnica típica da Palestina e junto dela estão o homem, o qual empunha um ramo de oliveira — expressão da paz — e

seus filhos. Um deles, com o punho no ar, exalta o combate conduzido pela resistência, até à vitória e à paz.

Também em Shammout no quadro denominado «Palestina, a boa Terra,» em tons de castanho e azul, quatro mulheres carregam à cabeça grandes cestos de flores.

Eles são, na verdade, o símbolo da fertilidade da terra.

Mustafa Hallaj tem por motivo único uma mulher, da qual se vê apenas a cabeça e o busto, envergando um vestido tipicamente palestino. Dominado pelas cores vermelha e verde, este quadro põe em relevo os bordados do vestido, que são particularizados na parte inferior do quadro.

Os motivos bordados, característicos da túnica palestina, constituem um signo distintivo, porque evocam explicitamente a Palestina. Assim, a mulher, envergando o traje típico, é uma imagem querida para os pintores palestinos, porque testemunha a sua identidade.

O modo de vida

A importância do modo de vida é capital para recordação das raízes. Contrastando com o exílio ou a ocupação presente, o seu passado parece idílico ao povo palestino. Recordar o passado é dar justificação ao seu direito de regresso.

O quadro «A Ceifa» de Suleiman Mansour, na Palestina ocupada, é representativo deste tema.

Esta evocação da prosperidade ligada à fertilidade da terra é uma das constantes da arte palestina.

O combate

O combate para um palestino é o ambiente de guerra em que vive há trinta anos.

A guerra tem um aspecto militar que conduz, consequentemente, a uma «economia de guerra» e, naturalmente, a uma «cultura de



«Resistir até à vitória»
de Ismail Shammout

guerra». Tal é o caso da cultura palestina, cujas consequências são muito sensíveis na pintura.

Consequências de forma, primeiramente na escolha de um **realismo figurativo**.

A maior parte dos pintores palestinos, com efeito, para exprimirem, da maneira mais chocante possível, a realidade colectiva do conflito, escolheram a figuração que, em pintura, tem uma leitura mais acessível. E mesmo aqueles que estão mais inclinados a um código de tipo surrealista ou a um código de tipo abstracto, como Hallaj ou Tawfik Abdul Al, ficam ligados, no entanto, a um compromisso fundamental e submetem-se às suas exigências.

Consequências de fundo são as que estão, aliás, na origem das precedentes.

Militante, o pintor dedica-se à sua causa e, assim, prefere o geral ao particular, o colectivo ao individual.

Notar-se-á que certos temas estão praticamente ausentes. Por exemplo, não se encontram naturezas mortas na pintura palestina. Frutos e flores apenas aparecem para exaltar a fertilidade da terra. E isto já acontece mesmo nos desenhos das crian-

ças, a partir dos 10 anos. Os animais presentes são utilizados como símbolos, como o cavalo ou a pomba da paz.

Mais significativo é ainda o papel particular do retrato. Além dum Yasser Arafat de Mohammed Shaer, evidentemente, com intenções militantes, e várias mulheres trajando os fatos tradicionais, quase nenhum pintor se dedica ao género.

Duma maneira geral, o pintor consagra-se à luta, ao combate.

Os ataques do inimigo e a prisão são também temas escolhidos.

Um quadro de Tawfik Abdul Al, dominado por um *amarelo luminoso*, evoca a prisão pela presença dum círculo com grades. Perto desta lucarna um homem e um cavalo parecem esperar dias melhores. Esta composição, intitulada «cavalo aprisionado» pode estar ligada, pelo seu estilo, ao pós-cubismo da escola de Paris e difere, sensivelmente, das obras já citadas.

Burhan Karkutli representa, numa pintura, o *ataque feito pelas tropas fascistas do Líbano em Al — Quarantina*, distrito de Beirute, em 1976.

A Paz

Em Jamal Afaghani a paz surge da vitória.

A preto e branco, o artista desenha uma personagem que se ergue, progressivamente (sucessão de bustos cada vez mais direitos), para ficar, finalmente, em posição vertical, empunhando a palma da vitória e a chama que ilumina o céu.

Shammout evoca, também, a paz, ilustrando com a seguinte legenda: *Os nossos mártires dão nascimento à geração da vitória*.

Estes, pois, são os temas mais representativos da arte palestina, que tal como a literatura seguirão, naturalmente, novos rumos, após a sua vitória, a par com a sua tradição árabe e a cultura mundial.

Defender o património de Nazca

No deserto de Nazca (Peru) existem desenhos gigantescos cujas origens remontam ao século II antes de Cristo. As figuras misteriosas são o testemunho de uma cultura sobre a qual tudo ainda está por descobrir. O maravilhoso beija-flor traçado numa pedra de mais de cem metros de largura, os estranhos ziguezagues de curioso desenho nos penhascos, as gigantescas aranhas, macacos e pássaros, correm perigo.

É necessário organizar a sua defesa, como propôs à UNESCO a astrónoma e matemática Maria Reiche. Os problemas agravaram-se devido à presença na área de despreocupados motoristas que, ao cruzarem a estrada panamericana, se «desviam» para olhar mais de perto as célebres pedras, deteriorando os desenhos menos nítidos.

Porém, o mais grave são as transformações climáticas da região, desértica há mais de três mil anos, que agora recebe chuvas provocadas pela poeira das explosões da mina Marcona, situada nas proximidades, danificando as figuras de Nazca.

É, portanto, urgente lançar uma campanha para a protecção desse complexo arqueológico que testemunha um momento da nossa cultura.



Deserto de Nazca

A cegueira...

Jorge Luís Borges recebeu recentemente na Itália, o prémio «Balzan», uma espécie de anti-Nobel, o que lhe rendeu uma quantia nada desprezível: 125 mil dólares.

Na conferência de Imprensa que concedeu, Borges foi acochado pelos jornalistas, que não lhe pouparam críticas: «Por que motivo só agora denuncia as violações que a Junta Militar da Argentina reiteradamente comete contra os mais elementares direitos humanos?» — perguntou um dos jornalistas. «Sou distraído e, sobretudo, cego. Não me interesso por acontecimentos actuais. Por outro lado, sou contra a violência, não por razões políticas. Acreditem-me: mais do que pela minha distração, foi pela minha cegueira que não falei até hoje sobre temas tão dramáticos, e só o faço agora, com tanto atraso. Sou um homem que não vê» — respondeu Borges. Finalmente alguém lhe contou o que se passa no seu país e o autor de «El Aleph» resolveu falar: criticou a Junta Militar do seu país e assinou um manifesto de intelectuais de todo o mundo a favor dos direitos humanos. Benvindo ao mundo dos que não se negam a ver.



Borges: só agora contra a Junta Militar

Ciência para matar

Cada vez são mais numerosos os pesquisadores e cientistas do Terceiro Mundo que se dedicam ao aperfeiçoamento de material bélico

MEIO milhão de cientistas em todo o mundo trabalham em regime de dedicação exclusiva ou prioritária na pesquisa e no desenvolvimento da tecnologia especializada em materiais bélicos, revela um estudo feito pelo jornalista Claudio Aguirre Bianchi. Os Estados Unidos concentram a maior parte da sua capacidade científica e de engenharia no item armas, e não estão sozinhos nesse processo.

Segundo dados recolhidos pelo professor Raimo Vayrynem da Universidade de Helsínquia (Finlândia), até 1970 a percentagem de gastos estatais em pesquisas militares com relação ao total investido em pesquisa e desenvolvimento era a seguinte: Estados Unidos, 53,9%; Grã-Bretanha, 40,7%; Suécia, 31,4%; França, 32,2%; República Federal da Alemanha, 16,8%.

A Grã-Bretanha gastou em 1970 cerca de 826 milhões de libras esterlinas nesse tipo de pesquisa, quer dizer, quase o dobro do destinado como ajuda oficial directa ao desenvolvimento. O restante dos gastos fiscais britânicos em pesquisa e desenvolvimento para esse mesmo ano concentrou-se no desenvolvimento nuclear e no avião supersónico *Concorde*.

Também o Terceiro Mundo

Embora as cifras sejam bastante modestas, no Terceiro Mundo a tendência é coincidente. A Índia, por exemplo, é o país que tem o maior número de cientistas e engenheiros dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento: são 100 mil. De acordo com o anuário estatístico das Nações Unidas publicado em 1978, nos países do Terceiro Mundo melhor equipados, as cifras são as seguintes: Egipto, 10.665 cientistas e engenheiros; Argentina, 8.100; Brasil, 7.725; Coreia do Sul, 6.314; Tailândia, 6.090; México, 5.896; Chile, 5.498; Irão, 4.896.

Israel, Brasil, Índia e África do Sul são os principais fabricantes de armamentos no Terceiro Mundo. À excepção da Índia, esses países encontram-se entre os chamados «novos exportadores» de armamentos, o que constitui uma das características mais importantes na evolução das exportações de material bélico no mundo durante a década de 70. A participação desses países no total das exportações de armas (período 1970/79), segundo o anuário *Sipri* publicado em 1980, foi a seguinte: Israel, 26%, com exportações para a África do Sul, Argentina e El Salvador; Brasil, 21%, com vendas para a Líbia, Chile, Iraque e Abu Dabi (Emiratos Árabes); Irão (na época

do xá), 9%, abastecendo o Paquistão, Jordânia e Etiópia; África do Sul, 9%, com armas para a Rodésia (actual Zimbabwe) e o Malawi.

A pesquisa militar representa actualmente uma das áreas onde se concentra a maior parte dos recursos científicos e tecnológicos dos países em desenvolvimento.

Analisando a grande participação das forças armadas no governo da maioria dos países mencionados, é fácil chegar à conclusão de que os militares são responsáveis pelo extraordinário impulso dado às actividades de pesquisa e desenvolvimento no Terceiro Mundo, no campo da indústria de armamentos e na produção de energia nuclear.

Nesse sentido, a ciência e a engenharia dirigem-se principalmente para servir aos interesses da guerra em lugar de concentrar esforços para o desenvolvimento do bem-estar da população. Isso constitui uma das características que mais sobressai nos Estados que seguem a chamada «Doutrina de Segurança Nacional».

Segundo Armand Mattelart — especialista belga em transnacionais — o Estado de Segurança Nacional surge como expressão da «aliança entre os militares e as indústrias de guerra e electrónica», ambas nas mãos das empresas transnacionais. □

Comunicação transnacional e auto-suficiência nacional

As ameaças à soberania realizadas pelos monopólios transnacionais por intermédio da cultura e das comunicações exigem uma séria reflexão do Terceiro Mundo

Herbert I. Schiller*

A privilegiada sociedade de consumo nos nossos países (...), baseada — como disse João Paulo II — na frenética imitação dos padrões de consumo das metrópoles (Estados Unidos e Europa Ocidental), (...) não permite a integração das massas marginalizadas (...). As camadas alta e média-alta estão capacitadas para usufruírem do progresso técnico e da crescente produtividade na América Latina. Como um dos economistas que, há 30 anos, viu com grandes esperanças o desabrochar das forças produtivas da América Latina, confesso que estou surpreendido...»

Assim se expressou o reputado economista argentino Raul Prebisch que é, desde 1945, um especialista em matéria de desenvolvimento, falando durante a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), no ano passado. As suas melancólicas conclusões a respeito da desigual-

dade económica e dos padrões de consumo distorcidos pela subversão a modelos estrangeiros, aplicam-se igualmente à Ásia e à África. A isso ele denominou de «parte do sistema sustentado pelas metrópoles, principalmente por intermédio das transnacionais» — o

sistema dos monopólios económicos empenhados em obter lucros. Também lamenta que o consumismo seja um companheiro inevitável do desenvolvimento ocidental, ajudado pelos meios de comunicação de massas, que foram os primeiros a promover e incentivar a procura das camadas sociais privilegiadas.

À medida que o país segue esse modelo, os seus recursos, a sua economia e sistema de comunicações



(*) Professor de comunicações em San Diego, na Universidade da Califórnia; autor de «Os gerentes do pensamento» e «Comunicações e o império americano».

estão destinados a serem absorvidos pela ordem corporativa mundial, para serem utilizados em seu benefício. E o sistema corporativo transnacional está especialmente interessado em penetrar e controlar a Cultura e as Comunicações.

Os «filantropos» na África

No entanto, só em casos extremos é que o Sistema virá a ser o dono da infraestrutura da Comunicação nacional. Seria arriscado e nem é preciso: os níveis de influência podem ser exercidos mais subtilmente. Devido ao desigual desenvolvimento das nações, a moderna estrutura das comunicações favorece a dominação externa, à guisa de «assistência» e «apoio». Um olhar pelos quatro sectores-chaves de uma estrutura de rádio torna isso bem mais compreensível. São eles: educação e treinamento de pessoal, fornecimento de equipamentos, programação e estrutura de propriedade e financiamento. E em todos esses sectores é necessário uma assistência técnica.

Examinando o papel das fundações norte-americanas em África, depois da Segunda Guerra Mundial, a *Harvard Educational Review*, de Maio de 1979, mostra como as fundações Ford, Carnegie e Rockefeller «por meio da educação africana aspiravam influenciar o desenvolvimento da África, segundo as diretrizes aceites pelos interesses (corporativos) dos Estados Unidos. (...) O extremo interesse dos «filantropos» nesse continente foi o de treinar as elites para que elas governassem as suas nações de maneira a garantirem a maximização do crescimento, da estabilidade política e do investimento capitalista». Isto é: iniciá-los e ajudá-los a participar na «privilegiada casta dos consumidores».

Observa Berman que a criação de universidades pioneiras cujos departamentos mais importantes eram

administrados por africanos formados nos Estados Unidos; a formação de administradores públicos; programas educacionais para os professores e treinamento avançado para os africanos nas universidades da elite americana, foram elementos essenciais no processo.

O mesmo acontece com a formação de estudantes de comunicações e jornalismo do Terceiro Mundo. Os estudantes voltam para os seus países com os conceitos e a filosofia da teoria ocidental da Comunicação, inclusive com as definições de «notícias», «diversões», «objectividades», «pluralismo» e «neutralidade dos valores» — termos habilmente usados nos Estados Unidos para promover (assim como para conceber) os valores de uma privatizada sociedade de consumo.

Passivos peões

Para a produção e distribuição dos instrumentos — câmeras, sistemas de gravação e controlo, transmissores, satélites, computadores — os países mais subdesenvolvidos dependem inteiramente de uns quantos fornecedores transnacionais: *NBC Internacional, ITT, RCA, Siemens, Phillips, Nippon Electric, IBM, Hughes Aircraft, Honeywell, Control Data*. Os instrumentos fornecidos são as apólices de seguro de uma longa dependência para aqueles que os compram. Não existe nenhum outro lugar onde se possam comprar peças sobresselentes: as instalações devem ser mantidas e o material fornecido (programações) para os equipamentos importados é outro problema quase insuperável.

Muitos países estão à mercê do mundo industrializado quanto aos padrões de equipamentos, os quais — apropriados ou não — são impostos pelas filosofias de mercado das transnacionais. O padrão escolhido para se determinar o número de linhas de um écran de TV, por exemplo, afecta a recepção das transmis-

sões geradas fora do espaço geográfico nacional. Assim, o Canadá, agora inundado de programações norte-americanas, poderia ter escolhido um padrão diferente quando — presume-se — isso poderia ter sido feito no alvorecer da era da televisão. Da mesma forma, os padrões de TV a cores abriram o caminho para as batalhas, entre nações e corporações, por mercados e influência cultural. As nações menos desenvolvidas tendem a ser passivos peões em tais batalhas.

Em toda a parte salvo raras excepções, os sistemas de ráiodifusão usam material importado, produzido pelos conglomerados de meios de comunicação, principalmente dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Mesmo as relativamente ricas nações escandinavas e europeias pouco populosas têm que importar a maioria da sua programação, na base de despesas: os custos para os poucos centros produtores são altos, mas o mercado mundial permite a sua devolução. Os materiais de TV ou de filmes, comprados abaixo dos seus custos de produção, parecem uma tentação irresistível para os importadores. Mas existe, escondido, um preço cultural. A produção doméstica, se desenvolvida, não passa de um jogo limitado, imitativo e infeliz.

Enquanto isso, as televisões e cinemas de todo o mundo estão cheios de filmes, *soap operas*, (telenovelas) noticiários, programas desportivos e variedades dos Estados Unidos (e, em menor escala, britânicos, franceses, alemães), todos excessivamente carregados da ideologia do consumidor-privado e que atendem especialmente às novas elites das nações em desenvolvimento. Uma fonte de dominação cultural sem precedentes.

O mistério do mercado

É lógico que um sistema de comunicações sob influência transna-

cional seja aberto às mensagens dessas transnacionais: em essência, mensagens de vendas e da ideologia de uma ordem social baseada na propriedade privada. Embora os melhores estabelecimentos (estações, recursos) pertençam a particulares, as transnacionais não vêem como essencial um sistema de comunicações inteiramente comercializado como os dos Estados Unidos e da América Latina (excepto Cuba). Os sistemas estatais podem e devem satisfazer esses mesmos objectivos; pelo menos, em parte. Mas o sistema prefere o não-estatal e trabalhou, com grande sucesso, contra os meios de comunicações estatais na Europa Ocidental durante os últimos 20 anos.

Uma estação comercial favorece a influência da corporação, pois é ela quem paga a publicidade, podendo influir nas decisões da emissora. Quando um sistema depende principalmente ou totalmente da publicidade, a corporação que investe nos anúncios pode determinar o tipo de programa e a frequência dos anúncios, além de exercer, às escondidas ou publicamente, a censura. E quem faz a publicidade, inevitavelmente, é uma transnacional porque a informação televisivada, especialmente a cores, é muito cara e só os mais poderosos podem pagá-la.

Além disso, um sistema comercial (privado) de comunicações pode encobrir quem o está de facto a controlar — factor de muita importância para as transnacionais. Assim, certas decisões das corporações visando o seu próprio benefício, são apresentadas como consequências «normais», «naturais», «inevitáveis» do mercado «livre».

Sementes de esperança

Se o pessoal, os administradores, os equipamentos e os padrões, as programações e os financiamentos estão sob o controlo das transnacio-

A televisão é o aparelho do século. Os EUA sabem disso e exportam as suas imagens para grande parte do mundo



nais, levanta-se a questão: qual a hipótese que existe de se refrear (muito menos do que se superar) essa terrível correlação de forças dominante e dominadora? Na realidade, são poucas as esperanças.

Já que o sistema de comunicações de massas (apesar das pretensões de neutralidade) é parte integrante da infraestrutura capitalista, é a força ou a fraqueza do sistema transnacional quem determina, em última instância, a sua capacidade para dominar os meios de comunicações nacionais. Poderoso como é, o Sistema é acossado por uma crise que se reflecte intensamente no campo das comunicações: crescente desemprego, escassez de energia, enormes gastos com armamentos, inflação, turbulência política em todo o mundo, profundas rivalidades entre os Estados capitalistas industrializados. Uma grande parte da população já demonstrou veementemente que está farta da exploração e miséria, e o sistema transnacional não pode, por muito tempo, satisfazer as necessidades consumistas que criou.

As exigências do sistema transnacional contribuem cada vez mais para a sua própria vulnerabilidade, e, em nenhum outro campo, isso é mais claro do que no das comunicações. O Sistema necessita de comunicação instantânea para poder operar diariamente. Necessita de vendas maças de equipamentos e programações para manter a margem de lucro e tem que ter um crescente acesso ao sistema espacial (satélites de comunicação) para transmitir as suas mensagens. Ele tornou-se fortemente dependente do livre acesso às suas sofisticadas instalações e da audiência dos consumidores em potencial de todo o mundo.

A lei do tango

Se «para se dançar um tango, há necessidade de dois parceiros», tem de haver dois, também, no mínimo, para a Comunicação. Assim, a dependência das transnacionais torna difíceis as condições para as nações dependentes caminharem em direcção à sua independência.

As emissões de comunicação internacional como, por exemplo, as transmissões directas via satélite, o fluxo dos dados através das fronteiras nacionais, o aluguer da frequência do espectro e os fluxos internacionais de programações estão estreitamente ligados à actual dependência no campo das comunicações internacionais.

Em termos de Comunicação, é inviável a autonomia nacional se o poder do sistema transnacional (para decidir a respeito dessas emissões) continua intacto. Porém, existe sempre a possibilidade de alterar essa situação. O mínimo de cooperação entre as nações dependentes que isso exigiria, não é questão simples. Se os próprios Estados dependentes são controlados pelas classes desejosas de se aliarem ao jogo das transnacionais, a participação delas no esforço para limitar esse poder do sistema é, na melhor das hipóteses, duvidosa.

O modelo

É tempo de se organizar a oposição internacional ao sistema transnacional, tendo como objectivo assegurar a soberania nacional e a igualdade entre os Estados. Esses dois princípios gerais são básicos na definição do tema em discussão a nível internacional, isto é, a questão da independência nacional no campo da Comunicação.

No campo das transmissões directas via satélite, a forma de se garantir essa independência seria, por exemplo, o «consentimento prévio»: a prerrogativa de cada país em aceitar ou rejeitar qualquer sinal que entre no seu espaço nacional — uma condição indispensável na decisão de participar no sistema mundial. No caso dos fluxos de dados através das suas fronteiras, o próprio país poderia encontrar as especificações dos critérios por meio de uma monitorização. No acesso ao espectro internacional de rádio, o acesso na-



«O meio é a mensagem» (McLuhan)

cional equivalente é um ponto inegociável. Esse modelo deveria exigir que notícias, dados, diversões etc., fossem adaptados aos padrões e às necessidades de cada país.

Os defensores do sistema transnacional têm sido sensivelmente frios em relação a esses critérios, rotulando-os de «políticos» e lamentando «uma incontável epidemia de politização». Porém como muito hábilmente afirmou Tran Van Dhin (1), «quanto mais específica for a emissão, mais política deve ser a sua tática», porque a sua especificidade só é compreendida se entendermos o geral. Todos os temas específicos da Conferência Mundial de Administração de Rádio, realizada em Genebra, em Setembro de 1979, são fáceis de serem tratados em termos dos princípios gerais de soberania nacional, consentimento prévio, supremacia das pessoas sobre as máquinas, implicações ideológicas da tecnologia e natureza auto-serviçal da ajuda norte-americana».

Um convite à independência

A base para uma acção nacional na luta pela autonomia das comuni-

cações é a dimensão internacional dessa luta. Se isso for entendido e, consequentemente, se se partir para, uma actuação efectiva, o sistema transnacional terá menos hipóteses de dificultar os esforços nacionais. Essa acção vai variar de acordo com a situação específica da nação, embora um dos denominadores comuns deva ser o reconhecimento de que a experiência de desenvolvimento do Ocidente é geralmente inaplicável e imprópria para as nações que agora tentam desenvolver-se.

A produção gerida pelas leis do mercado — que respondem exclusivamente ao poder aquisitivo e, portanto, montada à imagem dos gostos de uma classe média indulgente, dificilmente poderia ser a base para uma Nova Ordem Económica Internacional. Se isso for rejeitado, os sistemas nacionais de Comunicação não mais serviriam de instrumentos do mercado transnacional e poderiam assumir funções totalmente novas.

Quando a programação é não-comercial, o «horário principal», por exemplo, pode ser matutino ou no momento em que a prioridade social assim o exija. O conteúdo será mais importante que os novos equipamentos e tecnologias, sendo isso um reflexo do facto de que a comunicação não é técnica, mas social. Da mesma forma, os locutores, jornalistas, membros das equipas técnicas etc., serão educados e treinados nos padrões nacionais e não mais nos ocidentais.

A inundação de informações: contenção ou afogamento

Considere-se este facto: «Vila Sé-samo», o único programa de TV para crianças produzido nos Estados Unidos que pretendeu mostrar que um sistema comercial poderia produzir algo digno, foi claramente realizado com base nas fórmulas consumistas. «Não nos envergonhamos de admitir, escreveu Joan

Ganz Cooney, presidente da organização que o produziu, que tomámos emprestado, aproveitámos e roubámos técnicas comerciais usadas com sucesso pela *Madison Avenue*. Pensámos que se essas técnicas podem vender cereais e brinquedos para as crianças, certamente poderiam funcionar para ensiná-las na aprendizagem de habilidades...». E, ao mesmo tempo (mas isso não é para ser mencionado), servem para preparar as crianças para as regras de mercado que elas, um dia, terão que enfrentar como adultos. O articulista do *New York Times*, Edith Spiegel, que cita Cooney na edição de 5 de Agosto de 1979, descreve

algumas dessas técnicas emprestadas à «educação» como «de altíssimo nível de ruído, passo-rápido, apresentação fragmentada de guloseimas soltas de informação e excessiva repetição».

Será que é possível continuar a defender que os padrões e técnicas não ditados pelos imperativos comerciais estão além da capacidade humana? Há sessenta anos, Charlotte Gilman, uma socialista feminista norte-americana, escreveu um romance sobre uma nação de mulheres que criou a sua própria cultura (além dos seus próprios meios de reprodução), após muitos séculos. Uma equipa de visitantes homens,

vinda dos Estados Unidos, oferecê-lhes a possibilidade de reencontrar o caminho da «civilização» e as mulheres gentil mas firmemente recusaram. «Consideradas todas as coisas, replicam elas, dá-nos nojo expor o nosso país à livre comunicação com o resto do mundo como agora».

As nações pequenas devem pensar muito no que fazer — e o mais rápido possível. □

(1) «WARC, o Terceiro Mundo e a Nova Ordem Informativa Internacional», in *Coevolution Quarterly*, Verão, 1979.

Retratando a América Latina: uma Agência de Informação Regional para o continente

Phil Harris*

AS ideias, tal como as sementes uma vez lançadas, desaparecem frequentemente antes de frutificarem face ao vento destruidor que constitui a divisão política. Actualmente, na América Latina, uma ideia, sugerida há já mais de cinquenta anos, está em vias de amadurecer graças a esse raro fenómeno que constitui o «consensus» entre grupos e nações de diferentes práticas políticas.

A ideia é simples e atraente: criar uma Agência de Informação Regional para a América Latina. Mas foi preciso esperar desde 1925 — quando em Washington uma ideia

similar foi proposta numa reunião da União Pan-Americana de Jornalistas — até agora para que se alcançasse uma situação em que parece que tal agência tem hipóteses de vir a efectivar-se.

Um projecto para a criação da Agência Latino - Americana para Serviços Especiais de Informação (ALASEI), preparado sob os auspícios da Organização para a Educação Científica e Cultura das Nações Unidas (UNESCO) está presentemente a ser estudado por um grupo de trabalho especial do Sistema Económico da América Latina (SELA). Na sua recente VII Reu-

nião de Conselho realizada em Caracas nos fins de Março de 1981, o SELA aprovou uma recomendação para que seja organizado um Comité de Acção no seio do SELA com o objectivo de analisar a viabilidade da agência e de designar o local para a sua sede.

Enquanto não for dado o primeiro passo no sentido da realização prática das resoluções adoptadas anteriormente na Conferência Intergovernamental sobre as Políticas de Comunicação na América Latina, que teve lugar em San José em Julho de 1976 propiciada pela UNESCO, a ALASEI representará a maior acção conjunta das nações latino-americanas, com os grupos e organizações dos *media*, para colocar a América Latina na vanguarda do es-

Com este artigo, contam desde agora cadernos do terceiro mundo com a qualificada colaboração do professor Phil Harris, investigador escocês comprometido com a Nova Ordem Informativa Internacional e director do Departamento de Investigações da Inter Press Service

SELA EN ACCION

BOLETIN INFORMATIVO DE LA SECRETARIA PERMANENTE DEL SISTEMA ECONOMICO LATINOAMERICANO



forço terceiro-mundista na criação de uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII).

Em Março de 1979, foi dado o primeiro passo em frente com a criação da Acção dos Sistemas de Informação Nacional (ASIN). A ASIN é um sistema regional de troca de notícias que, compreendendo inicialmente dez países da América Latina e das Caraíbas (Bolívia, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Jamaica, Panamá, Peru, Suriname e Venezuela), foi agora alargado com a entrada da Guiana, México e Nicarágua. Usando um sistema de «pooling», em que a *Inter Press Service (IPS)* — Terceiro Mundo actua como secretária técnica, a ASIN permite às agências noticiosas nacionais e aos departamentos de informação a circulação e a troca de notícias nos países participantes.

Porém, a ideia subjacente à ALASEI é muito diferente. Primeiro, a ALASEI será uma agência informativa por seu próprio direito, com os seus próprios corpo redactorial e equipamento de telecomunicações, enquanto que a ASIN é um sistema de troca de notícias entre órgãos de informação nacionais já existentes. Em segundo lugar, mas muito mais inportante, contrariamente à ASIN que troca notícias, a ALASEI será um mecanismo produtor e distribuidor de «panoramas» que darão o contexto das notícias. Isto significa que as notícias farão sentido entre si, ligando acontecimentos e processos de forma a explicarem claramente o decorrente presente. Significa, também, o intento de tornar as realidades latino-americanas mais facilmente compreensíveis e criando bases de entendimento, a possibilidade de im-

plementar o desenvolvimento político cultural, social e económico de conteúdo democrático.

Em termos simples dar-se-á primazia à elaboração de pequenos artigos, de preferência as notícias-flash que foquem acontecimentos e processos de relevância para os povos latino-americanos.

O elemento algo surpreendente no projecto de criação da ALASEI é o «consensus» quanto à necessidade e à praticabilidade do projecto ter sido alcançado entre representantes de campos ideológicos e políticos diversos no quadro da informação, como sejam a Associação Inter-Americana de Imprensa (IAPA), chefe-de-fila das críticas à NOII e o «pool» de agências noticiosas dos países não-alinhados, representado pela Prensa Latina, a agência noticiosa nacional cubana.

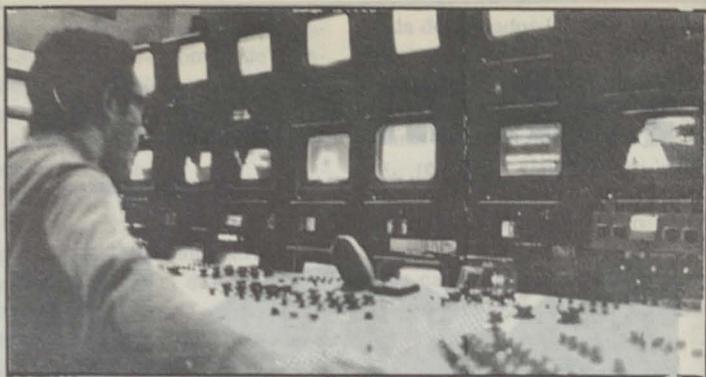
Outras organizações que também deram o seu apoio foram a Federação Latino-Americana de Jornalistas (FELAP), a Associação Latino-Americana de Investigadores de Comunicação (ALAIIC) e a ASIN. Os países latino-americanos que mais se bateram pela criação da agência noticiosa foram a Costa Rica, Cuba, Equador, México, Nicarágua, Panamá e Venezuela, todos eles activos no envolvimento vitorioso do SELA no projecto e na organização do Comité de Acção.

Uma grande inovação a ser adoptada pela ALASEI, vincula-se à satisfação de critérios maioritários de muitos dos proponentes do NOII — resultado da abertura do processo de comunicação a novos representantes de todos os agrupamentos sociais — é o facto que a direcção da ALASEI seja colocada sob a responsabilidade de uniões de jornalistas, associações de proprietários de *media*, organizações regionais de investigadores de comunicação e audiências dos *media*. Só o tempo dirá se o «consensus» vai persistir. Alianças de grupos com princípios ideológicos divergentes são notoriamente débeis

Ainda está a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de "Africa"...



Se os não encontrar na sua livraria peça-os directamente a **ÁFRICA EDITORA** Av. Principal, Miraflores, Lote 117, Loja 6 - ALGÉS 1495 Lisboa



e, frequentemente, o compromisso — que é um produto acessório necessário ao «consensus» — leva a que o resultado final não corresponda aos objectivos originais. No entanto é já muito importante que o projecto tenha ido tão longe nos poucos anos que passaram desde que a UNESCO realizou a Conferência Latino-Americana de Políticas de Comunicação em 1976.

De facto, os anos setenta foram anos difíceis no campo da Informação internacional com frequentes campanhas venenosas dos «senhores» dos *média* para assegurarem o seu monopólio face à resoluta determinação do Terceiro Mundo em introduzir mais democracia na Ordem Informativa Internacional. A conferência de San José foi a primeira de uma série de conferências regionais organizadas pela UNESCO (as outras duas tiveram lugar em Kuala Lumpur, em 1979, para a Ásia, e em Yaundé, em 1980, para a África) com o objectivo de ajudar as diversas estratégias regionais para as várias regiões do Terceiro Mundo, face às drásticas oscilações nas estruturas da Informação Internacional.

Com quatro grandes agências noticiosas transnacionais (REUTER, AFP, AP e UPI) controlando mais de oitenta por cento dos fluxos noticiosos internacionais e com as notícias a fluir predominantemente na direcção Norte-Sul, as regiões do Terceiro Mundo estão determinadas

a projectar organizações regionais, o que permitirá a criação de novas estruturas de informação mais apropriadas às necessidades e interesses particulares desses países que lutam por escapar aos efeitos de um colonialismo sofisticado (e, em muitos casos, crescentemente opressivo). O que o Terceiro Mundo procura são estruturas informativas que dêem oportunidade aos países terceiro mundistas de receberem informações orientadas para os seguintes, entre outros, aspectos cruciais: a preservação das identidades culturais nacionais, a auto-confiança, o desenvolvimento nacional autónomo e a cooperação regional.

A ALASEI é uma solução, mas não é, de forma alguma, a única possível. A ALASEI dirige-se a nível regional, e é também de importância vital desenvolver estruturas de informação e comunicação adequadas e autênticas dentro dos países do Terceiro Mundo. Mas, se a ALASEI for bem sucedida (se existe algum projecto em vias de ser bem sucedido é a ALASEI) então uma forte e relevante Agência Noticiosa Regional, dando «notícias com contexto» poderá ser um importante suporte para a criação e fortalecimento dos sistemas informativos nacionais. Salvo uma ruptura no «consensus» actual, não existe razão para que a ALASEI não entre nos anais como uma contribuição capital no sentido da criação de uma Nova Ordem Informativa Internacional □

Balancos e perspectivas

Árabes e latino-americanos trocam notícias



DEZ agências nacionais de notícias árabes e treze latino-americanas, decidiram o intercâmbio dos seus serviços informativos, criando o primeiro mecanismo deste tipo entre duas regiões do Terceiro Mundo.

Este passo para uma comunicação directa sul-sul e que assim aligeira a dependência às quatro grandes agências transnacionais, foi adoptado a 5 de Abril em Acapulco, no México, no decorrer do Segundo Encontro dos Directores de Agências Árabes e Latino-Americanas.

As primeiras estão agrupadas na Federação de Agências Nacionais Árabes (FANA), mas não possuem uma rede de intercâmbio multilateral. O intercâmbio que realizam é de tipo bilateral.

Quanto às agências latino-americanas, estas não têm uma federação, mas dentro da região criou-se um organismo multilateral, a Acção de Sistemas Informativos Nacionais (ASIN), que integra treze agências nacionais. A ASIN funciona como agência regional já que por intermédio da sua secretaria técnica, *Inter Press Service*, cada um dos membros faz circular entre todos os associados o seu serviço diário de notícias, assim como distribui no seu âmbito nacional, as notícias que recebe das restantes integrantes do sistema.

A resolução aprovada em Acapulco estabelece que os membros da ASIN enviarão por dia uma selecção de

16 mil palavras, a partir da sua secretaria permanente no México, às suas homólogas árabes e estas, das cinco agências que operam como coordenadoras da região, despacharão igual quantidade de tráfico para o México, donde será distribuído para a região. Como centro de telecomunicações operará a *Inter Press Service* a partir da sua sede central em Roma.

Alcançado o acordo, que introduz um importante precedente na intercomunicação do Terceiro Mundo, é de esperar que se proceda a uma instrumentação rápida e eficiente.

As agências latino-americanas presentes foram: NOTIMEX do México, ANN da Nicarágua, CRI da Costa Rica, PANAPRESS do Panamá, VENPRES da Venezuela, GNA da Guiana, ECUAPRES do Equador, ANB das Bahamas, ANDINA do Peru, DOMPRESS da República Dominicana e SNA do Suriname. Ainda que sejam membros da ASIN, não assistiram a COLPRESS da Colômbia e a JAMIPRESS da Jamaica. Por outro lado, estiveram presentes a agência cubana PRENSA LATINA e a argentina TELAM, que participarão no tráfico.

As agências árabes participantes foram: INA do Iraque, SPA da Arábia Saudita, APS da Argélia, INNA do Líbano, JANA da Líbia, MAP de Marrocos, WAMS da Mauritânia, SANA da Síria, TAP da Tunísia e a palestina Wafa.

Balanços e perspectivas

□ Num encontro em Abril, no México, efectuado na sede da FELAP – *Federación Latinoamericana de Periodistas* – foi lançado o **guia del tercer mundo**, irmão quase gémeo da edição em língua portuguesa. Aproveitando a ocasião, reuniu-se a equipa internacional dos **cadernos** dispersa pelos países da América Latina e levou-se a efeito uma sessão de trabalho de balanço da actividade editorial na região, que, presidida por Neiva Moreira, contou com a presença de Geronimo Cardoso e Fernando Molina, responsáveis, respectivamente, das edições em línguas espanhola e inglesa.

Foi feita uma análise da maneira como a revista está a cumprir a sua missão numa área politicamente decisiva, como é o México, e socialmente explosiva, como é o caso da América Central e Caraíbas. Resultado: decidiu-se por uma concentração no México do trabalho jornalístico desenvolvido na área, sempre voltado, no entanto, para os nossos correspondentes e colaboradores sediados noutros países da região e que muitas vezes actuam enfrentando riscos e perigos.

Este encontro completou de certo modo um outro realizado em Lisboa quando da apresentação da edição portuguesa do **guia**. Aqui reuniram-se, além da equipa lisboeta e do seu director Altair Campos, Pablo Piacentini (Roma) e Luís Henrique (Luanda). Uma das decisões do «seminário» foi a de se ampliar a área de cobertura da equipa de



Lisboa, que se estenderá agora à África Central, preenchendo uma lacuna nos cadernos, pois, sem dúvida, é reduzida a informação que chega do Chade, Níger, Mali e outros países centro-africanos onde factos importantes estão a acontecer. □

Saiu Liber 25

□ A falta no panorama editorial português, de uma publicação periódica que trate de assuntos militares nos seus aspectos políticos, estratégicos, económicos sociais e culturais, de forma acessível e aberta, levou à saída de **Liber 25** que se propõe ser uma «revista militar para civis» e «revista civil para militares». No primeiro número agora surgido, **Liber 25** conta com a colaboração de dois militares ligados ao processo revolucionário português: coronel Pezarat Correia, «Para um exército Democrático ao serviço do Povo» e comandante Martins Guer-

reiro, «Os órgãos de conselho eleitos e o espírito democrático». Entre outros, dois temas atraem a atenção na nova publicação. Um, de reflexão histórica, incide sobre o 28 de Maio de 1926 — golpe de Estado que abriu o caminho para ditadura fascista em Portugal — outro, «Viagem ao interior da Guerra Colonial» é um testemunho-entrevista com deficientes das forças armadas.

Liber 25 é uma revista bimestral de 68 páginas dirigida por dois militares: Cruz Oliveira e Vicente da Silva. Tem 68 páginas e um preço de capa de 60 escudos.



“Na CIMANGOLA
trabalhamos pela
nossa independência
econômica e
pela da África”



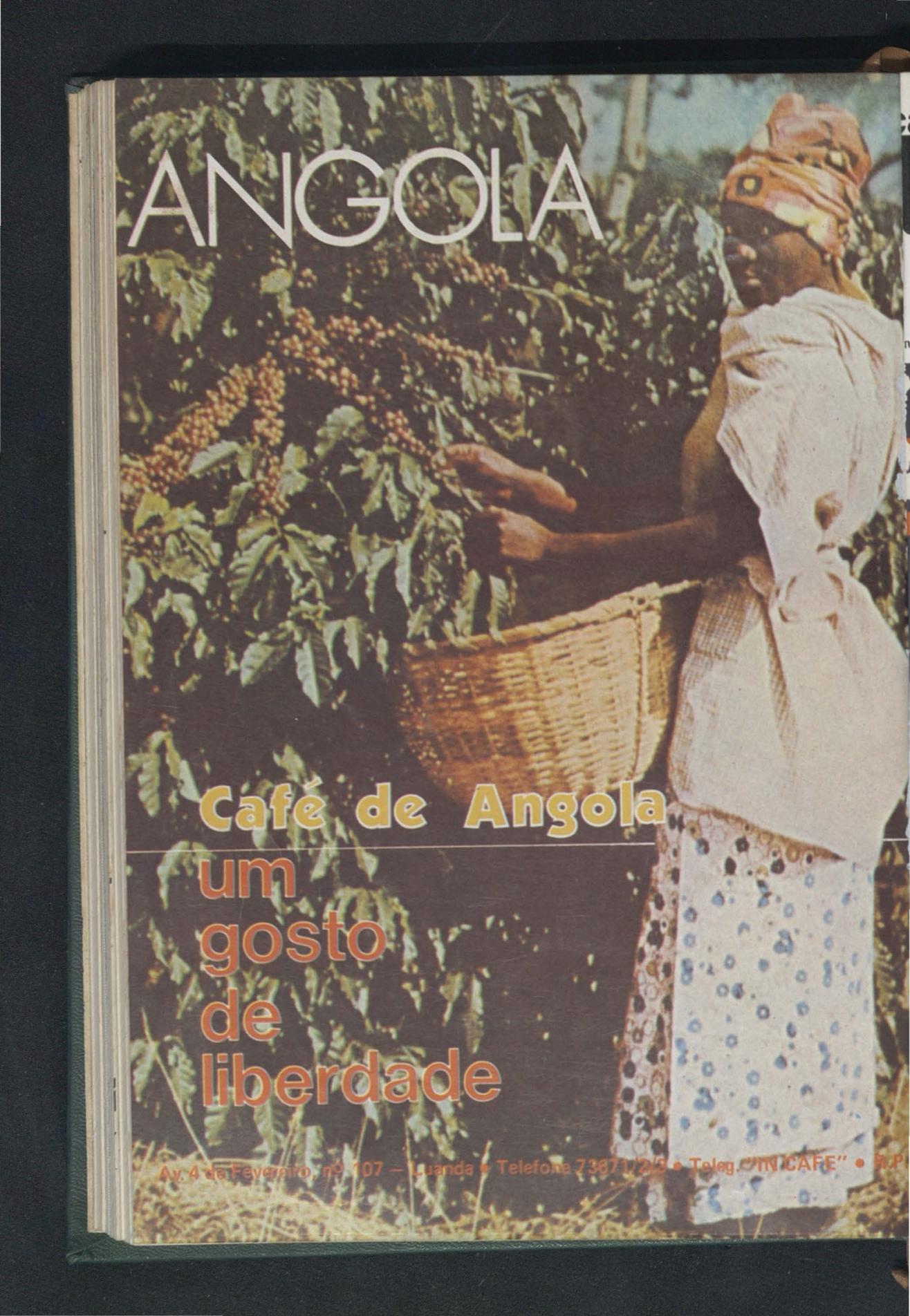
Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.

CIMANGOLA - U.E.M.
ex-SECIL DO Ultramar

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar
Tel.: 71190 • Luanda
Fábrica: Estrada do Cacucaco • Tel.: 71100
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532



orc

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a field. She is holding a large woven basket. The background shows coffee plants with ripe red beans.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73871/2/3 • Teleg. "INICAFE" • M.P.